UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

FLAVIO GATTI

**TURISMO INTERNACIONAL SOB O ENFOQUE DA POLÍTICA
EXTERNA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: POTENCIALIDADES,
PERSPECTIVAS E EXPERIÊNCIAS TURÍSTICAS ENTRE MATO
GROSSO E BOLÍVIA**

São Paulo/ SP
2011

FLAVIO GATTI

**TURISMO INTERNACIONAL SOB O ENFOQUE DA POLÍTICA
EXTERNA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: POTENCIALIDADES,
PERSPECTIVAS E EXPERIÊNCIAS TURÍSTICAS ENTRE MATO
GROSSO E BOLÍVIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Geografia sob a orientação da Professora Doutora Amália Inês Geraiges de Lemos.

**São Paulo/ SP
2011**

UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Título: TURISMO INTERNACIONAL SOB O ENFOQUE DA POLÍTICA EXTERNA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: POTENCIALIDADES, PERSPECTIVAS E EXPERIÊNCIAS TURÍSTICAS ENTRE MATO GROSSO E BOLÍVIA.

Autor: Flavio Gatti.

Tese defendida e aprovada em 21 de junho de 2011, pela comissão julgadora:

Prof^a. Dr^a Cleusa A. Gonçalves Pereira Zamparoni / UFMT

Prof^a. Dr^a Gislaene Moreno/ UNIRONDON

Prof. Dr. Júlio César Suzuki/ USP

Prof. Dr. André Roberto Martin/ USP

Prof^a. Dr^a. Amália Inês Geraiges de Lemos
Orientadora

São Paulo/ SP
2011

A coisa sobre a qual a Geografia se dedica, seus dados, são os fatos, da área (*areal facts*). É sobre isso que a Geografia sempre fala. É do conhecimento do mundo como ele existe nos lugares. Como é o mundo - ou como nós vemos o mundo - dividido em lugares e regiões, esta é a questão geográfica. [...] O estudo do lugar é a matéria-prima da Geografia, porque a consciência do lugar é uma parte imediatamente aparente da realidade, e não uma tese sofisticada. [...] O conhecimento do lugar é um simples fato da experiência.

LUKERMANN (p. 167-168, 1964).

A minha mãe **Célia**, meu pai **Osmar**, meu irmão **Emerson** e meus pupilos **Filó, Hans, Theo, Fran, Maria Flor e Fiorela**.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, fonte da minha existência e fé, inspirador da minha coragem e persistência e também por me fazer acreditar que no fim tudo daria certo.

Aos meus pais, Célia e Osmar por acreditarem em meu potencial e me apoiarem nas horas mais difíceis.

Ao meu irmão Emerson pelo apoio, incentivo e exemplo de homem batalhador que sempre me mostrou que para vencermos basta acreditarmos, valeu maninho.

Ao amigo Ítalo José da Cruz Rigotti pelo incentivo e ajuda nos últimos momentos dos trabalhos.

A Elizangela Sobrinho Arbex, por estar sempre pronta a ajudar nas correções de “última hora”, ou quase minutos, e nas horas de correria.

Aos amigos Thiago Arbex e Jeck Medeiros (meu irmão caçula), por emprestarem suas digníssimas esposas para a execução das pesquisas, tabulações e correções, bem como das noitadas gastronômicas.

Ao amigo Adirson, da WOS informática, pela ajuda na parte digital e dicas nas horas de aperto em relação aos equipamentos e disponibilização de seu escritório para podemos trabalhar em máquinas mais potentes.

A família Sobrinho, a qual me sinto um integrante por estar sempre junto as comemorações e sempre estarem prontos a me ajudar, meu muito obrigado.

A Leodete Miranda, pela ajuda com os mapas e incentivo na construção desta tese, agora é só esperar sair a sua tese minha amiga.

A professora Tereza Cristina pelo incentivo, ajuda e amizade nos momentos cruciais da minha vida acadêmica desde a graduação até hoje neste doutorado.

Ao amigo “brasilleno” (Brasil/ Chile) Walmir Martins pelas dicas, incentivo, correções de projeto e os sempre bem vindos e-mails com palavras tão sábias e prontas, muito sucesso a você.

A minha orientadora, professora Amália Inés pela confiança e apoio nesta jornada tão difícil a ser cumprida, mas gratificante pela orientação, gracias señora.

Aos professores da banca, professor Julio Suzuki e André Martin pelas considerações e sugestões.

A professora Cleusa Zamparoni por participar de minha banca e estar sempre pronta a me atender nas horas de dúvidas, meu muito obrigado.

A professora Gislaene Moreno, pelo pronto atendimento em participar desta banca de defesa e considerações sobre o trabalho.

A Rosangela, secretária da Pós-Graduação da Geografia/ USP, por sempre me ajudar com os documentos e estar com um sorriso todas às terças quando eu chegava de viagem cansado para as aulas.

Aos colegas Flavio Antonio, Serafim Carvalho, Gislaine Motta, Reinaldo Vaz Guiimarães e Márcia Rivera por precederem estudos que em muito colaboraram na confecção desta tese.

Ao grande amigo Thales e sua esposa Fátima, que sempre com suas palavras amigas, orações e apoio em minhas viagens semanais me davam ânimo para continuar a minha jornada, valeu meu queridos.

Aos amigos Luiz da Rosa Garcia Neto e Patrícia Helena Mirandola pela amizade, confiança e apoio ao longo desta jornada, obrigado.

A amiga Rita de Cássia Amato, pelas longas horas de conversa e incentivo para continuar.

A Rosana Lia Ravache, pelo ombro amigo, dicas, ajuda, incentivo e confidências nas horas mais árduas.

Ao amigo Joilson Francisco pelas horas de conversa, risadas, saídas, palavras de incentivo e acima de tudo a amizade, meu mais sincero obrigado.

Ao amigo quase irmão Rogério Zampieri, que mesmo tendo chegado recentemente e agüentado por horas minhas lamentações sempre me ensinando a persistir e continuar valeu meu amigo.

As amigas Virna, Michele, Rúbia e Renata, o quarteto parada dura, meninas, acabou, deu certo, viram como estávamos certos, foi tão rápido... Adoro vocês...

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Existem pessoas que entram em nossas vidas por uma "Razão", uma "Estação" ou uma "Vida Inteira".

Quando você percebe qual deles é, você vai saber o que fazer por cada pessoa:

Quando alguém está em sua vida por uma "Razão"... é geralmente para suprir uma necessidade que você demonstrou.

Eles vêm para auxiliá-lo numa dificuldade, fornecer orientação e apoio, ajudá-lo física, emocional ou espiritualmente. Eles poderão parecer como uma dádiva de Deus, e eles são!

Eles estão lá pela razão que você precisa que eles estejam lá.

Então, sem nenhuma atitude errada de sua parte, ou em uma hora inconveniente, esta pessoa vai dizer ou fazer alguma coisa para levar essa relação a um fim.

Às vezes essas pessoas morrem.

Às vezes eles simplesmente se vão.

Às vezes eles agem e te forçam a tomar uma posição.

O que devemos entender é que nossas necessidades foram atendidas, nossos desejos preenchidos e o trabalho deles, feitos. As suas orações foram atendidas. E agora é tempo de ir.

Quando pessoas entram em nossas vidas por uma "Estação", é porque chegou sua vez de dividir, crescer e aprender. Eles trazem para você a experiência da paz ou fazem você rir. Eles poderão ensiná-lo algo que você nunca fez. Eles geralmente te dão uma quantidade enorme de prazer. Acredite! É real! Mas somente por uma "Estação".

Relacionamentos de uma "Vida Inteira" te ensinam lições para a vida inteira: coisas que você deve construir para ter uma formação emocional sólida. Sua tarefa é aceitar a lição, amar a pessoa, e colocar o que você aprendeu em uso em todos os outros relacionamentos e áreas de sua vida. E jamais esquecer ou maltratar uma amizade de uma "Vida Inteira".

É dito que o amor é cego, mas a amizade é clarividente, hehehe.

Tudo isso eu digo, pois acredito que você minha amiga Rosângela Alves Sobrinho, agora de Medeiros, que com certeza existiu uma razão, sempre teremos uma estação e a nossa amizade que durará uma vida inteira.

Amiga, esta vitória também é sua, obrigado pela muita ajuda, incentivo, correções, puxadas de orelha, Takeojapa e principalmente, ser minha melhor amiga.

Valeu Biga...

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa de Localização dos Municípios da Área de Estudos	20
Figura 02 - Necessidades Básicas do Homem ³⁶	
Figura 03 - Convenções e relações fronteiriças	44
Figura 04 - Faixa de Fronteira: Tipologia das Interações Fronteiriças	58
Figura 05 - Arcos e Sub-Regiões da Faixa De Fronteira.....	70
Figura 06 - Mapa de Localização da Área de Estudos.....	76
Figura 07 - Mapa de Localização dos Municípios da Área de Estudos	77
Figura 08 – Tratado de Tordesilhas	79
Figura 09 - Distâncias entre os municípios.....	84
Figura 10 - Municípios de Mato Grosso, integrantes da faixa de fronteira	89
Figura 11 - Mapa de Localização do município de Vila Bela.....	92
Figura 12 - Rio Guaporé.....	96
Figura 13 - Dança do Chorado Vila Bela.....	97
Figura 14 - Localização do Município de Cáceres.....	100
Figura 15 - Vista aérea da Dolina da Água Milagrosa	105
Figura 16 - Fazenda Barranco Vermelho – Cáceres	110
Figura 17 – Fazenda Jacobina	111
Figura 18 - Fazenda Ressaca	112
Figura 19 - Ponte Marechal Rondon – Cáceres	114
Figura 20 - Vapor Etrúria.....	115
Figura 21 - Mapa de Localização do município de Porto Esperidião.....	118
Figura 22 - Manifestação cultural Curussé – Grupo Nativo de Porto Esperidião ..	119
Figura 23 - Mapa de Localização do município de Comodoro	120
Figura 24 - Circuito Turístico da Mancomunidade Chiquitana.....	129
Figura 25 - Mapa da Macomunidade Chiquitana.....	131
Figura 26 - Plano Turístico de San Ignacio de Velasco.....	135
Figura 27 – Sinos em Igreja Chiquitana	139

Figura 28 – Orquestra em San Miguel	140
Figura 29 - Plano Turístico de San Miguel de Velasco.....	141
Figura 30 - Plano Turístico de San Rafael	144
Figura 31 – Laguna Curichón	146
Figura 32 – Imagen do Municipio de Cáceres	152
Figura 33 – Mapa com os principias eixos de ligação entre os países.....	165
Figura 34 - Fronteira Brasil/ Bolívia	171
Figura 35 - Mapa Turístico de Santa Ana de Velasco	175

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Tipologia e Definições de Fronteira.....	59
Quadro 02 - Tipologias de Fronteira por Mattos.....	60
Quadro 03 - Características dos Segmentos Fronteiriços.....	66
Quadro 04 - Departamentos, províncias, municípios e respectivos “distritos missioneiros”	125
Quadro 05 - Categorias e especializações dos centros populacionais da Mancomunidade Chiquitana.....	127
Quadro 06 - Municípios bolivianos do Departamento e Santa Cruz, integrantes da faixa de fronteira com Mato Grosso – Brasil.....	145
Quadro 07 - Exemplos de Acordos	168

LISTA DE FOTOS

Foto 01 - Marco de Identificação da fronteira Brasil (A)/ Bolívia (B)	85
Foto 02 - Tramo Coricha/ MT – San Matias/ BO	86
Foto 03 - Ruínas da Matriz / Vila Bela da Santíssima Trindade	92
Foto 04 - Barco Hotel no Rio Paraguai – Cáceres	102
Foto 05 - Vista da Praia, Porto e ancoradouro Cáceres/ MT	107
Foto 06 – Cachoeira da Piraputanga.....	108
Foto 07 - Casarios antigos no centro de Cáceres/ MT	109
Foto 08 - Catedral S. Luiz de Cáceres	109
Foto 09 - Marco do Jauru – Cáceres.....	113
Foto 10 - Festival Internacional de Pesca – Cáceres	116
Foto 11 - Igreja de San Ignacio de Velasco/ BO	134
Foto 12 - Igreja de San Miguel de Velasco/ BO	137
Foto 13 - Artesão esculpindo em madeira.....	138
Foto 14 - Igreja de San Rafael de Velasco/ BO.....	143
Foto 15 - Igreja de Santa Ana de Velasco/ BO.....	149

RESUMO

Os estudos sobre a realidade econômica, social e cultural das regiões periféricas denominadas zonas de fronteira constituem desafios de difícil articulação e consenso nas agendas governamentais como parte do processo necessário para fortalecimento dos mercados regionais, por não considerarem na maioria das vezes as assimetrias regionais e locais necessárias para uma verdadeira inserção no processo de integração, já que a fronteira é vista, no senso comum, como limite, como área de separação e divisão social, econômica e política. Este trabalho busca mostrar a fronteira e toda a dinâmica que a envolve como área de contato entre povos, e também as especificidades que constituem vantagens comparativas regionais, através de uma análise, considerando a indiscutível capacidade que tem o turismo de gerar incidências significativas sobre os territórios dos quais se apropria. Sob a perspectiva da Geografia Regional, apresentamos a formação contemporânea dos municípios da faixa de fronteira distribuídos espacialmente ao longo da fronteira do Estado de Mato Grosso, entre as cidades de Cáceres a San Ignacio de Velasco, as quais desempenham o papel de “pólos regionais” da possível integração em questão, delimitando assim a área do presente estudo. Para alcançar esses objetivos, a pesquisa teve início com a definição teórica pertinente bem como dos conceitos relevantes para então realizar a observação empírica. A metodologia adotada permitiu identificar algumas especificidades das interações sociais, econômicas, culturais e políticas dos municípios através da análise crítica regional, apoiada em ampla investigação bibliográfica e observações de campo. Buscou-se, assim, conhecer de perto os aspectos sócio-culturais e produtivos que ocorrem em cada município, bem como entre eles, o que tem contribuído tanto para a formação de uma base regional, como para o surgimento e ampliação de novas territorialidades advindas do processo histórico local e das relações contemporâneas de caráter sócio-cultural e produtivo, criando assim, um panorama que pode servir de parâmetro pra outras análises, reforçando a idéia de que o turismo é uma atividade produtora e consumidora do espaço geográfico.

Palavras-chave: Integração Regional, Geografia, Turismo, Mato Grosso, Bolívia.

ABSTRACT

Studies on the economic, social, and cultural reality of peripheral developing regions called border zones are difficult challenges of articulation and government agenda consensus as part of the necessary process for strengthening of regional markets as most of the time they do not consider the regional and local differences necessary for a true integration process, since the border is commonly seen as the limit area of separation and social, economic, and political division. This paper aims to show the border and all the dynamics that it involves as an area of contact between people, and also the specificities that are regional comparative advantages, through an analysis, considering the unquestionable ability of tourism to generate significant impact on territories which it appropriates of. From the perspective of Regional Geography, we present the formation of contemporary counties in the border strip spatially distributed along the border of Mato Grosso and Bolivia, more specifically between the towns of San Ignacio de Velasco and Caceres, which play the role of "regional clusters" of possible integration in question, thus delimiting the area of this study. To achieve these objectives, the research started with the theoretical definition of appropriate and relevant concepts and then makes the empirical observation. The methodology allowed identifying some characteristics of the social, economic, cultural and political interactions policies of municipalities through the regional review, based on extensive literature research and field observations. Therefore it was sought close monitoring of the socio-cultural and productive aspects that occur in each city, as well as between them, which has contributed as much to form a regional basis, as to the emergence and expansion of new territoriality resulting from the process of local history and contemporary relationships of socio-cultural and productive character, thus creating a panorama that can serve as a parameter for further analysis, reinforcing the idea that tourism is an active producer and consumer of geographical space.

Keywords: Regional Integration, Geography, Tourism, Mato Grosso, Bolivia.

RESUMEN

Los estudios sobre la realidad económica, social y cultural de las regiones periféricas denominadas zonas de frontera, constituyen desafíos de difícil articulación y consenso en las agendas gubernamentales como parte del proceso necesario para el fortalecimiento de los mercados regionales, por no consideraren que en la mayoría de las veces las asimetrías regionales y locales necesarias para una real inserción en el proceso de integración, ya que la frontera se ve, en sentido común, como límite, como un área de separación y división social, económico y político. Este trabajo tiene como objetivo mostrar la frontera y toda la dinámica que la involucra como una área de contacto entre los pueblos, y también las especificaciones que constituyen las ventajas comparativas regionales, por medio de un análisis, considerando la capacidad indiscutible del turismo para generar un impacto significativo en los territorios de los cuales se apropia. Desde la perspectiva de la Geografía Regional, presentamos la formación contemporáneas de los municipios en la franja fronteriza espacialmente distribuidos a lo largo de la frontera del Estado de Mato Grosso con Bolivia, más específicamente entre las ciudades Cáceres y San Ignacio de Velasco, que desempeñan el papel de "grupos regionales" de su posible integración en cuestionamiento, delimitando así el área de este estudio. Para lograr estos objetivos, la investigación se inició con la definición teórica pertinente y los pertinentes conceptos relevantes para luego realizar la observación empírica. La metodología adoptada permitió identificar algunas características de las interacciones sociales, económicas, culturales y políticas de los municipios por medio de un análisis crítico regional, apoyado en una amplia investigación bibliográfica y observaciones de campo. Así trató de conocer de cerca los aspectos socioculturales y productivos que ocurren en cada municipio, así como entre ellos, que tanto ha contribuido a formar una base regional, como para el surgimiento y expansión de nuevas territorialidades provenientes del proceso histórico local y las relaciones contemporáneas de carácter sociocultural y productivo, creando así un panorama que puede servir como parámetro para otros análisis, lo que refuerza la idea de que el turismo es un actividad productora y consumidora del espacio geográfico.

Palabras-clave: Integración Regional, Geografía, Turismo, Mato Grosso, Bolivia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
------------------	----

CAPÍTULO I

1.0 – REFERENCIAIS TEÓRICOS ACERCA DO TURISMO E GEOGRAFIA DO TURISMO.....	22
1.1 - Turismo, Conceituação e Importância.....	25
1.2 - Aspectos Espaciais do Turismo	28
1.3 - A Geografia do Turismo	32

CAPÍTULO II

2.0 - FRONTEIRAS: CONFLITOS E CONVERGÊNCIAS - ABORDAGENS CONCEITUAIS.....	38
2.1 - A Fronteira como Elemento de Análise.....	41
2.2 – Territorialidade e Fronteira	45
2.3 - A Legislação Vigente	47
2.4 - Divisão Tipológica das Fronteiras	51
2.5 - Zona de Fronteira: Interações com os Países Vizinhos - Tipologia das Interações Transfronteiriças	53
2.6 - Tipologias de Fronteira.....	59
2.7 - “Nós” e os “Outros”: Identidade Cultural e Interações Transfronteiriças	64
2.8 - O Turismo através da Fronteira – Perspectivas	67

CAPÍTULO III

3.0 ÁREA FRONTEIRIÇA MATO GROSSO E BOLÍVIA HISTÓRIA E DIVERSIDADE TERRITORIAL.....	69
--	----

3.1 - Arco Central	71
3.2 – Mato Grosso e Bolívia: Contextualização Geográfica	78
3.2.1 – O Caso de Mato Grosso.....	78
3.2.2 - Processo de Formação e Ocupação da Fronteira Mato-grossense	78
3.2.3 - Fronteira Mato-grossense - Contexto de Integração Regional.....	83
3.2.4 - Formação dos Municípios da Fronteira Mato-grossense	90
3.3 - Fronteira Boliviana - Contexto de Integração Regional	121
3.3.1 - Histórico na Formação Territorial	121
3.3.2 – A Mancomunidade Chiquitana	126
3.3.2.1 - Turismo na Mancomunidade Chiquitana	128
3.3.3 - Os “Sub-Eixos” da Integração Regional de Fronteira: A Micro Rede Urbana da Província de Velasco – Sudoeste de Mato Grosso	150
3.3.4 - O “sub-eixo” de integração intermunicipal binacional “Cáceres – San Matias”: questões de aproximação versus a desconfiança mútua	152

CAPÍTULO IV

4.0 - ASPECTOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: CONDIÇÕES ATUAIS E PERSPECTIVAS	157
4.1 - Aspectos Históricos da Integração Regional.....	157
4.2 - Desenvolvimento na do América do Sul - A Integração Regional	159
4.3 - Perspectivas da Integração Regional.....	163
4.5 Perspectivas Atuais	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS	182

INTRODUÇÃO

As fronteiras do Brasil com os países da América do Sul foram nos últimos 30 anos associadas a uma agenda negativa de intervenção pública com o intuito quase exclusivo de garantir a segurança nacional por meio da imposição de restrições de toda ordem.

Na atualidade, com a progressiva e lenta mudança no paradigma geopolítico, a integração entre as nações do continente passa a ser vista como prioritária, fruto de um novo contexto político em que diversos presidentes dos países sul-americanos, inclusive do Brasil, passam a manifestar a estratégia de integração como um meio de fortalecimento político e econômico frente ao contexto de uma globalização fortemente assimétrica.

A partir dessa percepção, a região de fronteira, como ponto crítico desse processo de integração, deixou de se associar a uma agenda negativa, para configurar uma área estratégica para a integração sul-americana, tendo, desta forma, seu desenvolvimento progressivamente priorizado pelas políticas nacionais.

A intensificação do processo de urbanização se rebate indissociavelmente no território e nas atividades humanas realizadas no ambiente. Considera-se que os novos instrumentos de planejamento e gestão urbano-ambiental são elementos importantes na reflexão sobre a transformação dos lugares e principalmente, definem as mudanças estruturais do processo de ocupação.

O avanço democrático preconizado pelas novas políticas públicas brasileiras vem garantindo os processos participativos de planejamento e gestão urbana ambiental, instituídos pelo marco legal, recentemente adotado pelo país, que busca implementar uma relação sustentável entre sociedade humana e a natureza, recuperando o conceito de cidadania.

Deste modo o planejamento tradicional perde espaço para as soluções negociadas entre pares complementares, voltados para definição e gestão dos destinos dos territórios. As implicações dessas novas relações entre os agentes responsáveis pela produção do espaço, na realidade local, definem um novo momento para o planejamento e a gestão urbana das cidades.

A prática social do turismo está diretamente ligada à geografia, não se pode falar em turismo e não relacionar à geografia. Pois a ciência geográfica está

sempre atenta a toda e qualquer manifestação da sociedade, sem esquecer os problemas gerados pela relação sociedade-natureza. Daí a importância de se fazer um estudo, uma compreensão do turismo, do ponto de vista de sua dimensão sócio-espacial. Fazendo um estudo do turismo sob a ótica da geografia. Entendendo a prática do turismo e suas consequências.

Os dados para esta tipologia, foram obtidos através de informações em trabalhos de campo, órgãos estatísticos e fontes secundárias nos países vizinhos, notadamente por intermédio de pesquisa anterior sobre regiões transfronteiriças.

Dentro deste contexto este trabalho foi dividido em quatro capítulos assim divididos: no capítulo I, trabalhamos com as considerações acerca do turismo e da geografia do turismo e sua história, onde este assume o papel de representante da necessidade da fuga do cotidiano, representando o anti-trabalho, a oportunidade de fuga da realidade estressante do dia-a-dia. Dentro desse contexto o turismo assume então o papel de gerador social, de alavancador de regiões até então pouco conhecidas, porém com grande potencial econômico turístico para o seu desenvolvimento social, econômico, cultural e político.

Deste modo o turismo é então tendencioso pela dinâmica operada no espaço, seja pelos investimentos financeiros, seja pela ocupação humana devido a atividade turística. Porém, essas dinâmicas são esboçadas dentro de um contexto de reprodução de desigualdades e segregação, e de um modo geral, implicam em comprometimentos ambientais e alterações na configuração espacial dos municípios/ espaços em que estão inseridos.

Já no capítulo II, foram feitos estudos relativos as fronteiras através de abordagens conceituais e observações realizadas em campo durante viagens de estudos pertinentes a conclusão desta pesquisa, onde ficou claro que para o senso comum, a noção de fronteira é relacionada à idéia de limite, de cerceamento da liberdade, pois é entendida como sendo o estabelecimento de uma linha. Porém, ao mesmo tempo que ela é limite, é também propulsora de novas frentes, novas oportunidades e de transposição de conceitos pré-estabelecidos sócio-culturalmente.

A partir desse momento de ultrapassagem para o novo, surgem então propostas de realização, de negociações e trocas transfronteiriças, trazendo oportunidades de negócios, trocas de conhecimentos, negociações políticas inter-regionais, podendo estes serem acordos de favorecimento mútuo ou não. Essa

integração sócio-cultural, seja ela qualquer escala, deve ser considerada, portanto, juntamente com a integração física, premissa para que se busque o desenvolvimento numa dimensão regional.

O capítulo III traz um levantamento da área de estudos, apresentando o processo de formação, ocupação, bem como o contexto de integração regional. Os estudos apontam para a macro-divisão da Faixa de Fronteira em três grandes Arcos, o primeiro é o Arco Norte, compreendendo a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas e os Estados de Roraima e Acre (totalmente situados na Faixa de Fronteira). O segundo é o Arco Central, que compreende a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O terceiro é o Arco Sul, que inclui a fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Desta forma encontramos na área fronteira do Estado, conforme figura 01 abaixo, na condição de municípios lindeiros (trechos dispostos especificamente ao longo da linha limítrofe) encontramos os municípios de Cáceres, Comodoro, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade e Trindade.

Figura 01 - Mapa de Localização dos Municípios da Área de Estudos

Fonte: Miranda *et al*, Atlas Geográfico de Mato Grosso, 2001/ GEOATLAS/ 2000.

Do lado Boliviano foram incluídas a província de Angel Sandoval, que corresponde a uma única seção municipal com sede na cidade de San Matias e a província de Velasco, com suas três seções municipais: San Ignacio de Velasco, San Miguel e San Rafael.

O capítulo IV, último deste trabalho, apresenta os aspectos da integração regional e as condições atuais, bem como o desenvolvimento da área de estudos, apontando informações, dados pertinentes, problemas e perspectivas a serem superados para que se consolidem através dos Eixos de Integração Regional, vinculadas também a uma visão político-estratégica para as áreas de fronteira.

CAPÍTULO I

1.0 – REFERENCIAIS TEÓRICOS ACERCA DO TURISMO E GEOGRAFIA DO TURISMO

O Turismo tem se apresentado como um fenômeno da sociedade pós Revolução Industrial, não só pelo seu caráter econômico, que o envolve, mas também pelos aspectos sociais, espaciais e ambientais. Diante desta dinâmica, as dimensões sociais do setor abrangem as relações culturais, a mobilidade horizontal, a comunicação social, a administração, o trabalho e o lazer.

Para uma melhor compreensão da história do turismo, é essencial mencionar a diferença entre o conceito de viagem, que implica apenas deslocamento, e o conceito de turismo, que implica na existência também de recursos e infra-estrutura (BARRETO, 1997).

Desde sempre o homem migra procurando melhores condições para seu sustento, como a caça e árvores frutíferas. A viagem motivada pela necessidade de conquista e de poder movimenta grande fluxo de pessoas durante toda a história da humanidade, tais como as invasões dos bárbaros, as cruzadas, os grandes descobrimentos. Isso não é o mesmo que viajar. Viajar implica em voltar, e o homem primitivo ficava no novo lugar desde que este lhe garantisse o sustento; ele não tencionava retornar. Muitos povos viveram, durante séculos, de forma nômade, o que tampouco tem a ver com viagens ou turismo.

A viagem para lazer já era conhecida na Antiguidade Clássica, onde representantes das classes urbanas mais privilegiadas do império romano possuíam duas residências - uma na cidade e outra no campo. Há autores ainda que situam o começo do turismo no século VIII a.C, na Grécia, porque as pessoas viajavam para ver os jogos olímpicos a cada quatro anos (BARRETO, 1995). Pompéia, à sua época, era uma cidade do lazer, um centro turístico.

Em suas sete portas de entrada se alugavam veículos para os passeios no seu interior, para freqüentar tabernas, balneários, salas de jogos, teatro e bordéis. Outros acreditam que os primeiros viajantes foram os fenícios, por terem sido os inventores do comércio (BARRETO, 1995), e é muito provável que, se fosse

realizada uma pesquisa em tempos anteriores, e em outras culturas, além da greco-romana, encontrar-se-iam antecedentes ainda mais remotos, chegando-se a supor que o ser humano sempre viajou, seja definitivamente (migrando) ou temporariamente (retornando).

Segundo Romero (1977) as teorias que explicam os deslocamentos humanos sustentam que estes se realizam em função direta de suas necessidades e desejos e em função inversa às limitações de sua liberdade. O homem é um viajante por natureza, uma vez que suas necessidades e desejos estão fora de si mesmo. Viajar autenticamente é partir do conhecido ao desconhecido, de dentro para fora, do interior de si mesmo para o exterior do outro.

Assim como mostrou Júlio Verne (1864), em seu livro "*Voyage au centre de la Terre*" (Viagem ao Centro da Terra), a viagem é um trânsito do homem, no qual se opera a transição entre as experiências do conhecido e as experiências por conhecer, na sua busca constante na direção da renovação e a sua própria superação, onde o importante não é o percurso, mas as experiências vivenciadas no decorrer do percurso.

Outra motivação da viagem é a necessidade da fuga do cotidiano, pintado pela mídia como o monstro criador de neuroses, principalmente urbanas. A viagem prazerosa representa o anti-trabalho, como se a viagem fosse sempre garantia de felicidade e o trabalho fosse sempre algo intolerável.

A viagem também funciona como importante meio promotor do "status social". Viajar é preciso para aquisição de prestígio. O turismo, antes restrito aos grupos sociais mais privilegiados, hoje se transforma em um produto de massas. Guardadas as devidas proporções, todos viajam. Desde os que viajaram em programas de luxo para apreciar a bordo de um avião supersônico a trajetória do cometa Halley, até os que viajam em transportes coletivos para a praia mais próxima ou para visitar um santuário religioso, templo do santo milagroso.

Nas sociedades pós-industriais, o turismo, juntamente com o lazer, a cultura, as artes, o esporte, a qualidade de vida, compõem um conjunto de elementos que caracterizam um novo estilo de vida, visando cada vez mais à supremacia do indivíduo.

Segundo a União Internacional das Organizações Oficiais de Viagens – IUOTO *apud* Barretto (1997), "Visitante é toda pessoa que visita um país ou uma

localidade diferente daquela em que reside habitualmente, por qualquer razão que não seja realizar um trabalho remunerado”.

Rodrigues (2000), em sua crítica, considera que se produz no local um espaço global, negando o espaço local, sendo, portanto um não lugar. Em outro momento ela nomeia o “*Homo turisticus*” – produto da sociedade de consumo de massa da pós-modernidade, caracterizada por ser caótica, efêmera, fragmentaria, descontínua, transitória, fugaz, lúdica, espetacular e simulada. Ela afirma que o homem da “cultura pós-moderna” é narcisista, consumista, superficial e alienado.

Assim surge um novo homem - o “*homo turisticus*” - produto da sociedade de consumo de massas do período pós-moderno, que, se caracteriza por ser caótica, efêmera, fragmentária, descontínua, transitória, fugaz, lúdica, espetacular e simulada. O turismo alimenta quase todas estas categorias. A poupança e o investimento que alimentavam o capitalismo em outros períodos se contrapõe ao hedonismo, que de acordo com o site Dicionário Web (2011), doutrina moral que considera ser o prazer a finalidade da vida. A fase atual se caracteriza pelo hedonismo consumista. Há uma substituição de valores. Desestrutura-se a família, despreza-se a religião, a ética e a moral. Daí decorre o culto ao corpo como valor máximo. A necessidade de lazer, esportes e turismo para a saúde física e mental nunca foi tão enaltecida.

Atualmente, estão sendo observadas grandes mudanças na sociedade como consequência da evolução da ciência e da tecnologia. A globalização apresenta fatores novos e não esperados, provindo de diversas partes do país e do mundo, estimulando o consumo e acirrando a concorrência, dificultando sobremaneira a sobrevivência de pequenas localidades, em especial as de poucos recursos.

Santos (1994), afirma que desta forma, no “período técnico - científico - informacional”, a tecnologia vai de encontro às novas necessidades criadas, colocando-se a serviço do homem pós-moderno. A sociedade pós-industrial é povoada pela cibernética, pela telemática, pelos computadores domésticos, pelo vídeo, pelo avião supersônico, pelo trem bala, pelo trânsito computadorizado. Projeta-se o comportamento a partir das informações. Todos esses recursos são fundamentais para o turismo. Simulam-se viagens para aumentar a eficiência - palavra chave. O simulacro substitui a realidade. Introduce-se um modelo teórico no computador, instruído com dados, e se tem uma simulação completa da viagem.

Finalmente não é a viagem o mais importante, mas a fantasia que permeia a viagem. Entre o real e o imaginário há uma enorme distância.

O "*homo turisticus*" busca o inaudito, o extraordinário, o fantástico, julgando-o autêntico. E esta busca do desconhecido, da aventura, do exótico, inusitado remete os fluxos para o "terceiro mundo", para os chamados paraísos tropicais - espaços de reserva de valor - que agora, com uma nova vocação, entram em cena.

Neste particular o mito do eterno retorno é reforçado pela mídia que vem incentivando de forma bastante agressiva a busca da natureza, através da promoção do ecoturismo, fazendo assim com que o turismo possa funcionar como uma importante forma de conscientização através de observação participativa, a partir de experiências autênticas e não programadas.

O objetivo é conviver, participar, discutir, buscando mergulhar fundo na cultura da população local. Neste sentido a hospedagem nas residências das famílias locais oferece uma experiência por demais enriquecedora. Do ponto de vista econômico é uma estratégia que melhor dinamiza a população fixa integrando-a diretamente na atividade turística.

1.1 - Turismo, Conceituação e Importância

Em 1910, possivelmente foi elaborada a primeira definição da atividade turística, nas palavras do economista austríaco Herman Von Schullard (1910) *apud* Beni (2003):

O turismo é a soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionados com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região (HERMAN VON SCHULLARD *apud* BENI, 2003, p.34).

Quando ele se refere as operações de natureza econômica, está fazendo menção a um composto de atividades e serviços relativos a alojamento, alimentação, transporte, compras e entretenimento. Essa definição peca por não abordar as outras dimensões da atividade turística, mas certamente é mais abrangente que a formulada por Edmond Pickard, professor de economia da Universidade de Bruxelas:

A função do turismo é a importação de divisas pelos países. O seu impacto reside no que as despesas do turismo podem realizar para os diferentes setores da economia e em particular para os donos e gerentes de hotéis (PICARD *apud* ANDRADE, 1998:33)

São bastante difundidas as vantagens da atividade turística para a economia, mas é conveniente ressaltar que esta é uma visão míope da realidade, compartilhada, até hoje, por inúmeros teóricos “apologistas do turismo”. Entretanto a definição de Pickard não pretende ser completa nem no âmbito das ciências econômicas, porque resume o impacto da atividade a uma exportação de bens invisíveis restringindo sua área de abrangência a um único segmento do turismo: a hotelaria.

Uma abordagem muito mais técnica foi reservada à discussão quando da publicação, em 1942, pelos professores suíços Walter Hunziker e Kurt Kraph, do livro “Teoria Geral do Turismo”, em que eles conceituam:

O turismo é o complexo de relações e fenômenos relacionados com a permanência de estrangeiros em uma localidade, pressupondo-se que estes não exerçam uma atividade principal permanente, temporária ou remunerada (HUMZIKER & KRAPH *apud* WAHAB, 1977, p. 63).

O que era uma “soma de operações” passa a ser um “complexo de relações e fenômenos”. Hunziker e Kraph ampliaram a definição no intuito de assegurar à atividade turística a sua multidisciplinaridade; foi, entretanto, ao restringir a natureza do termo “turista” que eles deram a sua mais valiosa contribuição. Outra definição bastante aceita até hoje é de Arrillaga *apud* Barreto (1995), que além de restringir a concepção do “turismo”, incorpora ao termo os elementos da oferta turística e as interações que ocorrem entre os viajantes e a comunidade receptora:

O turismo é todo deslocamento temporal determinado por causas alheias ao lucro: o conjunto de bens e serviços e a organização que, em cada país, determinam e tornam possíveis esses deslocamentos e as relações e fatos que acontecem entre turistas e residentes (ARRILLAGA *apud* BARRETO, 1995, p. 32).

Wahab (1991) foi quem conseguiu expressar de maneira mais clara e completa o significado do turismo, incorporando os deslocamentos regionais e os seus impactos junto às áreas - destino:

Uma atividade humana intencional, que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre os povos, tanto de dentro de um país como fora dos limites geográficos dos países. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outras regiões, países ou continentes, visando a satisfação de necessidades outras que não o exercício de uma função remunerada. Para o país receptor o turismo é uma indústria cujos produtos são consumidos no local formando exportações invisíveis. Os benefícios desse fenômeno podem ser verificados na vida econômica (WAHAB, 1977, p. 63).

Em 1937, a Comissão Econômica da Liga das Nações definiu o termo “turista” como sendo *“qualquer pessoa que viaje por um período de 24 horas ou mais em um país que não seja o de sua residência”* (WAHAB, 1991), incluindo nesta lista as pessoas que viajam por prazer, saúde, razões familiares e profissionais e as que permaneçam no local por menos de 24 horas. Mais tarde essa definição foi complementada com a inclusão dos estudantes e da possibilidade de se fazer turismo no próprio país de residência.

Hoje, pode-se diferenciar os conceitos de visitantes, turistas e excursionistas. Segundo a Conferência das Nações Unidas, celebrada em Roma, em 1963, foram instituídas as seguintes definições: “visitante é qualquer pessoa que visita uma região diferente daquela em que tenha fixado residência, com fins distintos dos de exercer uma ocupação remunerada”.

Segundo Andrade (1998, p. 42), turista pode ser definido como:

Toda pessoa, sem distinção de raça, sexo, língua, religião, que ingresse no território de um estado contratante diverso daquele que tem residência habitual e nele permaneça pelo prazo mínimo de vinte e quatro horas e máximo de seis meses, no transcorrer de um período de 12 meses, com finalidade de turismo, recreio, saúde, esporte, estudos, familiares, peregrinações religiosas ou negócios, mas sem propósito de imigração. (ANDRADE, p. 42, 1998),

Segundo a Conferencia das Nações Unidas (1963), celebrada em Roma, foram instituídas as seguintes definições:

- a) Visitante – qualquer pessoa que visita uma região diferente daquela em que tenha fixado residência, com fins distintos dos de exercer uma ocupação remunerada;
- b) Turistas – são visitantes temporais que permanecem pelo menos 24 horas no país que visitam, incluindo pernoite;
- c) Excursionistas – são os visitantes mais rápidos, cuja permanência não exceda as 24 horas, incluindo aqueles que se encontram em trânsito, nos aeroportos ou em cruzeiros marítimos.

Neste sentido, Oliveira (2001, p.35) afirma que os turistas:

São visitantes temporários que permanecem pelo menos vinte e quatro horas no país visitado, cuja finalidade pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer, negócios, missões, família. (OLIVEIRA, 2001, p.35)

Comumente, abordam-se, constantemente os conceitos de turista e turismo, buscando-se ver de que maneira pode-se tirar proveito desses dois elementos, para desenvolver a economia dos centros receptores. Para uma melhor compreensão da questão, é importante mencionar a diferença entre o conceito de viagem e de turismo. O primeiro implica apenas em deslocamento, enquanto o segundo implica na existência de recursos e infra-estrutura especializadas, voltados ao acolhimento de turistas.

1.2 - Aspectos Espaciais do Turismo

A proximidade com áreas urbanas tende a modificar os espaços para atração do lazer e turismo, pois o ciclo de vida desses lugares segue uma lógica, podendo, portanto, ser alterado, convertendo as localidades, onde predominam segundas residências ou veraneio.

Deste modo o turismo é tendencioso pela dinâmica operada no espaço, seja pelos investimentos financeiros, seja pela ocupação humana devido a atividade turística. Essas dinâmicas são esboçadas dentro de um contexto de reprodução de desigualdades e segregação, e de um modo geral, implicam em comprometimentos ambientais e alterações na configuração espacial dos municípios/ espaços em que estão inseridos.

Face à sua complexidade o turismo deve ser abordado em âmbito multidisciplinar, particularmente pelo conjunto das Ciências Sociais, integrando, além dos aspectos histórico-geográficos, os aspectos econômicos, psicológicos, sociológicos, antropológicos, constitucionais e regionais, conforme assina Groote (1983). Além desses, podemos acrescentar ainda os aspectos políticos, culturais e ecológicos dentre outros.

Diante disto, o turismo reveste-se de tríplice aspecto com incidências territoriais específicas em cada um deles. Trata-se de um fenômeno que apresenta áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento e áreas de atração (receptoras). É nestas que se produz o espaço turístico ou reformula-se o espaço interiormente ocupado. É aqui também que se dá o consumo do espaço.

Outra dificuldade para se definir o espaço turístico está basicamente em captar o peso ou a força que esta atividade exerce na produção do espaço. Distinguem-se facilmente os espaços de vocação turística, como os parques nacionais, onde apesar do turismo ser uma atividade intensamente explorada, não foi esta que os produziram. Por outro lado, encontram-se espaços produzidos pelo turismo e para o turismo, apesar da ausência de quase todos os fatores apontados como favoráveis para a produção do mesmo.

Mesmo diante desta realidade, onde todos os conceitos apresentados abordam temas geográficos, a Geografia do Turismo até muito recentemente era vista com certo preconceito no circuito acadêmico. Empréstava-se reduzido valor e pouca credibilidade ao estudo das repercussões espaciais produzidas pelo turismo. Os trabalhos dedicados ao tema eram aprioristicamente julgados frívolos, elitistas, expressão de alienação, porque entendidos como desvinculados da problemática social.

Deste modo, o estudo do turismo no âmbito da Geografia acentuou-se somente a partir da década de 60, respondendo ao acelerado desenvolvimento deste fenômeno, ligado à prosperidade econômica que marcou o período do pós-guerra nos países centrais do capitalismo. (Rodrigues, 2000).

Tendências científicas recentes enfatizam o tratamento destes fenômenos, procurando eliminar as fronteiras rígidas entre os ramos do conhecimento, tornando cada vez mais delicada a tarefa do geógrafo, quando preocupado com a delimitação do campo abrangido por um determinado fenômeno, tendo em vista a sistematização do conhecimento científico.

Neste sentido, a tentativa de definir o objeto e o campo específico da chamada Geografia do turismo parece inoportuna, correndo-se o risco de retroceder e caminhar em sentido contrário ao avanço epistemológico da Geografia, que ainda hoje não logrou libertar-se do ranço positivista, já que para os geógrafos alemães a Geografia do Turismo e da recreação deve ser uma preocupação somente da Geografia Social.

Apesar de já transcorridas três décadas da realização de pesquisas, publicação de trabalhos e organização de eventos científicos, dentre os quais destacam-se aqueles promovidos pela UGI (União Geográfica Internacional), a chamada Geografia do Turismo necessita aprofundar ainda mais suas bases teórico-metodológicas.

O principal objetivo de consumo do turismo é o espaço geográfico, e o que disso decorre é que o consumidor-turista tem de se deslocar até o produto a ser consumido. Em função dessa característica, conforme afirma Cruz (2001), onde o turismo promove algumas transformações em pelo menos três porções do espaço geográfico:

- O fenômeno urbano está fortemente associado à emissividade no turismo, e diversos fatores explicam isso, como por exemplo, a concentração populacional e o estilo de vida urbano. Tais fatores não são suficientes para determinar a emissividade do lugar, pois algumas condições não são necessárias para que uma população se transforme em demanda efetiva do turismo. Em função da emissão de turistas, crescem os números de operadoras de viagens nos centros emissores, o que nos leva a reconhecer que a geração de empregos associados à prática estende-se, também, aos pólos emissores desses fluxos. Para que a demanda possa se deslocar, fazem-se necessárias infra-estruturas relacionadas ao deslocamento como rodoviárias, aeroportos e estradas.
- O fato de o consumidor ter de se deslocar até o produto a ser consumido significa que a prática social do turismo crie ou se aproprie de espaços de deslocamento dos fluxos, principalmente no que se refere aos deslocamentos rodoviários. O que a prática social do turismo

brasileiro está fazendo ao longo dos tempos é apropriar-se de rodovias construídas com outras finalidades que não a do turismo. O turismo também pode criar seus espaços de deslocamento. Há vários exemplos, na década de 90, no Brasil, de rodovias construídas em função de deslocamentos turísticos. Uma rodovia pode ser a motivação de uma viagem de turismo devido às paisagens naturais que são tidas como atrativos turísticos e daí atraírem fluxos importantes de turistas. Além disso, a qualidade dos espaços de deslocamento pode incentivar ou inibir fluxos de viajantes de modo geral.

- O turismo vai impor a maior gama de transformações sócio-espaciais sobre os núcleos receptores de turistas, como aeroportos e rodoviárias em função da acessibilidade dos turistas. O turismo é capaz de reorganizar sociedades inteiras para que ele possa acontecer. O turismo impõe sua lógica de organização dos espaços às lógicas pré-existentes nos núcleos receptores, tanto cria novos objetivos nos lugares como também se apropria de objetivos preexistentes, como objetos naturais e culturais atribuindo-lhes novos significados e, muitas vezes, novas feições.

Para o sucesso de qualquer empreendimento turístico, é preciso sempre conquistar e manter o turista e, para isso, é fundamental conhecê-lo. Apesar de o turismo ter objetos bem específicos, o seu mercado é bem diversificado, já que existem diversas formas para o homem interagir com o ambiente. Assim, surgem grupos de visitantes com diferentes motivações e, portanto, com características distintas, conforme Goydanich & Moletta (1998, p. 18), tais como:

1. Pseudocientífico - formado por pessoas de elevado grau de instrução e conhecimento do meio ambiente. Interage rapidamente com a natureza, procurando captar maior número de informações sobre os fenômenos observados. Viaja em pequenos grupos e gosta de visitar locais pouco freqüentados. Sai determinado a conhecer uma região específica, não priorizando o conforto ou facilidades. É um grupo formado por pessoas de espírito de aventuras, curiosas e que desejam

trocar experiências.

2. Casual - Pessoa que visita determinada área natural que faz parte de um roteiro turístico convencional, não necessariamente ecológico.
3. Excêntrico - Busca diferentes formas de viajar, procurando locais pouco visitados ou exóticos. Pouco interage com o meio ambiente, pois está mais preocupado em atingir suas metas do que em aproveitar a experiência em si.
4. Aventureiro - Procura atividades físicas que envolvam a natureza. Gosta de superar obstáculos, assim como aprecia a alta confiança que adquire ao fazê-lo.
5. Alternativo - Busca uma forma de lazer alternativo ou de baixo custo. O que interessa é a liberdade junto a natureza e o prazer que isso pode lhe proporcionar.

A compreensão desses tipos de turistas é fundamental para o empreendimento, uma vez que é necessário definir o mercado a ser atingido, observar a sua potencialidade e, então, planejar ações que possam atrair o turista a curto, médio e longo prazo.

1.3 - A Geografia do Turismo

O interesse da Geografia nos estudos em Turismo se relaciona ao fato do Turismo ser um fenômeno capaz de transformar e (re) organizar o espaço geográfico.

As primeiras relações da Geografia com o Turismo se respaldam nas práticas das viagens e no interesse pelo conhecimento de novos lugares. As viagens são práticas geográficas clássicas que estão no cerne dos estudos das diferenças espaciais existentes na superfície terrestre.

Os precursores dessa proto-Geografia são os “viajantes” que, através dos seus relatos e compêndios de curiosidades sobre lugares exóticos, instigaram os Estados a incentivarem as expedições científicas para a catalogação sistemática de dados e informações sobre os continentes e os países descobertos.

O Turismo ao atuar no espaço o transforma, sendo assim responsável em produzir novas territorialidades. Ao valorizar paisagens ele cria um território próprio para consumo do turista, se caracterizando assim como um híbrido que ao mesmo tempo possibilita o desenvolvimento de uma localidade, também gera degradação do meio ambiente e exclusão social (BECKER, p. 23, 1999). “O espaço do turismo é essencialmente fluido, porque por natureza implica mobilidade horizontal e vertical” (RODRIGUES, 2000, p. 62).

A análise integrada, interpretativa, contextualizada e crítica nasce em meio ao movimento de renovação da Geografia Tradicional e ganha concepções filosóficas estruturadas a partir da Geografia Nova.

Smith (1988), dentro de uma perspectiva teórica e ideológica bastante diversa comenta:

[...] Mas não é apenas a substância intrínseca de uma mercadoria que determina seu valor de uso. Antes, é a utilidade do objeto em relação a outros objetos, eventos, atividades. O valor de uso é, em primeira instância, uma relação, e como parte do conjunto de relações que determinam um valor de uso particular está um conjunto de relações espaciais. (Ibid, p. 130).

Mas o Turismo não transforma o espaço sozinho ele depende de um conjunto de relações que envolvem outros setores e outras atividades para se desenvolver. É possível dizer que o Turismo se apropria de elementos contidos no espaço e lhe atribui um valor que será transformado em produto turístico e será (re) organizado e inserido dentro de uma tipologia do Turismo seja de Turismo rural, cultural, ecológico entre outros, para finalmente tornar-se o produto final para ser comercializado.

A Geografia do Turismo se apóia no estudo da paisagem geográfica em seu sentido amplo. Assim essa consideração apontada nos leva a destacar que, por sua característica espacial, o turismo constitui um campo de interesse para as pesquisas em Geografia. Os estudos a esse respeito vêm ganhando ênfase nas últimas décadas, face a crescente expansão da atividade.

A par disso, nos últimos 30 anos, tornou-se necessário um mais amplo conhecimento da conduta das pessoas frente ao turismo, procedimento fundamentado, muitas vezes, na percepção geográfica. A percepção geográfica tem sido adotada para o planejamento e para o manejo integrado do meio ambiente.

Além disso, a percepção geográfica é considerada de crucial importância para um melhor entendimento da conduta do homem no espaço geográfico.

A Ciência Geográfica pode contribuir e, também, aprender a partir do diálogo com o Turismo, especialmente no que se refere a motivação do exercício da tradição geográfica do trabalho de campo, apropriando-se de uma abordagem social e incorporando novas categorias na investigação da realidade.

As categorias da Geografia como, paisagem, região, lugar, espaço e território são importantes para analisar e fundamentar a transformação que a atividade turística produz ao modificar o espaço.

Para Xavier (2004), os estudos do turismo, assim considerados procuram se basear em uma linha humanística, a qual encontrando fundamentos na fenomenologia, valorizam as experiências do homem em seu meio ambiente e nos lugares visitados. De modo especial, buscam desenvolver a idéia do sentido de pertencer, o que nos mostra que o turismo é a única atividade social que consome elementarmente o espaço. Daí a importância de entendermos o interesse da geografia pelo turismo.

Nessa abordagem, os estudos focalizam o turismo como um fenômeno social e espacial. Portanto, suas pesquisas deverão evocar a questão da territorialidade, considerada em um sentido amplo, o mais abrangente possível, como concepção pluri-dimensional, englobando os grupos sociais e os componentes físicos da natureza, bem como toda a complexidade de relações que se estabelecem entre eles.

Da mesma forma, considera-se a noção de meio ambiente, englobando o físico, o ecológico, o social, o ético e o psicológico, assim como é definido por Oliveira (1983): "meio ambiente é tudo aquilo que rodeia o homem". O turismo também se destaca como fenômeno social e, como tal, apresenta coerência ao ser considerado pela conduta das pessoas no meio ambiente. Com isso busca esclarecimentos coligidos sobre fundamentos cognitivos, afetivos e simbólicos com os lugares visitados pelos turistas, que também há o mundo-vivido daquelas pessoas que os recebem.

As lutas pelos direitos sociais da classe trabalhadora conquistaram um tempo livre diário, semanal e anual cada vez maior. Esse tempo é apropriado pela sociedade de consumo de massas que cria novas necessidades. O papel desempenhado pela mídia na produção de imagens turísticas reforça a fantasia, cria

espaços em resposta ao imaginário coletivo. A necessidade imperiosa de viajar é fabricada, sendo incorporada artificialmente ao rol das necessidades básicas do homem, conforme figura 02 a seguir na página 36.

De acordo com Trigo (1996) o turismo beneficia-se da nova ordem que surgiu nas sociedades pós-industriais, fruto de uma nova conjuntura internacional, das mudanças culturais e do crescimento econômico em alguns setores do mundo. A atividade turística passou a ser um espaço privilegiado da produção, na medida em que se tornou uma das ocupações sofisticadas do setor terciário.

O turismo deixou de ser um entreposto, sem grande importância, de relacionamentos humanos superficiais e modas passageiras para ser um produtor e veiculador de atitudes, de estilos de vida e de proporcionar novos padrões de condutas. Passou a fazer parte de uma sociedade ativa, inserido na indústria e no setor educacional com possibilidades de formação pessoal e de produção de informações garantidas pelos meios de comunicação de massa.

Esta prática vem mudando de sentido ao longo da história e cada nova definição consiste em nova tentativa de se conceituar algo que tem, reconhecidamente, uma dinâmica inquestionável.

É importante lembrar que, toda a definição de conceito é sempre carregada de ideologia e exprime, portanto, alguma forma particular de se ver o mundo, por parte daqueles que criam essas definições. Por ser uma prática social, o turismo é fortemente determinado pela cultura.

Ressalte-se, dentre outras considerações, como já mencionadas anteriormente, que os estudos da Geografia do Turismo se apóiam no estudo da paisagem geográfica. Além de manter suas características territoriais, o turismo constitui um campo de interesse para as pesquisas em Geografia.

Figura 02 - Necessidades Básicas do Homem

Fonte: P. de Groote (1983)

*Tradução e Adaptação: Adyr A. B. Rodrigues.

Todos esses aspectos destacam a importância geográfica e social do turismo, sendo, portanto, aspectos ligados à organização do espaço, às atividades humanas e à interação sociedade/natureza, situações que nos levam a considerar as inter-relações entre a geografia e o turismo são estreitas e profundas.

CAPÍTULO II

2.0 - FRONTEIRAS: CONFLITOS E CONVERGÊNCIAS - ABORDAGENS CONCEITUAIS

Muito embora a palavra fronteira, em um primeiro exercício de reflexão, pareça algo de fácil definição e se apresente relacionada ao termo limite e soberania de um Estado sobre um território, em um segundo momento, a fronteira seria também uma zona de contato entre domínios territoriais distintos. Mesmo neste caso, o sentido do contato foi historicamente associado na Europa às disputas territoriais, daí os primeiros intentos de institucionalizar as zonas de fronteira.

A semântica da palavra fronteira guarda uma forte conotação militar. Trata-se de um derivativo do substantivo fronte, ou frente, empregado, no período medieval, para designar uma ordem de batalha dada àqueles que se encontravam na vanguarda das tropas combatentes, caracterizadas pela consolidação de postos avançados de defesa e fortificações nos confins dos reinos em guerra (FOUCHER, 1991, p. 77).

A fronteira ao mesmo tempo em que é barreira, é também ponto de partida para novas frentes, despertando sentimentos de liberdade e de conquistas, assim, o desejo de liberdade é indutor dos movimentos autonomistas que são responsáveis pelas erupções de novos territórios e novas fronteiras. (MARTIN, 1992, p.11).

No âmbito do sistema de estados nacionais, os limites devem atuar como filtros aos fluxos internacionais. Neste sentido, podem ser mais ou menos permeáveis, podendo inclusive ser dissolvidos no que diz respeito a certos intercâmbios em função dos sistemas jurídicos internos que regulam as políticas aduaneiras, migratórias, sanitárias, etc.

Sendo assim, o limite internacional passa a ser uma convenção, ratificada de acordos diplomáticos, que circunscreve “uma área no interior da qual prevalece um conjunto de instituições jurídicas e normas que regulamentam as atividades de uma sociedade política”; logo, uma convenção que afirma a coesão interna do território sob o controle de um poder central. A configuração linear dos limites do Estado denota sobretudo uma informação, o enquadramento de uma apropriação política do espaço, sendo, portanto um dos objetos geopolíticos por excelência (RAFFESTIN, 1991).

Por outro lado, a delimitação entre estados soberanos pode provocar a ocorrência de zonas de tensão entre os grupos que ocupam as áreas contíguas. Na linha de raciocínio ratzeliano:

Os limites das áreas ocupadas pelos agrupamentos humanos são, por conseguinte moldados por forças sociais de ordem material [...]. A necessidade de sua fixação permanente surge quando estes agrupamentos se encontram, ao dilatarem as suas áreas de atuação. (RODRIGUES PEREIRA, 1940, p. 117)

No senso comum, percebemos que a noção de fronteira é relacionada à idéia de limite, de cerceamento da liberdade, pois é entendida como sendo o estabelecimento de uma linha.

Em sua obra, *Geografia Política* (1988), Ratzel, apresenta que não se pode considerar as fronteiras apenas como uma simples linha ou divisória, mas como instrumento vivo. A fronteira aparentemente rígida não seria mais do que a detenção temporária de um movimento. Para ele, esta tem uma função de um duplo movimento entre dois povos: é um meio-termo, organismo periférico que avança ou recua dando a medida da força ou da fraqueza da sociedade que limita.

Dentro deste contexto, a fronteira, por se tratar de algo que dilui esses processos é um espaço de tangência e por isso de potenciais identificações e de possibilidades sociais, culturais, econômicas e políticas.

Sendo vista como um limite, a fronteira, tem, portanto, um caráter fixo, como um objeto fixo de características essencialmente objetivas que recebe contornos racionais. Arroyo (1997, p. 28), assim as define:

Elas são parte de uma área não homogênea, mas, sim, contígua, atravessada por uma divisão jurídico-política que a separa de outro e, em consequência, a transforma em zona de contato. (ARROYO, 1997, p. 28)

Jacques Ancel, em seu livro *Géographie des Frontières* (1938), questiona as concepções exclusivamente cartográficas e naturais das fronteiras. Para ele, estes conceitos naturais não seriam suficientes para classificar as fronteiras, posto que são apenas referências que podem ou não ser adotadas de acordo com a dinâmica social e a correlação de forças entre as partes envolvidas.

Para o autor a fronteira é a somatória dos conceitos intelectuais e sociais, atuando como resultado do equilíbrio entre as diferentes forças motoras que regem

as diferentes sociedades. Seriam na terminologia proposta por Ancel (1938):

Isóbaras políticas que estabelecem o equilíbrio entre duas linhas de igual pressão, e passíveis de alteração conforme a história dos países. As fronteiras teriam, portanto, um caráter transitório, pois são modificadas quando ocorre uma alteração deste equilíbrio. (ANCEL, 1938, p. 65)

Deste modo, as ações de integração física somente serão efetivas se forem articuladas como forma de cooperação, solidariedade e de respeito às especificidades e heterogeneidades locais. O contato a partir das relações de vizinhança (amizade, integração, indiferença, hostilidades) é resultado da dinâmica econômica e política nacional de cada país.

Lahorgue (1997, p. 51) sinaliza que a cooperação trans-fronteiriça apresenta-se a partir de duas dimensões geográficas e políticas:

[...] a cooperação pode ser de vizinhança, como no caso das regiões de fronteira, mas nada impede que seja continental, sem contigüidade, ou que se referencie a características inerentes a um determinado clima ou acidente geográfico, como a fachada mediterrânea, por exemplo. Juridicamente, a cooperação é delimitada pelas normas de direito público, pelas práticas administrativas e pela política externa nacional. (LAHORGUE 1997, p. 51)

Na economia internacional, as relações internas e externas, decorrentes de constantes conflitos expressam as estratégias empresariais, que são definidas pelo mercado interno de cada país que, diante das problemáticas, podem optar por um processo de internacionalização.

Na obra *Géographie des Frontières* (1974), Raffestin e Guichonnet ressaltam a força das relações econômicas, destacando a rigidez dos limites fronteiriços, ou seja:

O dinamismo econômico está de algum modo, substituindo o dinamismo político e isto cria fenômenos de turbulência no jogo dos investimentos industriais, das empresas agrícolas e de movimentos pendulares. Desde então, a fronteira econômica, descolada da fronteira política, determina uma zona que tem dado uma certa atualidade à concepção alemã de fronteira, isto é, aquela saída das idéias ratzelianas (...). Não se trata de problemas de fronteiras, mas de problemas fronteiriços (...) zonas de articulação e zonas de tensão. (GUICHONNET & RAFFESTIN, 1988, p.31).

Portanto, a percepção de homogeneidade do território é apenas aparente;

a fragmentação se apresenta no processo de urbanização e na produção de novas territorialidades a partir dos movimentos de concentração, exclusão e seleção do solo urbano.

Abinzano (2005) apresenta o termo “fronteira”, como complexo espaço da resistência global, para o autor a idéia de linha de fronteira apresenta pontos de atuação das instituições especializadas no controle dos fluxos de toda ordem, e mais, como realidades concretas atreladas territorialmente e definidas de modo complexo e sutil pelas leis e respectivas constituições.

Essa complexidade está pautada com base no comportamento e na combinação das leis e regras que ora se sobrepõem, ora se mesclam, ora são fontes de contradições dependendo dos diferentes momentos das relações entre os países.

Essa integração sócio-cultural deve ser considerada, portanto, juntamente com a integração física, premissa para que se busque o desenvolvimento numa dimensão regional.

2.1 - A Fronteira como Elemento de Análise

Para Guichonnet e Raffestin (1974), a fronteira dispõe de uma diversidade de funções que levam ao entendimento de que estas servem a propósitos variados, estando sujeitas a alterações. Estas funções são marcadas pela presença humana, transmitindo suas características de força, independência e soberania. Sendo assim, é inevitável pensar que a socialização do indivíduo é intrinsecamente espacial e que as diferenças ocorrem pela diversificação das ações dos grupos sociais que atuam no espaço.

Como resposta às transformações políticas, econômicas, culturais e sociais da modernização, esses territórios buscam, através da mutação da própria natureza dos limites e das fronteiras, estabelecerem cenários para a crítica de suas próprias dimensões arbitrárias e para a inserção de ambientes integrados (HISSA, 2006, p.37).

Neste contexto vale lembrar das preocupações decorrentes da necessidade de compreensão das particularidades das zonas de fronteira, já que as noções de limite e liberdade pairam sobre as interações territoriais e, conseqüentemente no poder por ela exercido, levando-as a novas trajetórias, favoráveis ou não, entre esses domínios.

Oliveira (1983, p. 379) revela ao afirmar que:

[...] Existe vontade/ necessidade: de um lado é sempre avançar sobre os limites da legislação civil, fiscal e normativa; do outro, ao mesmo tempo, preservar os seus (para o outro)[...] (OLIVEIRA, 1983, p. 379)

Dessa dimensionalidade contraditória dos espaços periféricos, é que surge a caracterização conflituosa que invoca a pouca presença de homogeneização que House (1980, p. 474) aponta como a:

Predominância da política turbulenta na fronteira entre duas nações, que, somadas mais recentemente às questões ambientais, aos nacionalismos exacerbados, ao terrorismo e as discrepâncias estruturais, consolidam percepções ambíguas sobre os limites dos territórios nacionais. (HOUSE, 1980, p. 474)

Oliveira (2005) ainda coloca que a fronteira é um espaço caracterizado pela bipolaridade e multiformidade, dentro de um meio geográfico que exige transportar seus limites, fazendo alusão que os habitantes fronteiriços coexistem em ambientes de delicados fenômenos que só ali se desenvolvem.

De acordo com as palavras do referido autor (2005, p. 380) “Este ambiente plural transformou as fronteiras em territórios singulares. São singulares em relação ao território-nação e singulares entre si – cada fronteira é uma fronteira”.

Dentro deste contexto, podemos afirmar que as áreas limítrofes dos países tendem a possuir algumas características singulares que podem torná-las em um espaço de tensões e conseqüentemente um espaço de integração. Notamos aí uma duplicidade que tem por necessidade estabelecer separações e limites. (CASTELLO, 1995).

Assim, podemos afirmar que, a distância dos centros econômicos nacionais e as disparidades dos cenários político-econômicos desenvolvidos pelas trajetórias históricas diferentes, criam nas zonas de fronteira a quase necessidade de várias proximidades entre si, nem sempre benéficas, duradouras e eqüitativas para os lados envolvidos, mas cuja permissividade leva a um inexorável redimensionamento da convivência fronteiriça (OLIVEIRA, 2005).

As diferenças sociais entre os centros de poder, etnias e culturas, nas

zonas de fronteira apresentam desigualdades políticas, socioculturais e econômicas que transparecem a co-existência de diferentes regimes regulatórios (ANDERSON; O' DOWD, 1999) o que consolida a diversidade de situações existentes nessas regiões, principalmente as localizadas na América do Sul, que historicamente foram marcadas por disputas nacionais.

Utilizando a geografia, sociologia, política e economia, House (1980) desenvolveu um quadro teórico que contribuiu para o entendimento das dinâmicas de fronteira, caracterizando essas zonas como regiões de pouco peso político, sem a força das elites dominantes e pelas disparidades socioeconômicas.

Diante disso, Oliveira (2005) destacou algumas situações que podem constituir uma classificação para o processo de trocas através de conjunto de interações sociais e materiais que ocorrem na fronteira, possibilitando uma classificação conforme os níveis de integração funcional e formal, numa tipologia de relações fronteiriças.

A situação “A” que indica uma baixa integração formal com baixa integração funcional é classificada como fronteira morta, o que denota uma passividade entre os aglomerados urbanos fronteiriços.

Território perigoso é a classificação da situação “B”, que, pela excessiva informalidade, reflete presença mínima do estado e das instituições. A conjunção da alta integração formal com a alta integração funcional revela uma dinâmica de interações sustentadas pela confrontação das lógicas econômicas e políticas (RAFFESTIN, 1993, citado por OLIVEIRA, 2005), o que o autor classifica como fronteiras vivas “C”. Por fim, a situação “D” configura a fronteira burocrática (alta integração formal com baixa integração funcional), onde prevalece a potencialização da competitividade do meio geográfico com relação a outras regiões, com forte aparato estatal e empresarial e com pouco espaço para a construção de elos sociais entre os atores transfronteiriços.

Nesse sentido, trabalha-se com a hipótese da existência de interações entre dois aglomerados urbanos fronteiriços (conurbados ou semi-conurbados) e que os circuitos de comercialização envolvem desde produtos transnacionais como produtos de origem local, gerando diversas formas de trocas, de acordo com a figura 03 a seguir:

Figura 03: Convenções e relações fronteiriças

Fonte: House (1980), Adaptado pelo autor/ 2010.

Nessa dinâmica, os conceitos de justificação ganham características próprias em função da diversidade social de suas populações fronteiriças que, pela necessidade interagem espontaneamente através das convergências e divergências naturais de suas culturas e necessidades distintas, criando assim um mercado de trocas de informações socioculturais e econômicas, geradas por um lado, pelo sistema local formal formado por médios e grandes distribuidores de produtos na zona de fronteira, e por outro lado o sistema funcional representado por pequenos

comerciantes, ambulantes e feirantes que atuam no aglomerado de origem.

Este mundo “mercantil-doméstico” é selado através de um sistema, onde a venda direta é favorecida pela proximidade, pelo caráter interpessoal da relação e na qual é intimamente influenciada pelo preço e pelos laços de confiança e de reputação, decorrentes da tradição histórica existente entre as duas populações, ou seja a relação histórica de convivência e conveniência.

Já no nível intermediário encontram-se os comerciantes de médio porte, revendedores de produtos para os pequenos comerciantes e vendedores autônomos, dos dois lados da fronteira, sendo neste caso muito dependentes das variações cambiais que, favorecem ou não, as relações de troca com os estrangeiros. Este mercado caracteriza-se pelo modo de interação comercial, através dos produtos globais, e produtos nacionais que podem por vezes, retornar ao país de origem pelo comércio clandestino.

Estes produtos comercializados na região de fronteira constituem desvantagem para a produção e comercialização nacional do país vizinho, mas por outro lado, provoca o fenômeno do turismo de compras, que impulsiona o movimento transfronteiriço.

O sistema de normas criados no ambiente comercial da fronteira exige diferentes graus de avaliação para que ocorra uma legitimidade, mesmo que transitória associada às convenções de interesses, por vezes, conflituosos. Assim, podemos observar que mesmo existindo acordos implícitos, os julgamentos de valor e o clima de confiança, fatores estes, essenciais para a ocorrência das transações que, pela própria assimetria natural entre os dois lados da fronteira, são importantes para o desenvolvimento das complementaridades.

2.2 – Territorialidade e Fronteira

A territorialidade tem seu conceito baseado na questão de fronteiras geográficas. Esta idéia é muito importante, pois permite o entendimento da relação do espaço com os seus atores, ou seja, pessoas ou grupos que se apropriam de um determinado poder. Talvez seja então, a territorialidade o quesito mais importante quando tratamos de um espaço onde diferentes atores agem.

As especificidades fronteiriças abarcam então, como apontado anteriormente, os aspectos sociais, políticos, jurídicos, culturais e econômicos que

complementam ou limitam o desenrolar da vida na fronteira. Oliveira (2005, p.379) explica que, “Enquanto as leis no Estado-Nação funcionam de forma horizontal onde todos, sem distinção, estão sob sua égide e suas imposições, na fronteira, existe um escopo legal dividido em duas partes”. Se um primeiro olhar permite a percepção de que tudo está mesclado, um segundo olhar mais atento permitirá identificar os “limites” (sejam eles legais, fiscais, sociais ou culturais) da fluidez cotidiana.

Para Abinzano (2005, p. 13), ao olhar para o passado, nos deparamos com o descaso que a sociedade acadêmica apresentou para o estudo das fronteiras. O autor ainda faz as seguintes considerações sobre essa temática:

El término frontera a recibido una infinidad de definiciones de diversa índole. Es por eso que su redefinición y adecuación para nuestros estudios ha sido fundamental. Las sociedades humanas no poseen límites precisos como la piel del cuerpo humano. Los sistemas socioculturales son sistemas abiertos de inmensa complejidad y en ellos el espacio es una consubstancial. (ABINZANO, 2005, p. 13)

De uma forma geral, este fato a priori, explica que em parte ainda nos dias atuais o entendimento da fronteira tem se mostrado confuso e carente de investigações, sob o prisma teórico ou pragmatista. Isso se acentua quando considerados os processos de urbanização contígua em áreas fronteiriças, que abrangem uma conurbação em territórios de duas nacionalidades. Nesses casos, entende-se que ainda mais, é necessário obter-se avanços teóricos, a título de subsidiar os processos de gestão fronteiriça impostos pelo capitalismo globalizado.

Assim, Moraes (2002, p. 16), pondera que:

Vivemos um mundo de países e territórios estatais, e de uma forma tão exclusiva, que não raro se observam as fronteiras num mapa político do globo como se fossem acidentes geográficos da superfície da Terra, como se fossem linhas da mesma qualidade dos limites naturais (que assinalam rios e serras). Tal fetichização da fronteira representa a plena consolidação da forma de dominação estatal territorial na atualidade. (MORAES, 2002, p. 16)

Já Machado (1998), coloca que a determinação e a defesa dos limites de uma possessão ou de um Estado se encontram no domínio da alta política e da alta diplomacia; a fronteira pertence ao domínio dos povos. Há de se repensar as estratégias de integração regional em áreas de fronteira, pois, nesta, a integração é de “corpo a corpo”, ou seja, de contato humano e de culturas.

2.3 - A Legislação Vigente

O marco jurídico-institucional que trata das áreas de fronteira sofreu ao longo dos anos modificações, em parte para adaptar-se a novas realidades e em parte por mudanças de orientação das políticas públicas.

Numa perspectiva histórica, os países limítrofes da América do Sul aplicaram regimes específicos para suas áreas de fronteira, geralmente qualificadas como “zonas ou faixas de segurança”, cujos critérios restritivos inibiram e restringiram a implementação de projetos de integração localizados nessas zonas ou faixas.

O Brasil também seguiu esse padrão, a fronteira sendo concebida como área de segurança nacional a ser protegida de inimigos externos. Só recentemente passou-se a pensar a zona de fronteira como espaço de integração econômica e política entre as nações sul-americanas, fato este, provavelmente ligado à recuperação do regime democrático no continente, após longo período de ditaduras.

Assim, o momento atual pode ser caracterizado como um momento de passagem de uma concepção de fronteira exclusivamente de defesa de limites territoriais, rígida e isolante, para uma “concepção de aproximação, união e abertura num espaço integrador sobre o qual se devem orientar as estratégias de desenvolvimento através de ações conjuntas entre países vizinhos”.

Nesse novo contexto, o marco regulatório da Faixa de Fronteira está sendo reavaliado, embora permaneça ainda a concepção de área de “segurança, controle e proteção”. Projetos de lei e novos acordos estão surgindo, ligados à integração fronteiriça, à cidadania e ao desenvolvimento econômico, como será visto mais adiante. A faixa de fronteira está sendo finalmente chamada a desempenhar um papel ativo nas relações entre países limítrofes.

A primeira vez no Brasil em que a Faixa de Fronteira foi definida como área geográfica com regime jurídico particular foi no final do século XIX, pela Lei 601, de 18 de setembro de 1890, que reservou uma faixa 10 léguas (66 km), ao longo do limite do Território Nacional, cujas terras devolutas poderiam ser concedidas pela União. Um ano depois, a primeira Constituição republicana brasileira delegava aos Estados o poder sobre essas terras situadas nos respectivos territórios, cabendo à União somente a porção indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.

Na década de 1930, a Faixa de Fronteira foi sendo sucessivamente ampliada de 66 km para 100 km, e depois para 150 km (Constituições de 1934 e 1937, respectivamente). O poder de concessão de terras ou de vias de comunicação na Faixa passava para o *Conselho de Segurança Nacional* (órgão equivalente ao atual “Conselho de Defesa Nacional”), responsável também por garantir o predomínio de capitais e trabalhadores nacionais na fronteira.

Em 1955, a Lei 2.597 define as zonas indispensáveis à defesa nacional, mantendo entre elas a Faixa de Fronteira de 150 km, como zona de segurança e estabelece que a União aplique anualmente 60% de sua arrecadação [na faixa], especificamente em viação e obras públicas; ensino, educação e saúde e desenvolvimento da lavoura e da pecuária. Para obter os recursos, as prefeituras deveriam submeter planos à Comissão Especial da Faixa de Fronteira (CEFF) que, por sua vez, deveria solicitar que esses recursos fossem previstos no Orçamento da União, concorrendo com 50% do custo das obras realizadas.

O auxílio financeiro seria concedido para realização de pequenas intervenções locais, mas seu propósito político era mais ambicioso: proporcionar condições mínimas de sobrevivência às populações fronteiriças, fixar o homem à terra, impedindo o êxodo rural para os grandes centros, difundir o sentimento de brasilidade abalado pela ausência do poder público nos pontos mais remotos do território nacional, e reduzir as desvantagens em relação às outras populações lindeiras. Assim criava-se o embrião do Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira - PAFMFF, institucionalizado posteriormente pela Lei 6.634/79.

Os principais instrumentos legais que definem e regulamentam a ocupação da faixa de fronteira são, até hoje, a Lei 6.634, de 2 de maio de 1979 e o Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980, que considera a Faixa de Fronteira como área indispensável à Segurança Nacional. Um polígono foi definido a partir da linha limítrofe do território nacional, numa largura de 150 km, estabelecendo-se uma série de restrições ao uso da terra e a realização de uma série de atividades na Faixa.

Segundo esses instrumentos legais, os seguintes atos deverão obter o consentimento prévio da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional:

- a) Alienação e concessão de terras públicas;
- b) Abertura de vias de transporte e instalação de meios de

comunicação destinados à exploração de serviços de radiodifusão de sons ou radiodifusão de sons e imagens;

- c) Construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso;
- d) Estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança nacional;
- e) Instalação de empresas que se dedicarem às seguintes atividades: pesquisa e lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais, salvo aqueles de imediata aplicação na construção civil, assim classificados no Código de Mineração;
- f) Colonização e loteamento rurais; g) transações com imóvel rural que impliquem a obtenção, por estrangeiro, do domínio, da posse ou de qualquer direito real sobre o imóvel; h) participação, a qualquer título, de estrangeiro, pessoa natural ou jurídica, em pessoa jurídica que seja titular de direito sobre imóvel rural.

As empresas que se dedicarem às indústrias ou atividades citadas anteriormente deverão obrigatoriamente satisfazer às seguintes condições:

- a) Pelo menos 51% do capital pertencente a brasileiros;
- b) Mínimo de 2/3 de trabalhadores brasileiros;
- c) Administrada ou gerenciada por brasileiros em maioria.
- d) No caso de pessoa física ou empresa individual, só brasileiro será permitido o estabelecimento ou exploração das indústrias referidas; e
- e) Alienação e concessão de terras públicas, na Faixa de Fronteira, não poderão exceder 3.000 ha.

Na Constituição de 1988 a Faixa de Fronteira aparece em quatro artigos, sem maiores alterações no estabelecido pela lei anterior. O artigo 20 reforça que as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras são bens da União; o artigo 21 mantém como competência da União não só executar os serviços de polícia de fronteira, como também a exploração direta ou mediante autorização, concessão ou permissão, dos serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais.

O artigo 91 delega ao Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do

Presidente da República, a tarefa de “propor critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas como a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo”.

Posteriormente, a Lei 8.183 de 11 de abril de 1991 regulamenta o parágrafo 1º do artigo 91 da Constituição de 1988. O artigo 176 estabelece condições específicas para a pesquisa e exploração dos recursos minerais do subsolo quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira e condiciona sua realização à autorização ou concessão da União.

Cabe mencionar ainda que, simultaneamente à Assembléia Constituinte foi criada o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental - o PROFFAO. Pouco divulgado, este Programa se preocupava com projetos de proteção das terras indígenas e como a conservação ambiental na fronteira, mas quase nada saiu do papel.

Desde 2000, a Faixa de Fronteira e seu desenvolvimento estão a cargo da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional através do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Regulamentação recente sobre a Faixa de Fronteira;

Levantamentos realizados sobre leis, medidas provisórias, decretos-lei e decretos referentes à fronteira e a faixa de fronteira apontam para temas relacionados à segurança, proteção e controle de fronteiras, porém já se percebe um crescente número de temas ligados à integração e à cidadania.

A legislação vigente sobre a fronteira aprovada no Senado no período 1980 a 2003 tem sua data inicial do período ao da aprovação da Lei 6.634 de 2 de maio de 1979 (a principal peça jurídica do arcabouço da legislação sobre a Faixa de Fronteira). A legislação vigente, composta por Leis, Decretos Legislativos (DLG), Decretos-Lei do Congresso (DLN) e Decretos, foi classificada por data de aprovação, tema e área de abrangência. Os temas foram divididos em: *Institucional* (militar e civil), *Desenvolvimento Econômico* (infra-estrutura, vigilância sanitária de fronteira, fundiário), *Ambiente* e *Cidadania*.

As questões institucionais (20%) somadas às questões fundiárias (20%) e de infra-estrutura (23%) dominam a legislação. Observa-se, no entanto, que o institucional civil (15%) ultrapassa o institucional militar (5%) e as questões de segurança (3%). Se associado à vigilância sanitária (10%), é possível deduzir a

mudança de caráter do que significa o controle e proteção das fronteiras para o Estado brasileiro nas últimas décadas.

Por sua vez os interesses comerciais crescentes do Brasil na América do Sul privilegiam questões ligadas à integração e ao desenvolvimento econômico (13%). A legislação relacionada a questões de cidadania (8%) é outro objeto de interesse, embora muitas das leis aprovadas estejam indiretamente associadas às questões de desenvolvimento econômico, seguida pelas questões ambientais (3%).

2.4 - Divisão Tipológica das Fronteiras

Para Martin (1992), estudar a fronteira é algo polêmico e consideravelmente esquecido, já que, o conceito ainda hoje é associado a conflitos, destruição, vigilância, repressão, ou ainda: a fronteira é para muitos, na melhor das situações, o espaço que separa dois povos.

De acordo com o autor supra citado, as fronteiras constituem faixas que podem ou não ser povoadas e, sendo povoadas, podem evoluir ao estágio de lócus de intercâmbio entre dois países vizinhos.

Cada “fronteira” apresenta-se com uma intensidade maior ou menor de conexão com seu território contíguo, como demonstrado anteriormente, é isso que a tipologia das relações de fronteira procura explicar a partir dos conceitos desenvolvidos por Oliveira (2005, p. 383):

1. A integração formal - como o próprio nome diz, está respaldada na legislação através de acordos bilaterais de âmbitos comercial, educacional ou de caráter fitossanitário entre outros, ou seja, pressupõe um aparato institucional e respalda-se na presença dos agentes do circuito superior.
2. A integração funcional - que se refere ao circuito inferior da economia, sendo consequência da força de mercado e da articulação dos atores sociais.

Ambas, apresentam-se em intensidades e conexões diferentes uma vez que, do ponto de vista do Estado-Nação, a formalidade deve ser expandida e sob a ótica da população, a funcionalidade tem maior importância e define as

complementaridades.

Torna-se necessário, lembrar que para Antonio Carlos Moraes (Op. cit: 95 e 96), fronteiras:

São construções históricas que possuem vários pressupostos, entre eles a constituição dos Estados. Na verdade, no mundo moderno, são linhas que formalmente delimitam e legitimam as áreas de exercícios de soberanias estatais. Assim, bordejam territórios, entendidos como espaços qualificados pelo domínio político. Há, desse modo, um componente de submetimento e conquista na definição das fronteiras, que geralmente põe em sua gênese um caráter bélico. Todavia, sobre este dado (...) deve-se desenvolver todo um processo legitimador, que torna a fronteira também um constructo jurídico (...). E, finalmente, a fronteira é finalmente uma construção ideológica, no sentido de que a conquista e legitimação objetivadas devem ser assimiladas pelos atores sociais envolvidos no processo. E a maior fetichização das fronteiras – como visto – está, exatamente, em torná-las como naturais. Isto é, ver aquelas linhas demarcatórias dos domínios espaciais dos Estados como acidentes geográficos da superfície terrestre. (MORAES, 2002, p. 95 e 96)

Tal parecer tem recebido muita influência integracionista, geradas a partir da globalização que, a despeito de seus efeitos negativos, tem alterado favoravelmente, em algumas situações, a fluidez das fronteiras, impondo novos arranjos e conexões as que não somente os de ordem militar ou de lugar de contravenções, conforme associação de idéias muito corrente, ao se imaginar uma fronteira no modelo tradicional.

Assim, ao se manifestar em determinadas áreas de fronteira periféricas, a globalização do espaço-mundo, se impõe ao mesmo tempo através de um novo ritmo e de expectativas de desenvolvimento, podendo, num refluxo, trazer à tona incertezas e conflitos gerados a partir do choque entre os ritmos de reprodução do espaço-tempo mundial e espaço-tempo local de fronteira.

Pablo Wong-Gonzales (2002, p.127), afirma que:

(...) la globalización puede ser definida como un proceso altamente paradójico, de carácter multidimensional, que convierte al mundo en un objeto de bolsillo y donde, a través de la compresión espacio-tiempo impulsada por las innovaciones tecnológicas y la informática, produce una fusión dialéctica entre lo local y lo global, generando redes y espacios virtuales a través de las fronteras nacionales. (WONG-GONZALES, 2002, p. 127)

Deste modo, em determinados casos, presume-se que, as fronteiras são

mais que o bordejamento entre dois países, contribuindo para a existência de cenários de separatismo marcados por diferenças culturais que por vezes chegam às raias da xenofobia. São, portanto, os reflexos de uma construção produzida a partir de distintas percepções da realidade coletiva entre os grupos humanos que se avizinham ou se contatam mais pelas diferenças (PESAVENTO, 2002).

Diante da grande polêmica instaurada sobre a variedade dos aspectos inerentes aos estudos das fronteiras, sua diversidade e complexidade atual do ponto de vista teórico-metodológico e conceitual, ainda é grande o número de definições sobre esse termo.

2.5 - Zona de Fronteira: Interações com os Países Vizinhos - Tipologia das Interações Transfronteiriças

No campo das interações transfronteiriças, as situações de fronteira não são as mesmas ao longo do extenso limite internacional (continental) do país (15.700 km), não só devido às diferenças geográficas, mas também ao tratamento diferenciado que recebe dos órgãos de Estado e ao tipo de relação estabelecida com os povos vizinhos. Quanto a este último aspecto destaca-se a importância para a geografia da fronteira e para um novo Programa de Faixa de Fronteiras das cidades-gêmeas, lugares onde as simetrias e assimetrias entre sistemas territoriais nacionais são mais visíveis e que podem se tornar um dos alicerces da cooperação com os outros países da América do Sul e consolidação da cidadania.

Para a tipologia das interações transfronteiriças foram utilizados os modelos propostos pelo geógrafo francês Arnaud Cuisinier-Raynal (2001), com algumas adaptações necessárias ao caso brasileiro. Os mesmos modelos foram aplicados às cidades-gêmeas, embora essas cidades não sejam contempladas no trabalho de Cuisinier-Raynal. O mais comum são situações de superposições de tipos de interação, mas é possível distinguir aquela dominante. São cinco os modelos que fundamentam a tipologia de interações:

1. Margem:

Na *margem* a população fronteiriça de cada lado do limite internacional mantém pouco contacto entre si, exceto de tipo familiar ou para modestas trocas comerciais. As relações são mais fortes com o nacional de cada país do que entre si,

apesar da vizinhança. Em outras palavras, a primazia da dinâmica é local ou nacional.

Tal situação é consistente com a ausência de infra-estrutura conectando os principais núcleos de povoamento de um e outro lado da fronteira, ou a presença de raras pistas carroçáveis, não transitáveis anualmente. A ausência de projetos de cooperação transfronteiriça e a presença intermitente e não sustentada do Estado (federal, estadual), exceto por alguns investimentos de tipo sanitário (postos de saúde) ou escolas de ensino fundamental também caracteriza o modelo “margem”. Podem ser considerados espaços potenciais de aplicação de políticas públicas futuras.

Na Faixa de Fronteira do Brasil apenas trechos do Estado do Acre (trechos laterais a Santa Rosa do Purus) se aproximam de uma situação de *margem*. Na maioria dos lugares que apresentam características similares políticas territoriais foram adotadas pelo Estado central, alterando a situação de *margem*, substituídas por *zonas-tampão*. Foi o caso da zona de fronteira entre o Pará e as Guianas.

2. Zona-tampão:

O termo pode ser aplicado às zonas estratégicas onde o Estado central restringe ou interdita o acesso à faixa e à zona de fronteira, criando parques naturais nacionais, áreas protegidas ou áreas de reserva, como é o caso das terras indígenas. Mesmo que em certos locais exista uma relação de tipo cultural ou de ordem comercial ou uma combinação deles para justificar sua criação, a situação de bloqueio espaço-institucional ‘pelo alto’, ou seja, pelo governo central, pode criar uma dicotomia espacial com potencial de conflito entre o institucional e os nexos de passagem e expansão espontânea do povoamento no nível local.

O conflito recente entre indígenas e frentes de exploração e entre os próprios indígenas, ocorridos a propósito da regulamentação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, em Roraima, é um caso exemplar.

Vários fatores inspiram esse tipo de política, entre eles:

- a) a presença de recursos naturais próximos da fronteira, explorados ou não;
- b) impedir ou dificultar o avanço de frentes pioneiras que, no caso do

Brasil, são majoritariamente frentes de povoamento ou de exploração de nacionais;

c) existência de áreas de tensão militar;

d) diminuir os custos da infra-estrutura de defesa e vigilância;

d) reconhecimento da ocupação do território por grupos locais.

De modo geral a proteção de recursos naturais é uma questão fundamental para grande parte da fronteira norte do país. As tentativas anteriores de adotar outro modelo, como proposto no Programa Calha Norte, que associa uma frente militar com projetos de colonização foi vencida pelo modelo da “zona-tampão”, a primeira vista mais barato sob a ótica orçamentária.

No entanto, por ser responsável pela promoção de periferias-tampão, o Estado deve atentar para o desenvolvimento e cooperação transfronteira nas zonas protegidas. O termo “zona-tampão” é válido no sentido de coibir movimentos migratórios não-indígenas e dar uma cobertura institucional às áreas culturais indígenas, cuja mobilidade transfronteira espontânea é antiga e bastante intensa, como ilustrado pelos ticunas do Alto Solimões, ou dos ianomâmis no Extremo-Norte amazônico.

Importantes obstáculos físicos (Montes Parima) ou áreas florestais também podem ser zonas-tampão “naturais”, ou podem ser institucionalizadas como tal, com a criação de parques, reservas ou florestas promovidas pelo Estado.

3. Frente:

O termo é usualmente empregado para *frentes pioneiras*, nome proposto faz mais de cinquenta anos para caracterizar frentes de povoamento. No caso das interações fronteiriças, o modelo “frente” também designa outros tipos de dinâmicas espaciais, como a frente cultural (afinidades seletivas), frente indígena ou frente militar.

No caso do Brasil, todas elas podem ser identificadas em momentos diferentes da história territorial. A frente indígena da área conhecida como “cabeça do cachorro”, na fronteira do município de São Gabriel da Cachoeira/AM no Alto Rio Negro (Uaupés-Caquetá) com a Colômbia conviveu com a frente militar do lado brasileiro durante anos, mais tarde substituída pela “marca” indígena e unidade de conservação natural do Alto Rio Negro. Os batalhões de fronteira permanecem na

zona, e apesar da grande base militar em São Gabriel, é a FUNAI o órgão governamental com maior penetração. A frente militar é geralmente composta por uma rede de postos de vigilância administrada pelo Exército, sem que haja população fronteiriça comunicando-se entre os postos (batalhões de fronteira). A frente militar difere da frente pioneira (a pioneira pode ser identificada como um tipo de frente cultural), visto que os investimentos dos Estados restringem-se às ações fronteiriças somente na perspectiva tática (aeródromos, pista de helicópteros, etc.).

4. Capilar:

Existem processos diversos responsáveis por interações de tipo *capilar*. As interações podem se dar somente no nível local, como no caso das feiras, exemplo concreto de interação e integração fronteiriça espontânea. Pode se dar através de trocas difusas entre vizinhos fronteiriços com limitadas redes de comunicação, ou resultam de zonas de integração espontânea, o Estado intervindo pouco, principalmente não patrocinando a construção de infra-estrutura de articulação transfronteira. A primazia é o local, antes de ser nacional ou bilateral como no modelo sináptico.

O cenário capilar é geralmente superposto pelo modelo sináptico, principalmente nas passagens fronteiriças mais importantes, seja por serem mais freqüentadas ou mais estratégicas. No Brasil, as interações de tipo capilar nos segmentos de fronteira são reconhecíveis em várias regiões. Destacam-se: a fronteira entre Rondônia e Bolívia (Departamentos de Pando e Beni); entre Mato Grosso do Sul e o Paraguai (Departamento de Amambay); entre Santa Catarina e Extremo-Noroeste do Rio Grande do Sul com a Argentina (Província de Misiones); entre o Extremo-Sudeste do Rio Grande do Sul e o Uruguai (Departamento de Cerro Largo).

5. Sinapse:

O modelo da sinapse, termo importado da biologia, se refere à presença de alto grau de troca entre as populações fronteiriças. Esse tipo de interação é ativamente apoiado pelos Estados contíguos, que geralmente constroem em certos lugares de comunicação e trânsito infra-estrutura especializada e operacional de suporte, mecanismos de apoio ao intercâmbio e regulamentação de dinâmicas, principalmente mercantis. As cidades-gêmeas mais dinâmicas podem ser

caracterizadas de acordo com este modelo. No caso da sinapse, os fluxos comerciais internacionais se justapõem aos locais. A articulação entre Foz do Iguaçu - Ciudad del Este (Paraguai), ou de Uruguiana - Paso de los Libres (Argentina) é ilustrativa.

Praticamente todas as cidades-gêmeas articuladas por pontes pertencem a este tipo, sendo eles estratégicos para o comércio bilateral. No caso dos vizinhos do Cone Sul, muitas cidades do outro lado do limite internacional ganharam o estatuto de Zona Franca exatamente para estimular as trocas internacionais. Uma paisagem urbana peculiar surge nesse tipo de cidades-gêmeas, com a formação de sindicatos de cambistas, de motoqueiros *transborder*, de infra-estrutura hoteleira e de redes de lojas especializadas.

Aplicada a tipologia de interação aos segmentos de fronteira, conforme figura 04 a seguir, a sinapse aponta para um regime fronteiriço amplo, onde não é incomum a criação de assimetrias espaciais, caso da fronteira do Cone Sul-mato-grossense e do Paraná com o Paraguai (Departamentos de Canindeyú e Alto Paraná)

Por outro lado, a interação de tipo sináptico pode ser estrutural ou conjuntural. No Sudoeste do Rio Grande do Sul (Campanha Gaúcha), na divisa com o Uruguai e a Argentina, as interações são do tipo sináptico-estrutural: as relações tanto no urbano como no rural tem uma longa história comum, com fazendas que se estendem de um lado a outro da fronteira, forte intercâmbio cultural e de trabalho (ver mapa da imigração internacional) e articulações promovidas ativamente pelos Estados durante anos.

Já a fronteira entre o Paraguai e o Cone Sul-mato-grossense pode ser classificada como sendo de sinapse conjuntural, estimulada não só pela frente agrícola como pelo domínio da produção e comércio ilícito da *Cannabis sativa* por brasiguaios (Departamentos de Amambay e Concepción).

2.6 - Tipologias de Fronteira

Após um longo período afastada das temáticas de debate acadêmico, a fronteira voltou a ser objeto de preocupação a quem foi atribuída uma gama complexa de definições, tipos e conceituações.

A partir da década de 1990, vários pesquisadores tem buscado cada vez mais realizar estudos, embasados nas mais diversas concepções teórico-metodológicas. Estas pesquisas estabeleceram algumas definições e nomenclaturas para designar os tipos de fronteiras, das quais algumas merecem destaque, conforme quadro 01 abaixo:

Quadro 01 – Tipologia e Definições de Fronteira

AUTOR	TIPOS DE FRONTEIRA	DEFINIÇÃO
André Roberto Martin (1992)	Mortas	São as que possuem baixo índice de densidade populacional na área.
	Esboçadas	São as fronteiras que estão se desenvolvendo
	Duras e Moles	São aquelas determinadas conforme facilidade de fluxo
	Super-impostas	Essas fronteiras cortam áreas de estabelecimento já consolidado
Carla Moller (2002)	Barreira	Formada através da ocorrência de acidentes geográficos.
	Zona	São caracterizadas por áreas extensas e inabitadas, como montanhas, florestas, desertos, geleiras, etc.
	Linha	Se caracteriza pela ocorrência de marcos e outras formas de símbolos bastante visíveis que estabelecem a divisão territorial entre dois ou mais países.
José Martins (1997).	Antropológicas	Estas possuem divisões entre grupos humanos em diferenciados estágios de civilização e desenvolvimento
Marlene Santos (1995)	Vivas	Áreas com destaque para interesses militares, econômico/político. Essa característica a torna dinâmica com elevado grau de ocupação.

Fonte: Adaptado pelo autor/ 2010.

Ao se projetar o turismo nas áreas de fronteira, nos deparamos com situações que remetem ao ponto de partida da investigação, justamente pela

necessidade, sobretudo, de representação no âmbito político para planejamento do turismo nestas áreas.

Neste sentido, ainda podemos apresentar cinco tipologias sistematizadas por Mattos (1990), conforme quadro 02 a seguir, a partir do acúmulo teórico sobre o assunto:

Quadro 02 – TIPOLOGIAS DE FRONTEIRA POR MATTOS

CARACTERÍSTICA	TIPOS DE FRONTEIRA	DEFINIÇÃO
Legislações dos Estados Modernos	Terrestres	Separam países no interior dos continentes, mesmo quando existem rios e lagos;
	Marítimas	Quando situadas nos oceanos;
	Aéreas	Referentes ao espaço aéreo de cada país;
	Espaciais	Quando extrapolam o espaço aéreo rumo às camadas extra-atmosféricas.
Sua Natureza	Naturais	Limitadas por acidentes naturais, rios, montanhas, lagos, desertos, mar.
	Artificiais	Traçadas por linhas imaginárias, astronômicas, geodésicas ou matemáticas.
Grau de Ocupação	Ocupadas	Quando habitadas;
	Vazias	Quando desabitadas;
Estado de Evolução	Esboçadas	Quando em áreas desabitadas ou pouco habitadas ou sem uma demarcação clara;
	Vivas ou de tensão	Quando há confronto entre os interesses das populações vizinhas;
	Mortas	Onde não existe pressão política ou populacional, em regiões decadentes.
Situação Jurídica	De jure	Quando delimitada em comum acordo entre as partes;
	Em litígio	Quando contestada por uma ou ambas as partes, mas em processo de negociação;
	Em conflito	Quando contestada por uma ou ambas as partes, em estado de tensão, com a negociação

Fonte: Mattos (1990) – Adaptado pelo autor/ 2010.

Além destas tipologias podem ser acrescentadas expressões muito utilizadas no cotidiano social tais como: fronteira agrícola; fronteira do conhecimento; fronteira cultural e fronteira lingüística, etc.

Cabe ainda destacar as definições adotadas pela Divisão de Fronteiras do Itamaraty (2010):

- Fronteira: termo genérico, relativo a uma região ou faixa de território abrangente;
- Limite: termo exato cuja concepção linear define precisamente o terreno;
- Delimitação: fixação dos limites por meio de tratados internacionais;
- Demarcação: implantação física dos limites, construção de marcos em pontos determinados;
- Densificação e caracterização: aperfeiçoamento sistemático da materialização da linha limite mediante intercalação de novos marcos, com o objetivo de torná-los mais intervisíveis.

Nesse sentido, mesmo que em alguns casos algumas fronteiras tenham de forma bem visíveis, quaisquer simbologias (marco), normativas (leis) ou artificialidades (placas) que exaltem a divisão entre Estados, territórios e povos, os turistas devem senti-las como uma para o *“fazer turístico”*.

Esses territórios (re) visitados devem ser percebidos como extensões uns dos outros. Algo que remeta à idealização, no plano mental, de um território de territórios: a extraterritorialidade do turismo.

Todos esses conceitos demonstram a importância da fronteira para a ciência geográfica, apresentando para ela mais um desafio, já que ao se colocar a fronteira como objeto de análise, nos colocamos diante de outra questão muito debatida no meio geográfico: a região e o turismo.

Essa temática tão associada à geografia na atualidade, merece destaque, com o intuito de estabelecer a diferença desta sob os aspectos e as possibilidades para o desenvolvimento do turismo nas fronteiras de modo a associá-la ao turismo e a região, com metas para planejamento e desenvolvimento local.

O momento atual apresenta novos condicionantes, que tornam imperativa a mudança de perspectiva do Estado nacional em relação à fronteira continental, perceptíveis em diversas escalas geográficas:

1. Global:

- Mudança das condições técnico-tecnológicas (sistema global de

telecomunicações) no campo da produção e troca de informações possibilitando o acesso dos povos da fronteira a centros de poder que não só o do Estado Nacional a que pertencem;

- Proliferação de estratégias e planos de ação de organismos internacionais e empresas transnacionais, interferindo na pauta e nos meios disponíveis dos governos nacionais; e
- Pressões internacionais sobre questões específicas (indígenas, ecologia, tráfico de ilícitos) que não estão cobertas pelos atuais sistemas de controle territorial dos Estados Nacionais.

2. Subcontinental:

- Implantação e desenvolvimento de agrupamentos funcionais dos estados nações (MERCOSUL, Comunidade Andina) possibilitando a formulação de novo marco regulatório das interações entre os Estados, inclusive a criação de territórios especiais regido por normas bilaterais ou multilaterais;
- Esforço, ainda em marcha lenta, de integração da malha rodoviária por parte de vários governos sul-americanos com objetivo de conectar a vertente do Atlântico à vertente do Pacífico;
- Problema da intensificação do tráfico de armas e drogas ilícitas na Zona de Fronteira, com efeitos sobre os condicionantes do desenvolvimento econômico e social nas regiões subnacionais; e
- Expansão de movimentos migratórios e pendulares na Zona de Fronteira que exigem tratamento bilateral ou multilateral.

3. Nacional:

- Ajuste das políticas públicas estatais à 'permeabilidade' das fronteiras;
- Integração da Faixa de Fronteira às outras regiões do país por estar à frente do processo de integração sul-americana;
- Promover a cidadania e o desenvolvimento regional como forma de combater o crescimento de diversos tipos de tráfico de ilícitos; e
- Criar novos espaços de articulação entre os sistemas territoriais

produtivos de áreas com povoamento consolidado e não-consolidado do país.

4. Subnacional:

- Sinais de insatisfação com o modelo tradicional de relações hierárquicas entre o estado/região (inferior) e o centro decisório nacional (superior), que na Faixa de Fronteira se expressa pela crítica ao desconhecimento dos efeitos na escala subnacional e local de decisões tomadas na esfera federal; e
- Iniciativas dos estados federados em criar laços comerciais e culturais diretamente com o mercado global, obedecendo a pressões e estratégias de cunho regional, mas que são débeis e pouco articuladas quando se referem aos países vizinhos.

5. Local:

- Demanda por maior conhecimento do centro decisório nacional sobre as especificidades territoriais dos municípios de fronteira.

Os 588 municípios da Faixa de Fronteira do Brasil apresentam situação geográfica distinta em relação à linha de fronteira. Grosso modo podem ser classificados em dois grandes grupos, os lindeiros e os não-lindeiros. No grupo dos municípios lindeiros existem três casos:

- a) Aqueles em que o território do município faz limite com o país vizinho e sua sede se localiza no limite internacional, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semiconurbação com uma localidade do país vizinho (cidades-gêmeas);
- b) Aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede não se situa no limite internacional; e
- c) Aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede está fora da Faixa de Fronteira.

O grupo dos municípios não lindeiros, ou seja, na retaguarda da faixa pode ser dividido em dois sub-grupos:

- a) Aqueles com sede na Faixa de Fronteira; e
- b) Aqueles com sede fora da Faixa de Fronteira.

2.7 - “Nós” e os “Outros”: Identidade Cultural e Interações Transfronteiriças

Como deixamos claro ao longo deste trabalho, uma das especificidades mais importantes das políticas de desenvolvimento regional voltadas para faixas de fronteira refere-se ao fato de que se trata não de áreas-limite ou de “margens”, mas justamente de áreas de contato e de interação. Daí a relevância de um tratamento especial às formas com que se realizam estas interações, não apenas aquelas de ordem mais estritamente econômica, mas também as interações sociais e culturais, em sentido mais estrito, que revelam a solidez (ou a fragilidade) dos amálgamas, efetivos e potenciais, das áreas de fronteira.

A tipologia das interações culturais transfronteiriças diz respeito às relações identitárias promovidas ou passíveis de serem promovidas de um lado ao outro da faixa de fronteira. A exemplo do que realizamos em relação ao desenvolvimento sócioeconômico, sugerem uma série de diferentes padrões de inter-relação entre o lado brasileiro e os demais países limítrofes.

Distinguimos assim os vários segmentos fronteiriços de acordo com os diferentes países e/ou unidades político-administrativas dos Estados vizinhos, e as características de cada um desses segmentos no que se refere:

- a) À natureza das identidades do lado brasileiro, levando em conta as características de maior uniformidade, pluralidade (convívio, lado a lado, de diferentes identidades) ou hibridismo (imbricação ou amálgama de várias identidades) e maior estabilidade (permanência) e dinamismo (mutação) dessas identidades;
- b) Ao grau de permeabilidade cultural transfronteiriça – alto, médio ou baixo – e o tipo de interação cultural a partir da maior ou menor influência cultural brasileira sobre os países vizinhos;

- c) Ao caráter histórico da interação cultural em termos de sua duração no tempo (interações transfronteiriças mais antigas ou mais recentes);
e
- d) À intensidade e à longevidade das migrações, tanto de brasileiros para os países vizinhos quanto de nossos vizinhos para o Brasil, já que este é um dos melhores indicadores da intensidade da interação transfronteiriça no espaço e no tempo.

A Zona de Fronteira é um espaço peculiar, onde se dá o encontro entre dois sistemas sócio-políticos diferentes. Nela se estabelecem relações transfronteiriças de maior ou menor intensidade muitas vezes não previstas pelo marco legal dos países limítrofes, que classificando-as como internacionais, acabam desconsiderando esta peculiaridade. (Ministério de Integração Nacional, 2005)

Em geral as interações entre populações de distintos países são mais intensas na Zona de Fronteira em especial nas cidades-gêmeas, que estabelecem intensos laços comerciais e, muitas vezes, afetivos.

A intensa circulação de pessoas e mercadorias transfronteiriça dada por movimentos pendulares de trabalhadores ou cidadãos em busca de atendimento por serviços oferecidos no outro lado da fronteira ou simplesmente em busca de lazer, faz parte de um modo de viver particular das populações da Zona de Fronteira, que procura aproveitar as vantagens que este tipo de localização pode proporcionar.

Entretanto, os aparatos de controle dos Estados tendem a restringir estes movimentos, comprometendo a eficiência das relações transfronteiriças, daí a demanda das populações da Zona de Fronteira pela adequação dos marcos legais de cada país, às situações que “de fato” ocorrem nestes espaços.

Ainda de acordo com o MIN (2005), Ministério de Integração Nacional, os legisladores são confrontados com questões complexas que demandam um olhar atento de modo a estabelecer medidas justas e equilibradas. Um exemplo destas dificuldades legais é o de definir o que é comércio fronteiriço e o que é exportação.

O Quadro 03 a seguir apresenta a relação dos problemas identificados, sua abrangência e os atores estratégicos envolvidos.

Quadro 03 – Características dos Segmentos Fronteiriços

Segmentos fronteiriços		Natureza da Identidade do Lado Brasileiro	Permeabilidade Cultural Transfronteiriça	Interação Cultural			Movimentos Migratórios	
				Nível	Intensidade	Caráter Histórico	Brasileiros	Estrangeiros
Fronteira Brasil - Bolívia	(1) Depto. Sta Cruz de La Sierra (Chaco) com MS e MT	Variável: relativamente uniforme e estável (chaquenos/pantaneiros) plural (Alto Paraguai)	Média a alta	Pouco expressiva com preponderância brasileira	Fraca	Antiga (Igrejas Católicas; indígenas)	Recentes; em intensificação (especialmente em áreas do interior da Bolívia)	Fracos; estabilizados
	(2) Dpto Beni com RO	Plural; relativamente estável	Média a Baixa	Pouco expressiva com preponderância brasileira	Fraca	Antiga (indígena; Igreja Católica; seringueiros)	Relativamente recentes; estáveis	Média intensidade; estabilizados, movimento pendular em cidades gêmeas
	(3) Dpto de Pando com AC	Plural; relativamente estável	Média a Baixa	Assimétrica, com preponderância boliviana (caso de Cobija)	Média	Antiga (indígenas; seringueiros)	Recentes; em intensificação para áreas rurais bolivianas	Fracos e estabilizados, exceto em municípios lindeiros e no movimento pendular em cidades gêmeas

Fonte: Ministério da Integração Nacional/ 2005.

Outro problema decorrente da circulação de pessoas na Zona de Fronteira é a sobrecarga nos serviços de saúde e educação gerada pelo afluxo de estrangeiros fronteiriços. Este problema ocorre sempre que existe um diferencial entre os serviços dos dois lados da fronteira.

É natural que os cidadãos fronteiriços busquem ser atendidos onde o serviço é melhor, mais barato (ou gratuito), ou ainda quando não existe oferta do seu lado da fronteira. Em termos de infra-estrutura, em particular nas cidades-gêmeas, observa-se frequentemente uma duplicidade desnecessária, nas áreas mais pobres, com escassez de recursos e falta de investimentos, essa situação é ainda mais crítica.

Este é o tipo de problema que poderia ser facilmente equacionado, simplesmente aproveitando as sinergias entre infra-estruturas e mercados de ambos os lados do limite político.

Os problemas apontados em cada um dos temas relacionados, bem como a consulta ao marco legal vigente que regula cada um deles, subsidiaram a formulação de diretrizes e estratégias apresentadas na Agenda Global proposta.

2.8 - O Turismo através da Fronteira – Perspectivas

A fronteira, dentro destas concepções apresentadas no quadro 04, remetem ao ponto de partida de seu conceito clássico, mostrando o ato turístico como o limite territórios e, assim, dotada de técnicas para sua segurança, militarização e subordinada a exigências burocráticas das mesmas, tais como passaportes, vistos e licenças, criando na maioria das vezes um certo desconforto, mal estar e até, por que não dizer, de insegurança para o turista.

Neste sentido, apontamos para a discussão bilateral do turismo internacional, o que implica em um alto grau de comunicações e cooperação entre as nações com respeito a uma rede complexa de leis, regulamentações e políticas. Consideramos, por exemplo, algo tão básico como o transporte aéreo para outro país: a disponibilidade, a frequência e o custo de uma viagem aérea estão sujeitos a acordos bilaterais; o câmbio de moeda está sujeito às taxas e termos estabelecidos por acordos monetários e ao complexo funcionamento dos mercados internacionais; e a entrada em um país é regulamentada por vistos e outros acordos relacionados à imigração e alfândega.

Isso torna a fronteira quase como um empecilho, uma barreira para o turista, que por mais que se sinta atraído pela gama infindável de programações, produtos ou atividades ofertadas “do outro” prefere por vezes, não se aventurar, não sair do seu lugar confortável e “seguro”. Essa sensação fez com que as viagens aéreas fossem o meio de transporte mais procurado para transpor tais “barreiras”. Isso fez com que, muitos turistas internacionais, nem percebessem a transposição da fronteira, mesmo estando em contato com outras realidades ambientais, sociais e culturais.

Os destinos turísticos de fronteira foram surgindo espontaneamente pelas suas comunidades ou até mesmo conduzidos pelos organismos governamentais. Assim, para que haja turismo de fronteira, se torna necessário que primeiramente exista um processo de integração entre dois ou mais territórios e/ou sociedades dessas regiões, sendo o turismo parte significativa dessa integração.

Permite aos turistas a facilidade de acesso, convivência e visitação aos atrativos e equipamentos, que devem ser trabalhados em parceria entre os territórios. Não se pode deixar de apontar aqui duas características intrínsecas que diferenciam o turismo de outras atividades econômicas ou produtivas. Uma delas é o fato de o turismo ser, em primeiro lugar uma prática social. A segunda é justamente, o fato de o turismo ter o espaço como seu principal objeto de consumo.

Então, considerando que a matéria-prima do turismo é o espaço, reconhecemos desde já um diferencial entre a atividade econômica do turismo e outras atividades econômicas, ou seja, teoricamente, todos os lugares são potencialmente turísticos já que a atratividade turística dos lugares é uma construção cultural e histórica.

Ao se observar o espaço das relações humanas em países de fronteira, percebe-se que a população que nele vive é a responsável pela construção do espaço transfronteiriço. Assegura-se, inclusive, a não desconsideração do papel do poder advindo dos governos centrais.

Raffestin (1993, p. 48) considera o espaço finito; sem dúvida, é relativamente recente ligado à denominação de “cercadura do espaço”, “compondo-se de duas faces”, expressão concreta e significativa, simbólico, o espaço é um “espaço relacional”, “inventado” pelos homens. O autor complementa suas idéias nas de Henri Lefebvre acrescentando que:

A produção de um espaço o território nacional, espaço físico é balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto estradas e rotas aéreas etc. (RAFFESTIN, 1993, p.143).

É pela aproximação e pelas relações de convivência que se estabelecem as redes de vizinhança. Foucault (1988, p. 24) confirma tal assertiva: “são convenientes às coisas que, aproximando-se umas das outras, vêm a se emparelhar; tocam-se nas bordas, suas franjas se misturam, a extremidade de uma designa o começo de outra”.

CAPÍTULO III

3.0 ÁREA FRONTEIRIÇA MATO GROSSO E BOLÍVIA HISTÓRIA E DIVERSIDADE TERRITORIAL

A Faixa de Fronteira interna do Brasil com os países vizinhos foi estabelecida em 150 km de largura (Lei 6.634, de 2/5/1979), paralela à linha divisória terrestre do território nacional. A largura oficial dessa Faixa fronteira foi sendo modificada desde o Segundo Império (60 km) por sucessivas Constituições Federais (1934; 1937; 1946) até a atual, que ratificou sua largura em 150 km.

Isto se deu devido relativa preocupação com a segurança nacional, de onde emana a criação de um território especial ao longo do limite internacional continental do país, que, embora legítima, não tem sido acompanhada de uma política pública sistemática que atenda às especificidades regionais, nem do ponto de vista econômico nem da cidadania fronteira.

Motivos para isso não faltaram até o passado recente, como a baixa densidade demográfica, a vocação “atlântica” do país, as grandes distâncias e às dificuldades de comunicação com os principais centros decisórios, entre outros.

Os estudos apontam para a macro-divisão da Faixa de Fronteira em três grandes Arcos, conforme figura 05 a seguir. O primeiro é o Arco Norte, compreendendo a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas e os Estados de Roraima e Acre (totalmente situados na Faixa de Fronteira).

O segundo é o Arco Central, que compreende a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Figura 05: ARCOS E SUB-REGIÕES DA FAIXA DE FRONTEIRA

Fonte: Org. Grupo Retis de Pesquisa – IGEO/ UFRJ/ 2010.

O terceiro é o Arco Sul, que inclui a fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

3.1 - Arco Central

O Arco Central abrange a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Oito sub-regiões foram identificadas, um indicador de grande diversidade nos tipos de organização territorial. A unidade do Arco deriva do caráter de transição entre a Amazônia e o Centro-Sul do país e de sua posição central no subcontinente. É nele que se encontram as duas grandes bacias hidrográficas sulamericanas, a Bacia Amazônica e a Bacia do Paraná-Paraguai.

Como nos outros Arcos, diferenças na base produtiva e identidade cultural foram os critérios para a divisão em sub-regiões de acordo com o Grupo Retis de Pesquisa (2010):

- (VII) Madeira-Mamoré;
- (VIII) Fronteira do Guaporé;
- (IX) Chapada dos Parecis;
- (X) Alto Paraguai;
- (XI) Pantanal;
- (XII) Bodoquena;
- (XIII) Dourados;
- (XIV) Cone Sul-mato-grossense, os últimos quatro em Mato Grosso do Sul.

Grosso modo, o Arco Central apresenta quatro “modelos” de organização do sistema produtivo. O primeiro bastante difundido no país é o de frentes pioneiras. Pequenos e grandes produtores rurais vivem em simbiose, os pequenos com produção agrícola de baixo valor, porém alta diversificação (em terra própria ou de terceiros), e os grandes produtores ocupando grandes trechos de terra com gado de corte.

A simbiose deriva principalmente da formação de pastagens no regime de parceria, com o plantio de milho, arroz, mandioca, etc. As Sub-regiões Fronteira do

Guaporé e Alto Paraguai são exemplares, nesse sentido, sendo este modelo muito similar ao de Dourados da década de 1930, quando o governo central localizou uma série de colônias agrícolas povoadas por imigrantes nordestinos e sulistas.

O segundo “modelo” de organização do sistema produtivo é o “pantaneiro”: grandes propriedades de gado de corte, criado de forma extensiva em pastagens naturais, geralmente tocadas por administradores e capatazes, os proprietários vivendo no Brasil Atlântico. Os municípios de Corumbá, Aquidauana, Miranda, Porto Murtinho, este último com características ligeiramente diferentes, representam o “modelo pantaneiro”.

O terceiro “modelo” de organização foi introduzido pelos “colonos sulistas” ou “gaúchos”, termos genéricos que podem designar gaúchos, paranaenses e mesmo paulistas. A identidade produtiva deste modelo é a soja, explorada com sofisticadas maquinarias e pouca absorção de mão-de-obra. A borda sul da grande Chapada dos Parecis/MT é o exemplo mais claro deste modelo no Arco Central. A expansão da soja, porém, não se limita à Chapada, estendendo-se do Paraná em direção ao Norte de Mato Grosso do Sul, passando por Dourados.

O nexu capitalista domina nessas regiões, embora existam vários casos de decadência das plantações de soja por pragas e esgotamento do solo. No momento atual um fato interessante acontece na faixa: a valorização da mandioca nos últimos dois anos para a fabricação de fécula (amido) está “roubando” para si a tradicional associação entre a mandioca e a cultura indígena e cabocla.

O quarto “modelo” é o industrial-comercial. Embora vinculado ao anterior em termos de redes de secagem e armazenamento da soja, tem ímpeto próprio, exemplificado no aparecimento recente de pequenas unidades de produção de amido em meio aos campos de soja e mandioca. O ‘modelo’ engloba as pequenas e médias cidades, por onde se expandem redes de firmas comerciais, principalmente do Paraná, unidades da AVIPAL, da SEARA, frigoríficos de carne bovina e de pescado, etc.

O Arco Central constitui, culturalmente, uma grande área de transição entre o Arco Sul claramente identificado com a cultura européia de descendentes de imigrantes (“colonos”), principalmente italianos e alemães, e o Arco Norte, onde predomina a cultura dos diversos grupos indígenas amazônicos. Trata-se assim de um espaço bastante diversificado em termos culturais, tendo ao centro a grande área ou “sub-arco” cultural pantaneiro, uma continuidade das áreas do Chaco

boliviano e paraguaio. No Pantanal alia-se a identidade do ‘pantaneiro’, produto histórico da criação extensiva de gado, e a herança indígena, presente direta (em reservas indígenas como a dos índios kadiwéu) ou indiretamente (através de hábitos culturais como o tereré).

Paralelo e parcialmente integrado ao grande Arco fronteiriço Central estende-se uma espécie de Arco interior vinculado à modernização agrícola, do Cone Sul-mato-grossense/ MS à Chapada dos Parecis/ MT, com alguns intervalos (como o do Alto Paraguai), e por onde se propaga a influência da colonização sulista. Áreas culturais mais específicas carregam traços da contribuição negra (como nos remanescentes de quilombos na área de Vila Bela da Santíssima Trindade, no Mato Grosso), indígena (várias reservas no Mato Grosso do Sul e outras, com maior continuidade física, em Rondônia) e paraguaia (em cidades do Mato Grosso do Sul).

O principal entrave ao desenvolvimento das interações fronteiriças no Arco Central é o tráfico de *Cannabis sativa* e cocaína, procedentes, respectivamente, do Paraguai e da Bolívia, e o contrabando de madeira em tora e soja na fronteira paraguaia. O que torna a questão mais complicada é que grande parte do tráfico e das zonas produtoras de *Cannabis sativa* no Paraguai estão na mão de brasileiros, que também controlam as redes de contrabando. É certo que empresários vinculados aos agronegócios da soja, incluindo produtores rurais e grandes redes de firmas de armazenamento e secagem também se expandiram em terras paraguaias e mesmo bolivianas de forma legal, comprando terras e atraindo levas de imigrantes brasileiros atrás. Porém, essa mistura heterogênea de interesses dificulta sobremaneira os esforços dos órgãos de vigilância e imprime uma nefasta “imagem de marca” aos municípios lindeiros do Arco Central (Coronel Sapucaia, Ponta Porã, Corumbá, etc.).

Os negócios ligados às atividades ilegais estimulam da pior maneira possível a economia urbana das localidades fronteiriças, uma vez que atraem indivíduos de todas as regiões do país sem comprometimento nenhum com o lugar. Curiosamente, no caso das Sub-regiões do Cone Sul-mato-grossense e Dourados, municípios não-lindeiros como Dourados e Amambaí, não “contaminados” pela imagem negativa dos municípios lindeiros, são os mais importantes núcleos logísticos do tráfico e do contrabando, e talvez os que mais capitalizaram de forma produtiva seus ganhos.

Na Faixa de Fronteira de Rondônia (Sub-região Fronteira do Guaporé) ocorre situação similar, Rolim de Moura, Vilhena e outras municipalidades na retaguarda da Faixa capitalizaram os ganhos com o tráfico, enquanto que a imagem negativa permanece associada aos municípios lindeiros (Cabixi, Pimenteiras do Oeste, Costa Marques).

Em Mato Grosso, a área é marcada por grande diversidade de paisagens, estas resultantes de diferentes modos de ocupação e da busca pela sobrevivência de suas comunidades resultantes de estruturas produtivas com características específicas ditadas, pela sua herança sócio-cultural e, pela ação do capitalismo, que de forma seletiva e cheia de desigualdades tem permeado este espaço.

Diante dessa ótica Rogério Haesbaert (2002) faz as seguintes colocações:

Essa constatação de que a espacialidade (social) compreende, ao mesmo tempo, uma dimensão concreta, geralmente vinculada ao seu caráter produtivo e disciplinar, e uma dimensão simbólica que, em diferentes intensidades, convivem num mesmo todo, leva-nos à conclusão de que é impossível apreender a complexidade do processo de territorialização da sociedade sem procurarmos conhecer esta múltipla interação, pois o espaço nunca é transformado a partir de uma interação perfeitamente determinável e direcionada a uma função estanque (HAESBAERT, 2002, p. 32).

Nesta região, a agricultura, a pecuária, o extrativismo, a silvicultura e a indústria são os setores econômicos que compõem a base produtiva local. Definem áreas com maior especialização territorial (caso dos estados do Sul) e de menor especialização territorial (caso dos estados do Norte), os outros estados apresentando uma situação intermediária. É a lavoura temporária o setor com maior poder definidor das sub-regiões (base produtiva).

Nas áreas de alto desenvolvimento territorial, as lavouras permanentes aparecem como componente relevante na formação do valor total da produção, porém é preciso certo cuidado.

Às vezes não é o valor total da produção agrícola municipal que define por si só a relevância ou não de certo produto, e sim o conjunto de municípios produtores espacialmente contíguos. Em alguns casos, a partir da lavoura permanente emerge uma territorialidade superposta à base produtiva principal.

Em vários municípios da Faixa de Fronteira existem pequenas extrações minerais locais, principalmente de areia, cascalho e pedras ornamentais para a

construção civil, porém de modo geral os efeitos da mineração na economia local são pouco relevantes a ponto de merecer reconhecimento na tipologia da base produtiva e das sub-regiões. Além disso, a característica óbvia da extração mineral, a de ter incidência territorial pontual foi outro fator levado em consideração. Oposto é o caso do garimpo, principalmente do garimpo de ouro no Arco Norte.

Na Faixa de Fronteira, a densidade de infra-estrutura técnico-tecnológica não se refere à presença de centros científicos de envergadura, nem tampouco ao número de engenheiros e outros indicadores associados ao capital humano, como entendido em outras regiões do mundo.

Para o Brasil ainda é válido saber se um lugar tem ou não estabelecimentos de ensino médio e/ ou simples acesso a unidades de treinamento básico da mão-de-obra. Uma relação com a imigração estrangeira também pode ser feita a partir deste vetor analítico.

Em situações de assimetria, quando o país vizinho não oferece cursos de nível superior não é incomum a atração de estudantes que acabam por se radicar no país ou, ao contrário, estimular a ida de brasileiros para o outro lado da fronteira.

Atenção especial merece o fato de que a cidade-sede do município pode apresentar condições razoáveis ou mesmo ótimas de conexão com outros lugares enquanto o interior do município se caracteriza por baixíssima conectividade.

A representação municipal mascara essa diferença, generalizando para um território o que é na verdade atributo da cidade e perturbando a leitura do mapa analítico correspondente. Os casos mais chamativos correspondem aos municípios muito grandes, geralmente encontrados no Arco Norte e Central da Faixa de Fronteira.

Sob este foco, as particularidades locais e seus agentes produtores, seja de natureza estatal ou privada, têm movido relações de poder e força definindo diferentes territorialidades.

Particularmente na zona de fronteira que constitui Mato Grosso - Brasil e Bolívia, as diferenças de cunho territorial ganham destaque especial ressaltando a distância econômica e organizacional de Estado adotado pelos dois países vizinhos: Brasil e Bolívia, conforme observamos na figura 06 a seguir:

Figura 06 – Mapa de Localização da Área de Estudos

Fonte: Miranda *et al*, Atlas Geográfico de Mato Grosso, 2001/ GEOATLAS/ 2000.

Conforme figura 07, no território brasileiro, na área fronteiriça de Mato Grosso, foram incluídos na pesquisa os municípios de Cáceres, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade e Comodoro.

Figura 07 – Mapa de Localização dos Municípios da Área de Estudos

Fonte: Miranda *et al*, Atlas Geográfico de Mato Grosso, 2001/ GEOATLAS/ 2000.

Do lado Boliviano foram incluídas a província de Angel Sandoval, que corresponde a uma única seção municipal com sede na cidade de San Matias e a província de Velasco, com suas três seções municipais: San Ignacio de Velasco, San Miguel e San Rafael.

3.2 – Mato Grosso e Bolívia: Contextualização Geográfica

3.2.1 – O Caso de Mato Grosso

Região rica em recursos naturais e uma das principais fronteiras agrícolas do País, o Estado do Mato Grosso acumulou nos últimos 10 anos uma série de avanços, especialmente na tecnologia aplicada à produção agropecuária e o Ecoturismo.

De acordo com dados do IBGE (2010), é o maior produtor nacional de soja (18 milhões de toneladas em 2009), e rebanho bovino brasileiro (26 milhões de cabeças em 2007/2008), assim, Mato Grosso deixou para trás sua condição de isolamento geográfico e econômico ao incorporar técnicas e práticas de ponta em todos os setores.

Para melhor aproveitar suas altas taxas de produtividade agrícola, por exemplo, precisa de uma infra-estrutura de transportes (seu maior entrave na atualidade) que agregue as modalidades rodovia, hidrovia e ferrovia de forma a que seus produtos cheguem a preços competitivos aos principais centros consumidores domésticos e possam ser exportados com maior facilidade.

Através de iniciativas e de um conjunto de obras, com investimentos do Governo Federal, em parceria com outros estados, a iniciativa privada e as instituições internacionais, está sendo desenvolvido para facilitar o escoamento dos produtos mato-grossenses.

A descentralização, promovida pelo Governo Federal desde 1995, teve reflexo significativo no Mato Grosso. A medida vai além da redistribuição de verbas e atribuições – envolve o cidadão em uma série de programas sociais e expande a prática da cidadania.

3.2.2 - Processo de Formação e Ocupação da Fronteira Mato-grossense

Em seu processo inicial de ocupação, o território mato-grossense, foi explorado pelos bandeirantes, atraídos primeiramente pelo interesse na captura de índios para o trabalho escravo em consequência da descoberta das jazidas de ouro e extração deste.

Por imposição do Tratado de Madri, feito em 1750, o território matogrossense ficou sob a tutela da Coroa Portuguesa, que deu início ao processo de ocupação do território (1719),

A ocupação iniciou-se a partir de 1719, com a fundação da primeira povoação, o Arraial do Bom Jesus do Cuiabá que entre 1722 e 1726 se constitui em importante nucleação. (RIVERA, 2006, p.35). Dois fatores direcionaram, a partir de Cuiabá, o movimento de ocupação daqueles sertões inóspitos: as tribos indígenas e a descoberta de novas lavras de ouro. (COELHO apud CANAVARROS, p. 181, 2004).

Como característica do processo inicial pode-se destacar: a expansão da atividade mineradora fomentando a formação de nucleações nos arredores das minas, atraindo as monções comerciais, estabelecendo rotas e estimulando o surgimento de novos núcleos populares. Outras características marcadamente negativas desse processo são a escravização e o massacre de índios. Em princípio a região foi ocupada a partir das margens do Rio Cuiabá, em seqüência essa ocupação direcionou-se para o eixo oeste, aumentando o domínio territorial da coroa portuguesa, ultrapassando assim os limites do Tratado de Tordesilhas (figura 08 abaixo). (RIVERA, 2005, p. 35)

Figura 08 – Tratado de Tordesilhas

Fonte: Site Google Imagens/ 2010.

Esse fato foi concretizado com o início do povoado de Vila Bela da Santíssima Trindade, no ano de 1752, tornando-se então a capital de Mato Grosso, e assim permaneceu até 1835.

Canavarros (2004), com relação a este processo afirma que:

Para melhor compreensão da expansão luso-paulista em direção ao extremo Oeste da Colônia, o chamado Mato Grosso, região oriental da Bacia do Rio Guaporé, convém nos referirmos mais detalhadamente às novas lavras e às suas rotas comerciais, pois a direção da conquista seguiu o caminho dos novos achados, e estes dependiam, para sobreviver, do abastecimento de víveres e ferramentas, entre outras utilidades. (CANAVARROS, 2004, p. 183)

Nessa nova etapa de ocupação, conforme Rivera *apud* Guimarães (2006), intensificou-se o processo de povoamento em função da iniciativa da Coroa para fins de garantir seus novos domínios, dando origem assim, aos territórios bélicos/geopolíticos representados:

- Forte de Coimbra (no Rio Paraguai);
- Forte Príncipe da Beira (no Rio Guaporé);
- Vila Maria de Paraguai (Cáceres); e
- Vila de São Pedro D'el Rei (Poconé).

No fim do Século XVIII, com a fim da era aurífera, houve o êxodo dos núcleos populacionais, já que esta era a única fonte de sobrevivência dos mesmos. Desta forma, mantiveram-se somente os sitiantes e as grandes fazendas (produtores de grãos e criação de gado), quase todas as margens da Cidade de Cuiabá no sentido Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço, cidades estas, sustentadas também pela produção de cana-de-açúcar.

Em contrapartida, essa crise do ouro, trouxe para o vale do Guaporé, em especial para o município de Cáceres uma era de desenvolvimento em função do extrativismo vegetal, transformando-o em ponto de referência para a exportação. Essa dinâmica trouxe consigo necessidade da criação de novos povoados no percurso desta região, podendo ser citado aqui a cidade de Barra do Bugres, município pertencente à faixa de fronteira do território mato-grossense.

Bem, se de um lado houve um grande êxodo urbano, dando origem a novos povoados, essa dinâmica alimentou o surgimento de um novo eixo de integração, localizado no rio Paraguai, incluindo nesse processo os vizinhos Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina.

Neste período, a maior preocupação da coroa portuguesa era a possibilidade de ocupação e domínio da fronteira pela coroa espanhola, passando a utilizá-la então como área de isolamento.

Franco, Serra e Ferreira (2002) quanto a isso apontam:

Confina mais o Guaporé pelas imediações de Vila Bela com a província e governo Espanhol de Chiquitos, que lhe fica ao sul. Consta esta província de 10 missões habitadas por vinte mil almas; é o seu terreno saudável e criado gado vacum e cavalos, as mais próximas à Vila Bela são as missões de São Rafael, São Miguel, Santa Ana e São Inácio de que distam de trinta e seis para quarenta léguas. Duas missões, as duas últimas são portas por onde os espanhóis podem entrar facilmente nos campos de Casal Vasco, e deles aproximarem até as vizinhanças de Vila Bela, de que distam dez léguas e sem obstáculos, por serem estes campos abertos e de grande largura (...). (FRANCO, SERRA E FERREIRA, 2002).

Além desses fatores, a crise do ouro e o esvaziamento de Vila Bela da Santíssima Trindade contribuíram para deslocar a capital para Cuiabá, tornando a ocupação da fronteira do Guaporé apenas de interesse militar, acarretando uma retração da fronteira de Mato Grosso com a América do Sul, especificamente com a República da Bolívia.

Já no século XX, através das políticas nacionais para a integração territorial dá-se maior ênfase para estabelecimento de infra-estrutura de comunicação e transporte, originando automaticamente novos embriões de povoamento (sem nenhuma característica estética de uniformidade) de ocupação, gerando como consequência dessa disformidade uma desconcentração espacial, gerando municípios tais como:

- Rondonópolis,
- General Carneiro,
- Acorizal e
- Porto Esperidião.

Quanto a isso Souza-Higa (2005):

A partir da década de 1930, frente a crise na comercialização do principal produto brasileiro de exportação, o café, a política econômica nacional foi redirecionada, passando a privilegiar basicamente a hegemonia do capital urbano industrial, o que provocou mudanças na ocupação do território, incluindo Mato Grosso.

As estratégias da política econômica do governo reservavam para Mato Grosso um novo papel no processo de crescimento econômico do Brasil: produzir alimentos e absorver mão-de-obra excedente de outras regiões do país. Assim, na década de 1930, foi iniciada a implantação de colônias em Mato Grosso, que deveria contribuir para a interiorização da população e elevar a produção agrícola do Estado.

Embora sem conseguir o êxito esperado com as primeiras colônias implantadas, os governos estadual e federal deram continuidade ao processo na década de 1940, em que se destacaram a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central. Todavia, o sucesso da colonização só foi conseguido nas décadas seguintes, particularmente a partir da década de 1970. (SOUZA-HIGA, 2005, p. 31).

Com o programa “Marcha para o Oeste” lançado pelo Governo Vargas, e voltado para a aceleração da ocupação dos espaços vazios, Mato Grosso teve em seu processo algumas mudanças, principalmente na parte geopolítica, já que nas duas décadas seguintes o estado buscou atrair/ direcionar a ocupação de seu território a um tipo específico de população - o excedente de outras regiões.

Esse plano tinha como objetivo principal solucionar o pretenso “esgotamento da fronteira agrícola do Sul e Sudeste”. Assim, com destinação de terras para colonização pública e privada; Mato Grosso passa a experimentar a implantação de colônias.

A partir dos meados da década de 1970, através do PIN - Programa de Integração Nacional teve início os projetos de desenvolvimento setorial e regional, que configuravam nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs I e II) trouxe consigo o beneficiamento da infra-estrutura viária e o incentivo à ocupação das terras devolutas.

Para incentivo e promoção da colonização utilizaram como estratégias a atração dos colonos com as suas famílias através da distribuição de terras públicas e a concessão de incentivos fiscais como forma de consolidar a ocupação dos espaços vazios nos novos eixos:

- Transamazônica;
- BR 364 (Cuiabá - Porto Velho);
- BR -163 (Cuiabá – Santarém).

Esse processo conferiu a Mato Grosso status na produção de alimentos para abastecer os centros urbanos com o fortalecimento do mercado interno e o favorecimento a reprodução do capital urbano industrial, título que o mantém forte e atuante no mercado até os dias atuais.

É quase uma banalidade afirmar que o espaço geográfico está sujeito a processos evolutivos. Não é tão banal quando prestamos atenção aos seus efeitos. A evolução das condições econômicas, políticas, sociais e culturais altera a forma, o ritmo e a qualidade do povoamento, das interações interpessoais, intra-regionais, inter-regionais e internacionais, assim como gera efeitos na capacidade produtiva e na organização do sistema territorial. Do ponto de vista da geografia do território, a estabilidade ou a instabilidade oriunda de processos evolutivos sinaliza quão forte ou fraca é a organização territorial em termos de sua capacidade de se adaptar às mudanças ou à ausência delas.

Tanto a situação de estabilidade quanto a de instabilidade podem ser interpretadas em dois sentidos, favorável e desfavorável. A situação de estabilidade é favorável quando os elementos espaciais mantêm-se coesos a despeito de mudanças internas ou perturbações vindas do exterior; é desfavorável quando deriva de uma situação de estagnação e isolamento.

Por outro lado, a instabilidade tanto pode significar perturbação, estagnação ou fragilidade sócio-espacial (negativo) como reestruturação, reorganização e desenvolvimento do lugar (positivo). Todas essas situações foram encontradas na Faixa de Fronteira.

3.2.3 - Fronteira Mato-grossense - Contexto de Integração Regional

Na área fronteira do Estado, na condição de municípios limieiros (trechos dispostos especificamente ao longo da linha limítrofe) encontramos os municípios de Cáceres, Comodoro, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima e Trindade.

Deste lado da fronteira, a linha limítrofe com a Bolívia totaliza, aproximadamente 730 km de extensão, onde 450 km, correspondem a linha divisória entre os dois países, e onde destes, 280 km são constituídos de linhas secas, distribuídos nas duas extremidades da linha divisória, são delimitados por corpos d'água.

Através da Rodovia Cuiabá-Santa Cruz de La Sierra, temos o acesso principal rodoviário que conecta Mato Grosso à Bolívia, com percurso total de, aproximadamente, 1.000 km. Segundo Souza-Higa (2008):

Em território brasileiro, esta rodovia passa pela cidade de Cáceres, localizada a 200 km de Cuiabá, terminando 90 km depois na localidade de Corixa, junto ao marco de divisa internacional com a Bolívia, situado a 10 km da cidade de San Matias, capital da província de Angel Sandoval. (SOUZA-HIGA, 2008)

Além desta rodovia, existem duas outras, de caráter secundário, que cortam também a linha de fronteira. Uma parte de Porto Espiridião, situada nas proximidades da fronteira, passando pelo povoado de Fortuna, ainda no Brasil, e segue a linha da divisa nas proximidades do povoado de San Vicente na Bolívia. A segunda parte da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade e chega a San Ignacio de Velasco, capital da Província de Velasco. Conforme figura 09 a seguir:

Figura 09 – Distâncias entre os municípios

Fonte: Avelino/ 2009

Pode se observar que na linha de divisa, embora esta conte inúmeros marcos de identificação da fronteira, os mesmos ainda são insuficientes identificação dos limites de onde termina e começa o território de cada um dos países, o que tem contribuído para que brasileiros e bolivianos perpassem a linha divisória, conforme foto 01 abaixo, muitas vezes sem se darem conta de que estão em outro país.

Foto 01 – Marco de Identificação da fronteira Brasil (A)/ Bolívia (B)

Fonte: Acervo do autor/ 2009.

De um modo geral, a linha limítrofe entre os dois países possui características geográficas bem particulares, já que no trecho definido por linhas secas, está inserido em área do Cerrado, com árvores esparsas e tapete graminoso, onde facilmente são feitos caminhos alternativos entre as pequenas comunidades locais e entre propriedades particulares próximas (foto 02 a seguir).

Esta característica se constitui em fator adicional e facilitador do ir e vir de pessoas ao longo da faixa fronteiriça, principalmente dos trabalhadores rurais, que buscam oportunidade de trabalho nas fazendas do lado brasileiro.

Além disso, o fluxo de pessoas na fronteira envolve outros interesses além da busca por trabalho. Sendo assim, durante a pesquisa se tornou nítido um fluxo de mão dupla na fronteira, tanto de brasileiros quanto de bolivianos, todos em busca de

objetivos diversos, que envolve desde o estabelecimento de relações comerciais, práticas religiosas, participação em festejos até busca por serviços diversos, destacando-se entre eles a procura por assistência médico-hospitalar do lado brasileiro.

Foto 02 – Tramo Coricha/ MT – San Matias/ BO

Fonte: Acervo do autor/ 2009.

Com relação ao aspecto criminoso, particularmente no que tange a Mato Grosso, é importante destacar, que o sistema de segurança na fronteira é precário, contando com um número baixo de funcionários para fiscalizar e orientar os fluxos ao longo de, aproximadamente, 730 km de fronteira.

Em termos gerais, cabe ressaltar que analisar a dinâmica territorial ao longo da faixa de fronteira requer observações que extrapolem a linha de limite internacional e suas imediações e se estenda por toda a área que, de alguma forma, mantenha relações e exerça ou sofra influência do país vizinho.

Machado (2005) afirma que:

A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). Enquanto a

fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o limite jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. (MACHADO, 2005).

Deste modo, pode-se entender as áreas de fronteira como um espaço local, nacional e mundial cuja delimitação não é hermética, mas sim consoante com os instrumentais teóricos e metodológicos utilizados em cada abordagem (acadêmica, governamental, não governamental, etc.), resultando num recorte que expressa uma natureza diferenciada de manifestações ambientais, históricas, sociais, econômicas e culturais possíveis inerentes a um território ou permeando territórios de diferentes Estados.

Em razão do vigor da economia brasileira e das especificidades políticas e administrativas vigentes na faixa de fronteira de Mato Grosso junto à Bolívia, pode-se observar um forte dinamismo nos diversos setores produtivos, caracterizados por fluxos crescentes de comércio e demais serviços. Dessa dinâmica espacial vem surgindo novos poderes sócio-econômicos, e, conseqüentemente, novas territorialidades concretizadas pela criação de novas municipalidades, definição de áreas de atuação empresarial e, lamentavelmente, a restrição das áreas das comunidades tradicionais. Nesse momento concordamos com Corrêa (1994, p.252) em relação às novas territorialidades.

As novas territorialidades ou re-territorialidades, por sua vez, dizem respeito à criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, in situ, de velhos territórios, seja por meio de recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcelas das características do velho território: neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilitam o abandono dos velhos territórios para os novos. (CORRÊA 1994, p. 252)

Os contatos seculares mantidos pelas comunidades estabelecidas nas proximidades da linha limítrofe da faixa de fronteira de Mato Grosso e Bolívia, contribuíram para a convergência de muitas práticas sociais, mas, em termos gerais, as diferenças sobrepõem-se aos pontos comuns, particularmente em relação às condições de vida e formas de organização social.

Sendo assim, as relações entre diferentes comunidades ao longo da faixa de fronteira, ainda na atualidade remetem à presença dos primeiros colonizadores

europeus – principalmente no lado boliviano.

Há, inclusive, um acordo de cooperação entre o governo de Mato Grosso e o governo da Bolívia de prestar assistência médica e hospitalar a pacientes bolivianos que venham em busca de serviços de saúde nesta cidade. Um aspecto facilitador destas relações de aproximação das populações dos dois países diz respeito a não exigência de documentação e protocolo de identificação de migrantes nas proximidades imediatas da linha fronteira.

Assim, os migrantes que entram a partir da cidade boliviana de San Matias em direção a Cáceres só precisam apresentar a documentação para regularização de situação no país, se ultrapassarem os limites de Cáceres, o que lhes garante, sem maiores burocracias, o acesso a um importante número de serviços disponíveis nas cidades mato-grossenses.

Souza-Higa (2008) afirma que:

Estas relações, nem sempre de paz e cordiais, foram praticadas por antigos povos indígenas que habitaram as planícies chaquenhãs, pantaneiras e amazônicas, onde hoje se encontra a linha limítrofe entre os dois países. Com o avanço de portugueses e espanhóis sobre esta área, e com eles as primeiras definições dos limites internacionais, foram, também, estabelecidas as primeiras barreiras oficiais às relações até então estabelecidas entre as comunidades vizinhas. Dentre estas medidas é destacada a implantação de fortes militares da fronteira efetivados no século XVIII. (SOUZA-HIGA, 2008)

Além de Cáceres, as cidades fronteiriças de Vila Bela da Santíssima Trindade e Pontes e Lacerda com, respectivamente, 14.105 e 40.504 habitantes (IBGE, 2010), também são procuradas por habitantes de San Ignacio de Velasco, San Miguel, San Rafael e povoados de suas proximidades. Estas cidades, apesar das condições precárias das estradas de acesso e de oferecerem bem menos atrativos em relação à cidade de Cáceres, conseguem atrair migrantes pelo fato de se encontrarem mais próximas das cidades bolivianas citadas.

Quanto à economia, as disparidades presentes na faixa de fronteira de Mato Grosso e da Bolívia são significativas. Como exemplo, pode-se destacar do lado mato-grossense, a presença de 22 municípios, (Figura 10 a seguir) mesmo que alguns sejam abrangidos apenas parcialmente, todos possuem um padrão de ocupação bastante diversificado, envolvendo diferentes níveis de padrão

tecnológico, variando da pecuária extensiva à agricultura voltada para o mercado exportador.

Em suma, parece que a dinâmica dos territórios percorre como que um “ciclo geopolítico”, no qual num primeiro momento é a luta contra o inimigo externo a força propulsora da “união”. Obtida a vitória, o território se expande, até o ponto em que o tamanho excessivo comece a gerar disfunções que estimulam a divisão. Muda-se, porém, de escala, isto é, altera-se a intensidade e o conjunto de relações, assim que encerrado cada ciclo.

Figura 10 - Municípios de Mato Grosso, integrantes da faixa de fronteira brasileira com a Bolívia/ 2010

Fonte: SEPLAN/ 2010/ Adaptado pelo autor/ 2010.

Dentre as cidades da faixa de fronteira a mais importante é Cáceres que conta em 2010 com população total de 83.631 habitantes (IBGE, 2010). Esta cidade é cortada pela Rodovia que liga Cuiabá a Santa Cruz de La Sierra e desta a La Paz

e aos portos do Pacífico do Sul do Peru e Norte do Chile.

Souza-Higa (2008) diz que:

A localização fronteiriça da cidade de Cáceres, sua proximidade da linha limítrofe entre os dois países e sua condição de centro mediano de serviços regionais, lhe conferem a posição de pólo de influência regional, com o qual as cidades e povoados bolivianos da fronteira mantêm uma estreita relação. Ressalta-se que os setores de saúde, educação e comércio de Cáceres se encontram, relativamente, bem estruturados. (SOUZA-HIGA, 2008)

É importante ressaltar que entre a cidade de Cáceres até a linha de fronteira existe uma distância de 90 km em estradas asfaltadas e que as cidades bolivianas com as quais os contatos são mais intensos são:

- San Mathias, que se encontra a 100 km;
- San Ignacio de Velasco, distante 380 km,
- San Rafael e San Miguel, cujas distancias até Cáceres se situam em torno de 420 km aproximadamente.

Vale lembrar que no território boliviano, nas rodovias citadas, que permitem o acesso a San Matias, San Ignacio de Velasco, San Rafael e San Miguel, embora não se encontrem asfaltadas, mantêm razoáveis condições de tráfego.

3.2.4 - Formação dos Municípios da Fronteira Mato-grossense

A fronteira brasileira, segundo estudo realizado pelo Ministério da Integração (2005), está dividida em três eixos: norte, central e sul.

Em Mato Grosso, os municípios de fronteira estão localizados no eixo central, área com grande diversidade e características culturais marcantes, devido a influencia das culturas trazidas na colonização, como em Vila Bela da Santíssima Trindade (cultura africana), e pela indígena, vistas na maioria das reservas da região. Um dos principais elementos de diferenciação sub-regional em termos de

construção identitária são as bases históricas sobre as quais foi moldada a geografia de cada parcela do espaço. Assim, a história se coloca, ao lado da geografia, como o grande “fomentador” ou “alimentador” de identidades, especialmente identidades de base territorial como as identidades regionais e nacionais.

No caso da Faixa de Fronteira, envolvendo um limite internacional, construído muitas vezes através de disputas e conflitos, podemos identificar uma série de referências históricas em torno de eventos (como batalhas e acordos diplomáticos) e personagens que firmam, claramente, fortes referenciais.

Devemos, entretanto, diferenciar as diversas “densidades” históricas. Enquanto algumas áreas foram ocupadas há muito tempo e preservam o legado de tempos mais remotos, seja em termos de referenciais concretos, seja de referenciais simbólicos (na memória da população), outras, geralmente de ocupação mais recente, preservaram pouco sua memória (como as que destruíram completamente o legado indígena).

Os municípios integrantes da faixa de fronteira podem ser assim apresentados:

1. Vila Bela da Santíssima Trindade:

Criada no Século XVII, a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade surgiu às margens do Rio Guaporé, chegando a ser, por um breve período, a capital do estado de Mato Grosso, este fato se deu pelo interesse da coroa portuguesa tentar consolidar e manter a fronteira do Brasil com a Bolívia.

Anos depois, em função do esgotamento dos veios auríferos, a cidade foi abandonada pelos grandes senhores, que deixaram lá os escravos. Estes perpetuaram até os dias atuais sua herança cultural e tradições, através da realização de grandes festas tradicionais como a dança do Congo e a festa dos Mascarados.

Fora deste período festivo, em meados do mês de junho e julho de todos os anos, a cidade preserva os costumes cotidianos, tendo como principais atrações a pesca no Rio Guaporé e as ruínas da Igreja, conforme foto 03 a seguir, que fica na praça central.

Foto 03 – Ruínas da Matriz / Vila Bela da Santíssima Trindade

Fonte: Acervo do autor/ 2008.

O Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, figura 11, está localizado no extremo leste da região em estudo, às margens da MT-246 e do rio Guaporé. Possui um território de 12.008 km² (IBGE, 2010) e uma população de 14.491 habitantes (IBGE, 2010).

Figura 11 – Mapa de Localização do município de Vila Bela

Fonte: Site Mato Grosso e seus Municípios/ 2010.

Tem como limites Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda e Comodoro, todos municípios de Mato Grosso, e com a República da Bolívia, o que o caracteriza como sendo "lindeiro".

O acesso principal se dá a partir de Cuiabá, através da BR-070 até Pontes e Lacerda. A partir daí pela MT-246, até o núcleo urbano localizado nas margens do Rio Guaporé, a 562 km da capital.

Por vias rodoviárias, dá acesso ao município de Cáceres, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião e Comodoro através da BR -174. Esta ligada ao estado de Rondônia, pela MT -199 acesso a Martíl e, posteriormente, a San Inácio de Velasco, ambos na Bolívia.

De acordo com Ferreira (2001), em seu território está localizada a Serra Ricardo Franco, que é uma linha de montes de 70 quilômetros, paralela ao Rio Guaporé e a 10 quilômetros a oeste da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, cruzando a fronteira boliviana (onde recebem o nome de Serrania Huanchaca e são partes do parque nacional Noel Kempf Mercado).

Os primeiros habitantes de Vila Bela da Santíssima Trindade foram os povos indígenas da etnia *Nambikwára*, cujos remanescentes habitam a Terra Indígena Pequizal.

A busca de índios e descoberta de ouro nos rios Galera e Sararé foram os principais eventos responsáveis pela ocupação da margem direita do Rio Guaporé.

Em 1737, aventureiros paulistas fundaram o Arraial de Pouso Alegre e, em 1752, Rolim de Moura, governador da capitania, estabeleceu nesse local a sede municipal e da Capitania de Mato Grosso, sob a denominação de Villa Bella da Santíssima Trindade.

O plano da Villa foi elaborado em Portugal e os projetos das casas, no Rio de Janeiro, porém o governador foi obrigado a adaptar o projeto às condições do lugar. As casas residenciais foram simplificadas, os alicerces foram reforçados e as paredes alargadas. Além disso, sucederam-se as construções de pau-a-pique e cobertura de capim. Apenas se exigiu que as casas obedecessem aos traçados das ruas com, 70 palmos de largura, e ao alinhamento no limite fronteiro dos terrenos.

As obras foram interrompidas por falta de ouro na Provedoria devido a: epidemias gerais, demora dos materiais transportados de longe, falta de mão-de-obra, dificuldades de abastecimento, dentre outros.

Predominava, naquela época, grande instabilidade social e econômica,

provocadas por fatores como a instabilidade na produção do ouro, comércio dependente de produtos externos, conflitos com os povos indígenas que reagiam à invasão de suas terras caracterizou-se assim, uma situação de extrema dificuldade para implantar a sede da capitania.

Neste contexto, para atrair povoadores, os crimes eram perdoados, tolerados ou ignorados e Vila Bela representava a oportunidade de recuperação do nível social perdido. Antigamente, o homem da sociedade era denominado “homem bom”; assim os endividados, criminosos, condenados, marginalizados em qualquer parte da Colônia, ao chegarem à “Villa” tornavam-se “homens bons”. A condição para se alcançar esse *status*, era viver três anos na Villa, nos casos comuns, mas se houvesse situações de pena de degredo ou de morte cível, exigia-se que vivesse no lugar por mais tempo.

A região era conhecida como doentia; isto foi usado para explicar a saída dos brancos e a permanência dos negros. Estes negros, no entanto, aos poucos foram se associando aos índios e definindo as práticas culturais da região que perduram até hoje.

Em 1835, a capital da colônia foi transferida para Cuiabá e a área urbana de Vila Bela, denominada de “Matto Grosso”, foi abandonada. Em 1850, foi reconhecida formalmente como território, sendo o maior depois de Cuiabá. Nele estavam incluídos os territórios atuais de Rondônia, Pontes e Lacerda, Comodoro e cercanias. Em 1968 o município de “Matto Grosso” tornou-se área de segurança nacional e, em 1978, teve seu nome alterado para Vila Bela da Santíssima Trindade, como a denominação original. (SIQUEIRA, 2002)

Além da pecuária, agricultura e extrativismo mineral, Vila Bela tem grande vocação para o desenvolvimento da atividade turística, partindo do aproveitamento de seus recursos naturais, históricos e culturais.

Possui atrativos naturais especiais, em função da ocorrência dos três ecossistemas - Amazônia, Cerrado e Pantanal - em seu território, fato este que influenciou a criação do Parque Estadual Serra do Ricardo Franco.

Além do Parque, há o Rio Guaporé, com grande variedade de peixes e botos cor-de-rosa e cinza.

Vila Bela é considerada como a cidade cultural mais importante do Estado de Mato Grosso, pois foi a primeira capital da Capitania, estrategicamente fundada na fronteira com a Bolívia, para conter a invasão espanhola, e uma das poucas

idades da região Centro-Oeste, com vocação para o turismo histórico. Além disso, é uma cidade ímpar, cuja maioria da população é descendente dos escravos, abandonados pelos seus senhores, após a abolição da escravidão.

As manifestações culturais são: a Dança do Congo e Dança do Chorado. Seus atrativos turísticos mais visitados: As ruínas da Antiga Matriz, Palácio dos Capitães Generais, construído em 1752, dali o primeiro governador, Dom Rolin de Moura, comandou o Mato Grosso; Museu Histórico, Cascata dos Namorados e Cascata do Jatobá.

Os feriados mais comemorados são 19 de março, aniversário da cidade, a Festança que acontece no mês de julho, e o dia da Consciência Negra, que é lembrado em novembro.

De acordo com dados da Secretaria de Estado de Turismo do Estado de Mato Grosso, SEDTUR (2010), os principais pontos turísticos da cidade são:

- **Parque Estadual da Serra de Ricardo Franco:**

Ricardo Franco está próximo do Parque Estadual da Serra de Santa Bárbara, do Parque Noel Kempf, na Bolívia. A região do Guaporé possui um dos mais ricos ecossistemas do estado, com áreas de transição entre a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal, concentrando alto grau de diversidade biológica. Animais ameaçados de extinção como a onça-pintada, tamanduá-de-colete, preguiça-real e o boto-cor-de-rosa vivem no vale. Neste Parque, em função do relevo são encontradas inúmeras cachoeiras e fauna/flora diversificadas.

- **O Rio Guaporé:**

Vila bela está localizada nas margens do Rio Guaporé, figura 12 a seguir, na sua porção alta. O Rio Guaporé tem como afluentes importantes o Sararé, o Capivari e o Vermelho, formando uma extensa bacia hidrográfica onde encontram-se extensas "várzeas" inundadas, nos períodos de cheia. Estas áreas são propícias à formação de lagoas marginais, onde se reproduzem muitas espécies de peixes. Apresenta outros trechos com corredeiras que podem ser utilizadas na produção de energia. Possui condições de navegação e potencial turístico, abrigando grande

beleza natural, além dos patrimônios históricos de Vila Bela da Santíssima Trindade e São Francisco Xavier.

Figura 12 – Rio Guaporé

Fonte: MMA/ 2010.

- **Dança do Congo:**

O congo ou congada é um tipo de manifestação que aparece em outras regiões do Brasil, com variações. Traduz para a dança um enredo de guerra. Vinte e quatro “dançantes” homens representam o embate entre os reinados de Congo e de Bamba.

No caso da Dança do Congo, os dançantes costumam utilizar um aditivo extra, além do apego às raízes culturais: o kanjinjin, que é uma bebida afrodisíaca e energética cuja fórmula é guardada em segredo pelos moradores de Vila Bela. De acordo com moradores do município, eles dizem que os participantes levam gengibre, água-ardente, cravo e outras raízes. Na festa do congado, os dançantes bebem e ficam dançando sem parar.

- **Chorado:**

Enquanto o Congo retrata influências culturais africanas, o Chorado, dançado pelas mulheres, nasceu de eventos relacionados aos negros, já sob a dor da escravidão. De acordo com a Secretaria Municipal de Turismo (2009), “A dança veio das escravas que iam pedir aos patrões para que eles libertassem os filhos ou maridos presos. Muitas vezes elas conseguiam. Os patrões ficavam com dó”.

Um acessório chama a atenção na dança, a utilização de uma garrafa que é equilibrada na cabeça pelas dançarinas, conforme figura 13, abaixo: “Com o tempo muitos dos capitães-generais da cidade passaram a pedir para as escravas dançarem como forma de diversão. Eles presenteavam as escravas com bebidas”. (SEDTUR, 2009)

Figura 13 – Dança do Chorado em Vila Bela

Fonte: Site de Historiografia Mato-grossense/ 2010.

Depois de colocar as garrafas na cabeça, elas retribuíam dançando mais um pouco.

- **Quilombos:**

Os primeiros escravos de origem africana, chegaram no século XVIII a Mato Grosso, para trabalhar na mineração, a resistência a escravidão provocava fugas individuais ou coletivas freqüentes acabaram dando origem a diversos

quilombos. Na época em que era a capital da Capitania, Vila Bela concentrou o maior número destas aldeias de escravos fugitivos. (SIQUEIRA, 2002)

O quilombo do Piolho ou Quariterê, no final do século XVIII, localizado próximo ao rio Piolho, ou Quariterê, reuniu negros nascidos na África e no Brasil, índios e mestiços de negros e índios (cafuzos). José Piolho, provavelmente foi o primeiro chefe do quilombo. Depois, assumiu o poder sua esposa, Teresa.

Fugidos da exploração branca, os habitantes do quilombo conviviam comunitariamente, em uma fusão de elementos culturais de origem indígena e africana. Os homens caçavam, lenhavam, cuidavam dos animais e conseguiam mel na mata; as mulheres preparavam os alimentos e fabricavam panelas com barro, artesanato e roupas.

As dificuldades de abastecimento, principalmente de escravos, com que constantemente conviviam os habitantes da região guaporeana, levou-os a organizar uma bandeira para atacar os escravos fugitivos.

O poder público, através da Câmara Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, e os proprietários de escravos, patrocinaram a bandeira para destruir o quilombo e recapturar seus moradores.

A bandeira contendo cerca de trinta homens foi comandada por João Leme de Prado. Percorreu durante um mês o trajeto que separava Vila Bela do quilombo e, de surpresa, atacou-o. Aprisionou quase todos os moradores, deixando para trás os que morreram no combate que se travou e os que fugiram.

Os escravos que sobreviveram, foram levados para Vila Bela, sendo colocados para reconhecimento público. A mando do capitão-general de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, após o ato de reconhecimento, os escravos foram submetidos a outros castigos, além de surras, tiveram parte de suas orelhas cortadas e os rostos tatuados a ferro em brasa com a letra "F" de Fugitivo. (MADUREIRA, 2002)

Embora a intenção da repressão fosse intimidar novas fugas, a ânsia de liberdade venceu rapidamente a humilhação e, duas décadas após, em 1791, foi necessário organizar uma segunda bandeira para recapturar fugitivos. Desta feita finalmente conseguiram acabar com o quilombo de Quariterê.

Esta bandeira comandada pelo alferes de dragão, Francisco Pedro de Melo, continha 45 homens que destruíram as edificações e plantações do quilombo. Recapturados e devolvidos aos seus donos, em Vila Bela, estes negros não foram

mais torturados publicamente porque as experiências anteriores já haviam comprovado a ineficácia dos castigos físicos.

Também sob o comando de Francisco Melo, foram destruídos outros quilombos importantes como o de “João Félix” e o do “Mutuca”.

No local do quilombo do Piolho, após sua destruição a mando do capitão-general João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, foi organizada uma aldeia, cujos moradores contavam com o apoio do governador, a Aldeia da Carlota, que visava o interesse português em garantir a posse desta terra, em local tão isolado.

A existência de muitos quilombos na região foi determinante para a formação de uma população de maioria negra - mais de 70% dos habitantes.

No centro da cidade de Vila Bela pode-se observar várias casas centenárias, com forte influência da arquitetura portuguesa. A cultura local também foi marcada pela religiosidade e conta-se que, antigamente, cada casa tinha um oratório, os quais foram dados de presente ou levados para outras cidades.

- **Os índios – Chiquitanos:**

Etnia proveniente da Bolívia - a maioria deles está do lado boliviano do limite entre os dois países. Os mais velhos nasceram numa época em que aquela fatia de Vila Bela ainda pertencia ao país vizinho. A partir de 1972, quando foi assinado um acordo entre os dois governos, a região passou a ser brasileira, assim como deveria acontecer com seus habitantes.

A área do extremo oeste do país, ocupada pelos chiquitanos, reúne uma população com cerca de 50 mil pessoas, que vivem na fronteira entre os dois países. Do lado brasileiro do limite, vivem 31 comunidades, ao longo de um extenso trecho que atravessa os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda, Cáceres e Porto Esperidião. (SIQUEIRA, 2002)

Grande parte dos moradores são de baixa estatura, pele morena, cabelos lisos e olhos puxados, falam apenas o castelhano ou arrastam um sotaque inconfundível.

2. Cáceres:

O município de Cáceres está localizado na porção oeste da região em estudo (figura 14), às margens do rio Paraguai e da BR-070. Possuindo um território de 24.398 km² (IBGE, 2010) e uma população de 87.912 habitantes (IBGE, 2010).

Os limites do município são: ao norte, com os municípios de Curvelândia, Lambari D'Oeste, Barra do Bugres e Porto Estrela; ao leste, com o município de Poconé; ao sul, com o Estado de Mato Grosso do Sul e a oeste, com os municípios de Porto Esperidião e Mirassol D'Oeste.

O acesso é realizado, a partir de Cuiabá, pela BR-070, por aproximadamente 209 km.

A região onde se localiza o município de Cáceres era passagem fluvial e terrestre entre os primeiros municípios criados em Mato Grosso: Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade. Essa região passou a ser divisa do Brasil, pelo Tratado de Madri, de 04 de janeiro de 1750.

Figura 14 - Localização do Município de Cáceres

Fonte: Adaptado de Miranda *et al*, Atlas Geográfico de Mato Grosso, 2001/ GEOATLAS/,2000.

Em 1778, o 4º Governador da Capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Mello Pereira, mandou assentar à margem esquerda do Rio Paraguai, no local onde está a atual cidade de Cáceres, uma povoação denominada Villa Maria do Paraguay, onde em 1772 havia instalado um posto de registro de embarcações, para o controle das passagens pelo Rio Paraguai. (Site da Prefeitura Municipal de Cáceres, 2010)

Pretendia fortificar um ponto estratégico do Rio Paraguai para defesa do Reino e, para isto, aliciou índios do povo chiquitano, da Bolívia, visando incrementar o povoamento de Villa Maria do Paraguay.

Em 1827, Hércules Florence, membro da Comissão Langsdorff, informou que Villa Maria do Paraguay não passava de fila de casas, enquanto que Jacobina era a fazenda mais próspera da Província de Mato Grosso. Mas, Jacobina parou e Villa Maria evoluiu tornando-se o centro de desenvolvimento regional do oeste mato-grossense. Em 1874 a sede foi elevada à cidade e a denominação de Villa Maria foi alterada para São Luiz de Cáceres em homenagem a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, um português que governou Mato Grosso por quase 18 anos.

Em 1883, foi assentado na praça da Matriz o Marco transladado do Rio Jauru, comemorativo do Tratado de Madri, de 1750. Em 1938, o município passou a se chamar simplesmente Cáceres.

A malha rodoviária municipal possui uma extensão de 7.000 km. Essas estradas municipais são cascalhadas, mas encontram-se em péssimo estado de conservação.

O terminal rodoviário de Cáceres é o maior e mais bem estruturado de toda a região, os ônibus têm conservação mediana. Este terminal é administrado por empresa particular e atende mais de 30 ônibus e cerca de 900 passageiros diariamente.

O aeroporto de Cáceres, também é o mais estruturado da região com pista de aproximadamente 1.800 m de extensão, em bom estado de conservação, possuindo um terminal de passageiros para serviços de embarque e desembarque. Não há vôos regulares e nem serviços de táxi aéreo.

Não há transporte fluvial regular no Rio Paraguai, apenas barcos hotéis (foto 04 a seguir), barcos de alumínio e embarcações para transporte de carga. A cidade tem um ancoradouro para pequenas embarcações. O rio Paraguai apresenta

um grande interesse ecoturístico e é onde se realiza anualmente o maior festival de pesca do país.

FOTO 04 - Barco Hotel no Rio Paraguai – Cáceres

Fonte: Acervo do autor/ 2009.

O deslocamento dentro da cidade é feito principalmente de bicicleta, chegando a ser um atrativo o hábito e o número de bicicletas circulando. Também se deslocam de ônibus de linha regular, inclusive para a área rural. Outras alternativas utilizadas são o transporte por motos, inclusive motoboys, carro próprio, serviços de vans, táxis e moto táxis.

A sua economia está baseada principalmente na pecuária e na agricultura e secundariamente no turismo. Em Cáceres localiza-se a sede administrativa da Unemat - Universidade do Estado de Mato Grosso.

Na Praça Barão do Rio Branco estão os bares e restaurantes, onde se reúnem moradores e turistas, nas tardes e noites pantaneiras.

Cáceres é a cidade do Polo Pantanal com a melhor estrutura de serviços turísticos, pois além dos recursos naturais associados ao rio Paraguai, ao Pantanal, às cavernas, etc. ainda apresenta a beleza do casario secular, o povo hospitaleiro, a culinária irresistível e o sucesso do Festival Internacional de Pesca (FIP). É conhecida como “Princesinha do Paraguai”.

Siqueira (2002) relata que:

Pensando em estabelecer uma conexão efetiva entre a Vila de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, esse governante mandou fundar Vila Maria, a meio caminho de dessas duas importantes vilas. Povoadas inicialmente com casais de índios da Missão Jesuíta de Chiquitos, essa vila marcou mais um espaço ocidental da fronteira lusitana. (SIQUEIRA, p. 53, 2002)

Através da BR 070 dá acesso a Cuiabá, chegando-se também ao “Corixa” (município de San Matias) na divisa do Brasil com a Bolívia.

Cáceres ainda faz conexão com a BR 174, que por sua vez faz a ligação com o Estado de Rondônia, passando por Porto Esperidião, Pontes e Lacerda e Comodoro, onde é sobreposta pela BR -364, com destino a Vilhena (RO).

Grande trunfo em seu território e com alto potencial de aproveitamento o Rio Paraguai, pertencente à Bacia do Prata, é considerado um dos mais importantes rios de planície do Brasil, suplantado apenas pelo rio Amazonas. Este rio é um dos mais importantes eixos de integração continental, juntamente com o trecho do Rio Paraná. Abaixo de sua foz corta metade da América do Sul e vai desde Cáceres, em Mato Grosso, até Buenos Aires, na Argentina. São 3.442 km em águas de corrente livre, sem barragens ou obstáculos para a navegação, ligando o interior do continente ao Oceano Atlântico.

De acordo com a SEDTUR (2010), apresenta alguns pontos turísticos de grande potencialidade:

- **Estação Ecológica de Taiaimã:**

É uma Unidade de Conservação Federal com uma área de 14.300 ha, localizada a esquerda do rio Paraguai e a 180 km ao sul de Cáceres. Foi criada com o objetivo de preservar o importante ecossistema do Pantanal propiciando o desenvolvimento de atividades científicas para conservação, em uma área onde se encontram as maiores diversidades de fauna do mundo.

Apresenta extensos campos graminóides entremeados por manchas mais elevadas de florestas. A ictiofauna é predominante na estação, destacando-se o dourado, o pacú, o pintado e o jaú. Verifica-se também a presença de jacarés e várias espécies ameaçadas de extinção, como o cervo do pantanal, onça e a anta, bem como jabutis, cobras e mamíferos de médio porte como o bugio e a capivara.

A visitação pública só é permitida em caráter educacional e/ou científico, dependendo de autorização prévia do IBAMA, órgão responsável pela administração da unidade.

- **Estação Ecológica da Serra das Araras:**

Unidade de Conservação Federal criada em 1982, com 29.741 ha, abrangendo terra dos municípios de Barra do Bugres e Cáceres. Tem como objetivo preservar amostras significativas de ecossistemas em estado não alterado, bem como uso da área em pesquisas e educação conservacionista.

A vegetação é constituída por: 50% de Cerrado, 40% de Matas, 5% de Capoeiras, 4% de Campos e cerca de 1% de Várzeas e Veredas. A fauna da região é representada pelo porco-do-mato, onça-pintada, cotia, tatu, capivara, cachorro-do-mato etc. A avifauna é muito rica e destacando-se a presença de araras azuis, pardais, siriemas e a raríssima rolinha-do-planalto-central, entre outras.

A visitação pública só é permitida em caráter educacional e/ou científico, dependendo de autorização prévia do IBAMA, responsável pela administração da unidade.

- **Reserva Particular de Patrimônio Natural Reserva Jubran:**

RPPN criada em 2002, com 35.531 ha, na propriedade da empresa Agroju Agropecuária Ltda. A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade e tem como objetivo, conservar a diversidade biológica. Nela poderá ser permitida, a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

- **Cavernas:**

Cáceres possui um rico patrimônio espeleológico. Entre eles estão: a Caverna do Japonês, a das Maritacas, a do Falcão, da Rola Pedra, a de Ponta Canudo I e II e as Grutas da Revoada, da Onça, a do Sobradinho e a do Saião. Destaca-se entre as estruturas espeleológicas, a dolina Água Milagrosa, conforme figura 15 a seguir:

Figura 15 – Vista Aérea da Dolina Água Milagrosa

Fonte: MMA/ 2009.

A Água Milagrosa fica a mais ou menos 40 quilômetros do centro da cidade de Cáceres, seguindo 20 quilômetros pela estrada Cáceres - Barra do Bugres, e mais 20 quilômetros, por estradas de fazendas e chácaras da região. Os últimos 20 quilômetros são percorridos por uma estrada muito ruim, com muita pedra, buracos e porteiças a abrir. Mas a chegada à gruta compensa esses obstáculos todos, além do que, estas dificuldades podem ser encaradas como desafios a serem vencidos.

A partir do ponto onde se deve deixar o carro e seguir a pé, escala-se mais ou menos 20 metros numa subida bastante íngreme, e é necessário descer uns 50 metros, por uma escada feita de pedra e corda pela borda da lagoa. Durante a descida, já é possível ver a água azul no fundo da gruta, quase transparente. O paredão que circunda a gruta, a água azul, a paz e a tranquilidade do local, compõem este importante atrativo.

De acordo com informações do Site da Prefeitura Municipal de Cáceres (2010), a falta de informação faz com que muitas pessoas imaginem que essa dolina tenha sido causada por um meteoro que caiu na Terra há milhares de anos, formando o enorme buraco em um dos morros da região; há ainda outros, donos de uma imaginação mais fértil, que pensam que isto foi o local de aterrissagem de uma, ou de várias, naves espaciais, ou esconderijo de ET's.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 reconhece “as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos” como bens da União, (art. 20 inciso X); e como patrimônio cultural brasileiro (art. 216), os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. As formas de expressão;
- II. Os modos de criar, fazer e viver;
- III. As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações Artístico-culturais;
- V. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas - CECAV / IBAMA é quem controla os sistemas cársticos no Brasil. Atualmente desenvolve dois projetos no Estado de Mato Grosso:

- Projeto Diagnóstico do Patrimônio Espeleológico;
- Projeto Etnoespeleologia.

Cinco regiões de alto potencial espeleológico ocorrem em Mato Grosso: Alto Paraguai-Araguaia, Chapada dos Parecis, Planalto dos Guimarães, Planalto dos Alcantilados e interflúvio Juruena-Teles Pires.

A província espeleológica do Alto Paraguai-Araguaia é caracterizada por uma faixa de dobramentos que se estendem das margens do Rio Araguaia até a divisa com a Bolívia, cortando o Estado no sentido leste-oeste, atravessando as regiões de Cocalinho, Nova Xavantina, Paranatinga, Nobres e Cáceres. Nesta faixa existe a maior concentração de cavernas do Estado, de constituição predominantemente calcária. Esta província cruza a região objeto deste trabalho, na direção leste-oeste.

As cavernas podem funcionar como opções de lazer (práticas recreativas, esportivas e de contemplação), desde que sejam respeitadas regras mínimas de proteção e conservação do ambiente;

É possível usar uma gruta mediante cessão, porque as cavernas são um bem público da União. O art. 64 do Decreto-lei nº 9.760/47, estabelece que os bens imóveis da União não utilizados em serviço público, qualquer que seja a sua natureza, poderão ser alugados, aforados ou cedidos.

Tratando-se de uma caverna encravada em terras particulares devem-se estabelecer inicialmente entendimentos com o proprietário, que poderá ou não aceitar a proposta de cessão de forma pacífica e sem oposição. Caso contrário, o acesso à via pública será mediante passagem forçada, prevista no art. 559 do Código Civil. A forma de indenização está prevista no art. 560 do mesmo diploma legal.

Se a caverna estiver em faixa de fronteira, a obtenção do assentimento prévio é prerrogativa do Conselho de Defesa Nacional, nos termos do § 1º, inciso III do art. 91, da Constituição Federal.

- **Praias:**

No período da seca, de julho a outubro, Cáceres oferece inumeráveis praias de areia branca, foto 05 abaixo, localizadas às margens do rio Paraguai, dentre as quais se destacam a do Daveron, Ximbuva e Julião, todas próprias para banho, atividades desportivas e acampamento.

FOTO 05 – Vista da Praia, Porto e ancoradouro Cáceres/ MT.

Fonte: Acervo do autor/ 2008.

- **Cachoeiras da Piraputanga:**

As Cachoeiras da Piraputanga, foto 06 a seguir, ficam localizadas a mais ou menos 15 km do centro da cidade de Cáceres, na estrada que liga Cáceres a Barra do Bugres.

O acesso a este local é fácil, com uma estrada, apesar de não asfaltada, transitável a maior parte do ano. O córrego que dá origem às três cachoeiras nasce nos morros em volta e passa por inúmeras fazendas e chácaras da região, favorecendo locais para o banho.

FOTO 06 - Cachoeira da Piraputanga – Cáceres

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Cáceres/ 2008.

A denominação deve-se ao peixe, Piraputanga, que na época da desova, (piracema) sobe as cachoeiras para chegar até a nascente.

- **Sítios Arqueológicos:**

Estão registrados no IPHAN 44 sítios arqueológicos localizados em Cáceres, dentre eles, Acorizal, Alaria Indígena, Aterro Baiazinha, Aterro Carajás, Aterro da Mangueira, Aterro da Placa, Aterro Jacarezinho, entre outros.

- **Centro Histórico:**

Casario antigo preservado, foto 07 a seguir, localizado na zona central, com destaque para a Rua Quintino Bocaiúva.

FOTO 07 – Casarios antigos no centro de Cáceres/ MT.

Fonte: Acervo do autor/ 2009.

Foram declarados como patrimônio histórico 48 imóveis num conjunto de casarios bicentenários que pertenciam ou ainda pertencem a famílias tradicionais na região.

- **Igreja São Luiz de Cáceres:**

FOTO 08 - Catedral S. Luiz de Cáceres

Fonte: Acervo do autor/ 2008.

No ano de 1919, foi colocada a pedra fundamental na Praça Barão de Rio Branco, núcleo urbano e, durante 46 anos, foi sendo construída a igreja, foto 08 anterior, em estilo gótico romano com paredes largas.

A visitação é de segunda a sexta feira, das 8hs00 às 11hs30 e das 14hs00 às 19hs00; aos sábados, das 8hs00 às 11hs30 e domingos das 16hs00 às 21hs00.

- **Barranco Vermelho:**

Localizado a 70 km do núcleo urbano, com acesso fluvial e por rodovia, pelo Rio Paraguai (Foto 16 abaixo).

Figura 16 – Fazenda Barranco Vermelho - Cáceres

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Cáceres/ 2008.

Foi um local com intensa atividade agro-pastoril a ali existem sítios arqueológicos como um cemitério indígena.

- **Descalvado:**

Localizado a 160 km ao sul do núcleo urbano, à margem direita do Rio Paraguai, com acesso fluvial. No século XIX havia ali uma indústria que produzia extrato de carne, presunto e outros produtos como charque, que era empacotado e exportado.

A tecnologia importada da Bélgica em torno de 1907 manteve a produção de charqueada até 1970. Hoje estão preservadas a casa, a escola, a agência de correio e a igreja de São Brás.

- **Fazenda Falcão:**

Localizada a 10 km a sudeste do núcleo urbano, com acesso pela rodovia BR-070. Foi uma grande usina de açúcar, que também produzia cachaça. A arquitetura da época, mesmo mal conservada, ainda pode ser observada. Na área da estância, existem trilhas naturais por onde se pode caminhar e admirar a beleza natural exuberante, com paradas para banhos nos riachos.

- **Fazenda Jacobina (figura 17):**

Localizada a 25 km a sudoeste do núcleo urbano, entre a Serra da Jacobina e a Serra do Barreiro Preto, com acesso pela BR 070. Em 1827 a estância tinha 60 mil reses, 200 escravos e um número igual de escravos libertados. É possível dizer que a história desta estância se confunde com a história de Cáceres. Havia plantação de cana de açúcar, mandioca, feijão, cereais, café, dentre outras, para o abastecimento de outras populações. Também havia um engenho de açúcar movido por energia hidráulica. Atualmente ali se explora a piscicultura.

Figura 17 - Fazenda Jacobina

Fonte: Site Conheça o Pantanal/ 2010.

- **Fazenda Ressaca (figura 18):**

Localizada no Vale do Rio Paraguai, a 3 km do rio e a 17 km do núcleo urbano, com acesso por via terrestre. No local já se produzia cana de açúcar e rapadura em 1872.

As máquinas para a produção de açúcar foram importadas da Alemanha, mas só em 1902 é que a usina produziu a primeira remessa de açúcar e de cachaça que realmente atendia os padrões de industrialização.

Figura 18 – Fazenda Ressaca

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Cáceres/ 2008.

Na época a estância tinha 27.000 ha, a casa principal, o edifício da fábrica, casas para os empregados, depósitos, armazéns, além das oficinas mecânica e de carpintaria. Só pode ser visitada com autorização.

- **Museu Histórico Municipal:**

Prédio construído em 1922, em estilo neoclássico, com a finalidade de abrigar o Mercado Municipal. Transformado em museu em 1978, durante os festejos

do bicentenário de Cáceres. Funciona na Rua Antonio Maria, núcleo urbano e está aberto de segunda a sexta de 13h às 17h.

O acervo do museu está dividido em quatro salas com os seguintes temas: Sala de arqueologia, onde estão as peças oriundas dos sítios arqueológicos localizados às margens do rio Pareci; Sala Histórica Regional, onde estão fotos, móveis, documentos, armas e histórico de grandes figuras cacerenses; Sala Sacra, onde são guardadas roupas, instrumentos musicais e imagens de santos; Sala das Comunicações, onde estão documentos com registro de expedições científicas e colonizadoras da região.

- **Marco Jauru:**

É um obelisco localizado na Praça Barão de Rio Branco, em frente a Catedral São Luiz de Cáceres, em pedra lusitana. O marco foi colocado na foz do Rio Jauru em 1754, para demarcar a nova divisão territorial da América, prevista pelo Tratado de Madrid, assinado pelos reis de Portugal e Espanha.

Foto 09 – Marco do Jauru - Cáceres

Fonte: Acervo do autor/ 2008.

Este monumento foi colocado onde está agora em 1885, sendo declarado sob proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1978, ano do

bicentenário de Cáceres. O Marco Jauru, foto 09, é a única peça que restou dos 17 semelhantes projetados para serem instalados ao longo da fronteira sul, porque todos os outros foram destruídos.

- **Ponte Marechal Rondon (figura 19):**

Inaugurada em 1963 sobre o Rio Paraguai, abriu vias de comunicação para a ocupação colonizadora do extremo oeste mato-grossense.

Figura 19 – Ponte Marechal Rondon - Cáceres

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Cáceres/ 2008.

Une Mato Grosso a Rondônia, Acre e Amazonas, através da BR-174.

- **Cais da Praça Barão de Rio Branco:**

Localizado na Praça Barão de Rio Branco, o Porto Mário Correa foi inaugurado em 1929. Nele atracavam as embarcações que faziam a linha Cáceres - Cuiabá, destacando-se, entre todas, o inesquecível barco a vapor Etrúria (figura 20).

Figura 20 – Vapor Etrúria

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Cáceres/ 2008.

O cais foi construído com escombros da antiga prisão municipal, possibilitando acesso dos barcos ao porto. Havia um grande aclave na parte inferior num descanso seguido de três lances de escada que permitiam a entrada de lanchas inclusive na época da seca. Em ambos os lados do aclave havia uma parede de sustentação e, sobre esta, uma muralha de arrimo com balaústres que terminavam no nível da Praça Barão de Rio Branco. Neste ponto, no arremate de cada lado da muralha balaustrada, foi colocada a figura de um leão esculpido em gesso olhando para a praça.

São Luís é o santo padroeiro da cidade de Cáceres. Por sua proteção à cidade o povo, especialmente a comunidade católica, oferece no mês de agosto homenagens ao padroeiro. Festa de São Luís é a festa religiosa mais importante do calendário de eventos cacerense.

As comemorações se iniciam com uma novena em honra a São Luís, na Catedral de São Luís. Cada dia da novena é dedicado a um ramo de atividade. No sábado acontece a procissão com a imagem de São Luís pelas ruas da cidade, que termina na Praça Barão do Rio Branco para a realização da missa ao ar livre. Após a missa as festividades continuam com a quermesse, música ao vivo e apresentações artístico-culturais. Um Festival de Prêmios ocorre no domingo, após a missa na Catedral de São Luís.

- **Festival Internacional de Pesca – FIP:**

Sempre que chega o mês de setembro Cáceres já começa a se preparar para receber os milhares de turistas que chegam à cidade para participar do Festival Internacional de Pesca – FIP, foto 10, considerado pelo Guinness Book o maior evento de pesca esportiva do mundo.

Foto 10 – Festival Internacional de Pesca - Cáceres

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Cáceres/ 2008.

Hoje, o FIP tem duas provas de pesca: a embarcada (feita com barco e canoa) e a de barranco (infanto-juvenil). Durante a semana do FIP acontecem várias atrações culturais e esportivas como campeonatos de vôlei de praia, futebol de areia, oficinas de arte e shows com artistas nacionais e regionais.

3) Porto Esperidião

As origens históricas de Porto Esperidião esta ligada à de Vila Bela da Santíssima Trindade. Mas os primeiros acontecimentos não levaram à formação de um povoado pelo menos estável.

A Comissão Rondon por volta do ano 1909 instalou um posto telegráfico às margens do Rio Jauru, dando início ao povoado de Porto Salitre.

A denominação fazia referência à região de salinas, onde o ancoradouro se encontrava.

Era um barreiro procurado pelos animais, que o lambiam. As célebres salinas são conhecidas desde as primeiras penetrações pela região, ainda no século XVIII.

De acordo com dados do Site da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião (2010), em 25 de agosto de 1898, o engenheiro Manoel Esperidião da Costa Marques deu início, em São Luíz de Cáceres, a estudos da navegabilidade do Rio Jauru, desde a barra com o Rio Paraguai até o Porto do Registro. Depois se propôs a construir estradas de ferro.

O engenheiro nasceu em Poconé e foi destacado político, tendo participado da redação da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil. Faleceu, prematuramente, de malária, após uma expedição para medição e demarcação de seringais na região do Rio Guaporé.

Em homenagem a Manoel Esperidião da Costa Marques, em 1920, foi alterado o nome de Porto Salitre para Porto Esperidião.

Em meados de 1950 foi desativada a rede de telégrafo. Em 1956, foi construída a segunda e última ponte de madeira sobre o Rio Jauru, sendo que a atual ponte de concreto foi aberta ao tráfego em 1982.

A Lei Estadual nº 5.012, de 13 de maio de 1986, criou o município. Distrito criado com a denominação de Porto Esperidião, pelo decreto-lei estadual nº 545, de 31-12-1943, subordinado ao Cáceres.

Em divisão territorial datada de 1/07/1950, o distrito de Porto Esperidião figura no município de Cáceres.

Em divisão territorial datada de 1/07/1960, o distrito de Porto Esperidião permanece no município de Cáceres. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1/07/1983.

Elevado à categoria de município com a denominação de Porto Esperidião (Figura 21), pela lei estadual nº 5012, de 13/05/1986, foi desmembrado do município de Cáceres e instalado em 31/12/1986. Em divisão territorial datada de 1988, o município foi constituído do distrito sede.

Esta cidade teve sua fundação atribuída, a Cândido Mariano da Silva Rondon, na primeira década do Século XX. Isto se deu quando este estava a estender as linhas telegráficas estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (FERREIRA, 2001).

Figura 21 - Mapa de Localização do município de Porto Esperidião

Fonte: Site Mato Grosso e seus Municípios/ 2010.

O município de Porto Esperidião, figura 20, localiza-se na região sudoeste do Estado de Mato Grosso, limitando-se com os seguintes municípios: ao Norte, Jauru e Figueirópolis D'Oeste; a Nordeste, Glória D'Oeste e São José dos Quatro Marcos; ao Sul, com a República da Bolívia; a Sudoeste, Vila Bela da SS Trindade; a Sudeste, com o município de Cáceres; e a Oeste, com o município de Pontes e Lacerda e São Domingos.

Possui uma área de 5.834 km² e uma população de 10.950 habitantes (IBGE, 2010).

A proximidade geográfica de algumas comunidades tradicionais chuiquitanas de Porto Esperidião, assim como a relativa predominância dos mesmos na sede do município, pode ter contribuído para o surgimento e crescimento do “curussé”(…) (...) o “curussé” é animado por grupos de homens, os musiqueros, compostos de 2 ou 3 caixeiros, 1 ou 2 bombeiros, 1 flautero ou tocador de fifano, além do fiscal com o apito. (...) os instrumentos têm que ser feitos a mão, ou como afirmam os mais velhos: sem energia ou máquina... Este fator é determinante na qualidade musical. (FERREIRA, 2001,p. 222).

O município é um divisor de águas, possuindo nascentes que correm para a Bacia Amazônica (Rio Alegre) e para a Bacia do Prata, sendo o principal rio, o Jauru, que banha a sede do município, sendo que seu maior afluente é o rio Aguapeí, que percorre toda a extensão territorial do município, no sentido Oeste-Leste. Também fazem parte os ribeirões Santa Rita, Santíssimo e Tarumã, e os córregos Morro Branco, Bravo, Córrego Fundo, Retiro, Vermelho, Papiro, Tombador, Girau, Aguapezinho, entre outros.

Figura 22 - Manifestação cultural Curussé – Grupo Nativo de Porto Esperidião

Fonte: Grando/ 2010.

Tem como manifestação cultural o “Curussé”, ilustrado na figura 22 anteriormente, de origem nos chiquitanos.

4) Comodoro

A denominação Comodoro se deve ao conteúdo de alta relevância, de nobreza, de superioridade do termo empregado pela Marinha.

A colonização na região começou com os incentivos dos governos federal e estadual para a ampliação da fronteira agrícola. Por ser ponto limítrofe entre os Estados de Mato Grosso e Rondônia, foi se formando um núcleo de povoamento que, inicialmente, denominou-se Nova Alvorada, tornando-se distrito a 6 de junho de 1977.

De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Comodoro, o município (Figura 23 abaixo), nasceu do processo de emigração com colonos de origem, principalmente, nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Graças às suas potencialidades econômicas, marcadas pelo extrativismo da madeira e da exploração agropecuária, desponta como um grande potencial no contexto geral do Estado, pois vem ocupando destaque na produção de grãos, principalmente na expansão da sojicultura.

Figura 23 - Mapa de Localização do município de Comodoro

Fonte: Site Mato Grosso e seus Municípios/ 2010.

A colonização de Nova Alvorada foi idealizada por Raimundo Costa Filho, o fundador da cidade de Colíder. Comodoro, é fruto de um projeto de colonização surgido em 1983, idealizado por José Carlos Piovesan, atraindo pessoas de todas as partes do país. O nome Comodoro foi escolhido através de uma lista que o colonizador da localidade fez junto à própria família.

Através da Lei nº 4.091 de 13 de julho de 1979, transferiu a sede de Nova Alvorada para o distrito de Novo Oeste. A Lei nº 4.636, de 22 de março de 1985, criou o distrito de Comodoro, transferindo para este a sede antiga de Novo Oeste. O município foi criado a 13 de maio de 1986, pela Lei Estadual nº 5.000.

Assim, como os demais da fronteira, era habitado, primitivamente pelos índios “Nambikwára”. Porém, o território do município de Comodoro teve a movimentação do homem branco já nas primeiras inserções da coroa portuguesa para consolidar a ocupação de suas terras, desde a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Já no início do século XX, a região recebeu a Comissão Rondon que realizou trabalhos de pesquisas e levantamentos para a implantação da linha telegráfica trazendo novos incentivos comerciais através da exploração da borracha, responsável pela abertura de áreas para a implantação de seringais.

Na década de 1970 foi consolidado o território como fronteira agrícola, marcando a posição estratégica do município no eixo Cuiabá - Porto Velho. Possui uma população de 18.157 habitantes (IBGE, 2010) e uma extensão territorial de 21.743 km² (IBGE, 2010).

Seus recursos hídricos constituem a grande bacia do Amazonas, com potencial não só para adoção de lavouras irrigadas e piscicultura, como também para o turismo ecológico, com desenvolvimento da pesca esportiva e esporte aquático. Vale salientar que algumas nascentes apresentam excelentes qualidades minerais para a exploração comercial.

3.3 - Fronteira Boliviana - Contexto de Integração Regional

3.3.1 - Histórico na Formação Territorial

Os primeiros jesuítas missionários chegaram no que hoje é a Bolívia (então conhecida como Alto Peru) em 1572, tendo se mudado para o leste a partir do Vice-Reino do Peru, onde havia sido estabelecida desde 1568. Eles foram precedidos por

outras ordens, entre eles o Agostinianos, Dominicanos, Franciscanos e também por mercenários.

Para a maior parte, eles assistiam às necessidades espirituais dos colonos no Altiplano árido, em torno do lago Titicaca, e nas cidades de La Paz, Potosí e La Plata, onde se estabeleceram casas, igrejas e escolas, sendo as primeiras a de La Paz, construídas em 1572 (embora não abriu até uma década mais tarde).

Estes primeiros missionários eram quase exclusivamente de origem espanhola.

Quase um século se passou antes que os jesuítas a contragosto da coroa portuguesa permitiram a expansão da Chiquitania (originalmente, incluindo a área hoje conhecida como Chaco). Eles já eram uma força a ser reconhecida em todo o Alto Peru e em outras partes do Vice-Reino do Peru.

Ainda no período colonial, embora esta não fosse a rota mais curta para a sede do vice-reinado da Coroa Espanhola (Lima), e nem para as ricas minas de prata do altiplano andino, o “planalto dos povos chiquitos” foi logo percorrido em função da navegação cada vez mais a montante empreendida no rio Paraguai. Assim, contornava-se com mais facilidades a borda norte do Grande Chaco Americano para concretizar as primeiras rotas de integração do continente sul-americano.

Tinham estabelecido pelo menos 29 assentamentos na Argentina, Brasil e Paraguai sozinhos (que tinha uma população total de mais de 100.000 habitantes nativos em 1742).

Esses assentamentos foram fundados como *reducciones* - comunidades indígenas auto-suficientes, que variam em tamanho de cerca de 1.000 a 4.000 habitantes (agrupados por facções etno-Linguísticas conhecido como *parcialidades*), com dois sacerdotes jesuítas em sua cabeça e assistido por um conselho de oito a doze líderes nativos (conhecido como *Cabildo*) que se reuniam diariamente para monitorar o progresso da cidade e seus habitantes.

Esses assentamentos ocorreram em dois períodos distintos: os cinco primeiros entre 1691-1699, e os restantes entre 1721-1760.

Seguiu três princípios essenciais:

- Serem colocados em um lugar onde a comunidade pudesse ser localizada, próximas de água potável e campos, e com alguma medida de segurança.

- Situar-se relativamente perto de outra *Reduccion*, a fim de comunicar livremente e com facilidade.
- Estar localizada não muito longe das áreas onde viviam os habitantes nativos.

Nesta empreitada estavam propensos a tudo, desde os ataques de povos hostis aos incêndios, inundações, pragas, fome, secas, comerciantes (mascates) e ainda a revolta dos escravos.

Nesta lógica, no período compreendido entre 1691 até 1767, foram implantadas estrategicamente 10 missões jesuíticas em Mato Grosso (cujo pólo irradiador de conquista era a Vila de Matto Grosso, atual cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade), em relação ao caminho que vinha do rio Paraguai, a sudeste do “Planalto Chiquitano”, e também em relação ao próprio caminho terrestre vindo da cidade de Santa Cruz de La Sierra, protegendo os “povos chiquitos” das próprias expedições espanholas de captura. Mais do que capturar índios, os portugueses pretendiam expandir seus territórios empurrando a fronteira cada vez mais para oeste, preocupando sobremaneira os espanhóis.

Na Bolívia, eles tinham sido bem sucedidos em outros lugares também, com 30 aldeias estabelecidas no oeste e atingindo o extremo norte do território em 1705. Outras 16 cidades foram estabelecidas entre 1682 e 1715 a noroeste de Santa Cruz, entre as regiões dos Moxos e Guarayos.

A noção de uma série de missões estrategicamente colocados ao longo da Chiquitania provou ser uma idéia muito fácil de vender para as autoridades coloniais.

O ponto focado era, naturalmente, a igreja, que não era apenas um lugar de adoração, mas também cultural, econômico e educacional, localizadas no centro principal de cada assentamento.

É importante notar que estas igrejas foram construídas pelos esforços combinados dos missionários europeus e da população nativa, não exclusivamente por um grupo ou outro.

Esta polinização cruzada teve um profundo efeito em ambos os lados, mas muito mais sobre os nativos, que gradualmente adotou muitas influências culturais dos jesuítas, em especial propensão para louvar a Deus através das artes.

Politicamente, esses assentamentos deviam fidelidade à Coroa Espanhola, por meio da Audiência de Charcas (até 1776, e depois diretamente para que o novo Vice-reinado do Río de la Plata), que é uma parte muito maior do Vice-Reino do Peru.

Segundo, Haubert apud Meireles (1989):

Missões situadas em lugares estratégicos, cumprindo a função que alguns historiadores chamam de 'Estados-tampões', não exatamente de defesa 'militar' do território, mas com a função de barrar caminho às áreas de metais preciosos e, por esta razão, detentoras de privilégios e apoio das autoridades coloniais espanholas. (HAUBERT apud MEIRELES, 1989, 68)

Desta forma, a área do “planalto chiquitano” ficou mais vulnerável ao expansionismo português, de modo que a Coroa Espanhola entendeu que a maneira mais eficiente para conquistar definitivamente o território seria através da “cruz”, auxiliando militarmente os jesuítas.

Essa geopolítica jesuíta consistia, portanto, em unificar os territórios de suas Missões de Moxos, ao Norte, em ambiente amazônico, com as suas Missões do Paraguai (Assunção) e do rio da Prata, ao sul, passando obrigatoriamente pelas Missões Chiquitanas posicionadas sobre o Escudo (Planalto) de mesmo nome, estas com a função estratégica de garantir o caminho terrestre entre os portos jesuítas do rio Paraguai (em pleno Pantanal, a leste, e que levavam a Assunção) e os seus portos já no rio Grande, a oeste, que levavam às Missões de Moxos.

Dessa forma, monopolizariam uma vultuosa área no coração da América do Sul, com saídas para o Atlântico Sul através da navegação na foz do rio da Prata, e para o Atlântico Equatorial através da bacia amazônica, vislumbrando comercializar com soberania toda a produção missioneira excedente, impor barreiras alfandegárias aos fluxos “externos”, e ainda, clandestinamente, realizar trocas comerciais vantajosas de contrabando pela fronteira espanhola e lusitana.

Assim, por todos estes motivos econômicos e aspirações de hegemonia territorial, a Companhia de Jesus passou a representar sérios riscos às aspirações expansionistas da Coroa lusitana, que a expulsou de seus territórios ainda em 1757. Em seguida, foi expulsa dos territórios espanhóis. Os padres jesuítas foram expulsos das Missões de Chiquitos em 1767, deixando como legado um grande patrimônio cultural para a humanidade.

Essa ação exploratória (em sua maior parte violenta) dos “conquistadores” europeus inauguraram novas “redes extrovertidas que através de seus fluxos ignoraram fronteiras e destruíram territórios, sendo, portanto, desterritorializadoras” (HAESBAERT, 2002, p. 123).

Então, no aspecto missional, as “nações chiquitas” constituíam a base sócio-cultural do grande projeto reducional jesuítico, por motivos que iam desde os mais práticos ligados aos bens materiais, até os mais espirituais ligados à assimilação da mensagem do cristianismo.

Quadro 04 - Departamentos, províncias, municípios e respectivos “distritos missioneiros”.

Departamento	Províncias “Chiquitanas”	Municípios (sedes em negrito) e distritos “chiquitanos”
Santa Cruz	Angel Sandoval	San Matias (inclui o distrito missioneiro de Santo Corazón)
	Velasco	San Ignacio de Velasco (inclui a Missão de Santa Ana), San Miguel e San Rafael
	Ñuflo de Chavez	Concepción, San Javier, San Ramón, e San Antonio de Lomerio
	Chiquitos	San José de Chiquitos (inclui o distrito missioneiro de San Juan de Chiquitos), e Roboré (inclui o distrito missioneiro de Santiago de Chiquitos*)
	Germán Busch	Puerto Suarez e Puerto Quijarro
	Guarayos	El Puente e Urubichá

Fonte: Elaborado pelo autor/ 2009.

Desta forma, a área atual de influência da etnia Chiquitana, que ocupa a porção centro-norte e leste do Departamento de Santa Cruz, área essa denominada outrora de “*La Gran Chiquitanía*” ou “Província de Chiquitos” da Coroa Espanhola, está atualmente ordenada territorialmente em Províncias e Municípios, muitos destes, originários das antigas missões jesuíticas totalizando atualmente 14 municípios, conforme seguem relacionados no quadro 04 anteriormente.

Avançando em direção ao Mato Grosso, levando em conta a identificação de um território de forte influência dos valores simbólico-culturais da etnia Chiquitana, observam-se os municípios da província Velasco, San Ignacio, San Miguel, e San Rafael, os quais concentram um índice médio populacional chiquitano de 79%.

Em San Jose de Chiquitos encontram-se duas importantes reduções jesuíticas chiquitanas, a de San José, na própria sede municipal e patrimônio cultural da humanidade tombada pela UNESCO em 1990, e a de San Juan de Chiquitos,

localizada a 104 km a leste, interligada por uma estrada de terra em estado regular na estação seca, e, precário na estação chuvosa.

Uma característica presente em todas as cidades é a ausência de um único centro predominante, característica essa herdada da estrutura da rede territorial jesuítica, que dá as reduções o teor de centros de igual importância hierárquica, descentralizando-os e engajando-os em uma lógica territorial contrária da tradição colonial espanhola, que criava centros de grande poder político e econômico a partir dos quais ampliava seus territórios de influência.

3.3.2 – A Mancomunidade Chiquitana

O Plano de Desenvolvimento da Mancomunidade Chiquitana (PDMCH) propõe uma hierarquia elaborada em 1999 baseada principalmente na favorável localização espacial como elemento propulsor das principais atividades regionais de San José de Chiquitos e San Ignacio de Velasco.

Desta forma, o PDMCH (2005) buscou identificar as características e as funções que desempenham cada centro populacional no território, a partir das seguintes variáveis:

- O tipo de centro populacional por peso demográfico.
- A localização espacial dos centros na rede urbana.
- A classe político-administrativa do centro.
- O potencial da área de influência.
- A infra-estrutura urbana de serviços básicos e órgãos públicos disponíveis à população local.

Deve-se considerar ainda o importante crescimento demográfico de San Ignacio de Velasco, que teve a sua população aumentada em 54%, já possuindo um centro urbano com quase 20.000 habitantes. (Instituto Nacional de Estadística de Bolívia - INE, 2001).

Além disso, houve ainda o melhoramento da estrada que interliga a Santa Cruz de la Sierra, a sudoeste, que a partir da década de 1990, teve conexão rodoviária permanente com San Matias, cidade localizada 300 Km a leste, na fronteira com o município de Cáceres-MT.

Baseado nestas variáveis foi elaborado um quadro 05 a seguir, que resume as principais características destes centros populacionais na rede urbana chiquitana:

Quadro 05: Categorias e especializações dos centros populacionais da Mancomunidade Chiquitana

Nome / dados do centro	Localização na rede urbana chiquitana	Nível de influência municipal	Categoria e Escala	Especialização
San Ignacio Capital Provincial Sede Municipal aprox. 19.402 hab Taxa Crescimento 9201: 54%	Sobre o circuito missional, formando um subsistema de centros com S. Rafael e S. Miguel Conexão com San Matias	Polariza como centro maior a S. Rafael e S. Miguel. Área potencial muito grande ao norte do município.	Centro de serviços sociais, comerciais e de apoio à produção. De escala regional Centro intermediário A	Turismo Cultural Missonal Turismo natural para o norte (Pq. Noel Kempff)
Concepción Capital Provincial Sede Municipal 5.586 hab. Taxa crescimento 92-01: 73% (no período)	Localizada sobre circuito missional.	Área de influência municipal potencial muito extensa ao norte e a oeste (San Javier).	Centros de serviços de categoria B com influência em seu município e San Javier.	Turismo cultural baseado na herança missioneira.
San Javier 5.538 hab. 77.72 % San Miguel 4.484 hab. 30 % San Rafael 2.057 hab. 50.91 % Sedes Municipais	Localizadas sobre o circuito missional.	Influência municipal muito pequena.	Centro de serviços de categoria B.	Turismo cultural baseado na herança missionera.
San Matias Capital Provincial Sede Municipal 5.370 hab. Taxa crescimento 39,51 %	Centro fronteiriço com o Brasil, a partir do município de Cáceres-MT.	Extensa área atendida por uma rede vicinal muito precária. Abriga o Pantanal norte boliviano.	Centro de serviços de categoria B.	Comércio fronteiriço. Pecuária extensiva.
San Ramón Sede Municipal 4.746 hab. Taxa crescimento 109%	Estratégico nó de conexão dos eixos rodoviários a Trinidad (NO) e ao eixo missional norte rumo a Mato Grosso -Brasil (Leste).	Pequena e agropecuária.	Centro populacional recente e ainda mal equipado, embora apresente grande movimento de fluxos migratórios e comerciais.	Apoio ao desenvolvimento rural.

Fonte: Quadro “Categoria e vocação dos centros urbanos e povoados” do Informativo de Desenvolvimento Humano em Santa Cruz, PNUD Bolívia, 2004, p. 163.

Somado a estes fatores relacionados com a localização e a característica dos “centros para fora”, em relação aos outros centros, segue uma descrição dos serviços e equipamentos que os principais centros oferecem, elegendo-se os seguintes como os mais importantes:

- Do papel do Estado: possui Sub-prefeituras nas sedes de província, Governo Municipal nas sedes de municípios, Poder Judiciário, Polícia Nacional, representações de ministérios e superintendências (Instituto Nacional de Reforma Agrária e Florestal).
- Serviços sociais: Educação média, técnica e universitária; Hospitais de 1º, 2º e 3º níveis; Ginásios poli esportivos ou estádios; Infra-estrutura cultural (O de 3º nível é mais completo).
- Outros indicadores: Nível de qualidade de hotéis, quantificação dos meios de comunicação social, comunicação telefônica local e de longa distância, instituições da sociedade civil, bom acesso por estradas com transporte público intermunicipal de qualidade e aeroporto público.

Tipicamente, considerou-se de categoria “A” os centros com educação técnica e universitária, um hospital de 3º nível ou dois de 2º nível, um ginásio poli esportivo e/ou estádio com arquibancada, a presença de uma subprefeitura (equivalente no Brasil a uma hipotética subgovernadoria) e uma “alcaldía” (prefeitura municipal), do Poder Judiciário e da Polícia Nacional, escritório para o atendimento do tema florestal e agrário, hotéis de categoria e restaurantes, possibilidades de comunicação telefônica a longa distância a partir de linhas locais, e bons ônibus para chegar e sair, além de um aeroporto a cargo da Administração de Aeroportos e Serviços Auxiliares Navegação Aérea -AASANA. A ausência de pelo menos três destes requisitos implica na categorização do centro populacional como categoria ou classe “B” (ALVES, 2006)

3.3.2.1 - Mancomunidade Chiquitana – Perspectivas Turísticas

As tradições seculares adversas vividas tanto no campo econômico quanto político administrativo mantiveram quase sem alterações a faixa de fronteira, onde são encontrados territórios com poucas diferenças entre si.

Estes territórios são ricamente alicerçados pela tradição das comunidades locais, que foram continuamente enfraquecidas pelas dificuldades econômicas e pela dependência cada vez mais crescente dos pólos regionais próximos (por Cuiabá e Cáceres no Brasil e Santa Cruz de La Sierra na Bolívia).

O turismo já é reconhecido como um setor de caráter produtivo e de exportação em função dos atrativos naturais e culturais relacionadas ao ecoturismo, etnoturismo, turismo de aventura, turismo histórico e cultural, entre outros.

Deste modo muitas comunidades estão envolvidas em projetos que objetivam a melhoria das condições de vida da população a partir do incremento das atividades produtivas locais. Dentre estes projetos, destacam-se os oriundos de parcerias estabelecidas entre as Prefeituras e a Igreja Católica, os quais têm estimulado e apoiado a prática agrícola e pecuária com a adoção de técnicas de manejo adequadas para a área.

Além disso, nos últimos anos, os municípios têm iniciado ações para sua promoção econômica e reconhecem o impacto que o setor pode gerar em nível local e mancomunitário.

Figura 24 – Circuito Turístico da Mancomunidade Chiquitana

figura 24 anteriormente, que estão presentes em sete dos municípios mancomunados, em seis dos quais as mesmas foram tombadas pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) como “Patrimônio Cultural da Humanidade”.

Ainda integrando esta Mancomunidade se encontram, também, as Missões Franciscanas de Guarayos (El Puente e Urubichá).

Diante desta perspectiva a Mancomunidade formulou um Plano de Desenvolvimento do Complexo Turístico Integrado – PDCTI, baseado em seis áreas turísticas. (Ministério de Comercio Exterior e Investimento, 2000).

De acordo com as conclusões do plano, o território da Mancomunidade Chiquitana apresenta as seguintes características gerais (ALVES, 2006):

- Existe uma variedade de atrativos que, ainda em separado uns dos outros, podem atrair fluxos internacionais de turistas.
- As deficiências gerais e particulares, que já existem na infra-estrutura e na oferta de serviços turísticos, determinam uma queda na avaliação das condições técnicas.
- A dispersão territorial dos recursos de apoio e dos pontos de interesse turístico em uma área de grande extensão determina graves problemas de conexão e de programação conjunta.
- Conhecimento e consideração inexistentes ou muito deficientes do destino turístico “Missões Jesuíticas” no mercado internacional.

O “Pantanal boliviano” conta com uma estrutura de transporte precária, assim como de serviços básicos, o que contribui para que esta área não se constitua em um destino turístico de relevância nacional ou internacional.

A organização do setor turístico deve contar com um PDCTI no qual participem ativamente os realizadores públicos e privados.

Quanto aos atrativos naturais, os parques nacionais e áreas protegidas (Noel Kempff Mercado, entre outros) que se localizam no território da Mancomunidade Chiquitana, figura 25, e que contam com recursos de flora e fauna pouco conhecidos, constituem um valioso potencial científico e paisagístico, que

oferece por sua valiosa biodiversidade, boas oportunidades para o ecoturismo e o turismo de aventura, mas pela falta de acesso e de infra-estrutura de rotas e de serviços, encontra-se ainda em nível potencial.

Figura 25 – Mapa da Macomunidade Chiquitana

Fonte: Site Mancomunidade Chiquitana/ 2009.

Diante deste quadro apresentado, pode-se afirmar que o turismo como atividade econômica, todavia, não gera os impactos positivos esperados, de acordo com seus grandes potenciais naturais e eco-culturais.

Sendo assim, a proposta ou oferta turística do PDCTI requer a concentração de ações da Prefeitura Departamental, dos municípios da Mancomunidade, das empresas privadas, e dos municípios fronteiriços brasileiros, com destaque para Cáceres-MT e Corumbá-MS em relação ao Pantanal, e Vila Bela da Santíssima Trindade-MT e Pimenteiras do Oeste-RO.

Ou seja, é de extrema importância fortalecer e promover a organização empresarial turística, resguardando-se dos impactos sócio-ambientais prejudiciais à região e sua população, os quais devem ser previstos e minimizados ao máximo.

- **PROVINCIA DE VELASCO**

A província de José Miguel de Velasco (informalmente denominada simplesmente "Velasco"), no quadrante nordeste superior do Departamento de Santa Cruz, fez parte da vizinha província de Chiquitos até 1880. Nomeada por um ex-general e presidente por quatro vezes da Bolívia (um dos três únicos nascidos na Chiquitania), é a segunda maior província do departamento e do país. Suas sedes encontram-se próximas, quando consideramos a grande extensão territorial de seus municípios.

Essas províncias compõem um circuito que concentra em seu interior e em seus entornos uma grande quantidade de áreas destinadas à atividade pecuária, para fins tanto comerciais como de subsistência, embora nos municípios de San Miguel e San Rafael a principal atividade seja a extração madeireira que gradativamente vem cedendo espaço à abertura de novas pastagens.

No final leste da província, as pradarias gradualmente dão lugar a zonas úmidas de baixa altitude que oferecem refúgio para milhares de espécies da fauna tropical e sub-tropicais. Para algumas culturas, há duas safras a cada ano.

Seus habitantes originais, os Chiquitanos (um dos principais grupos da região tribal, junto com os Ayoreo, guarani, e Guarayo), emprestou seu nome a esta área.

Esta província também é conhecida como o lar de quatro das sete principais cidades da missão jesuíta: San Ignacio de Velasco (capital da província e sua maior cidade), Santa Ana de Velasco, San Rafael de Velasco e San Miguel de Velasco, cada um deles possuindo suas igrejas, sendo a de San Ignacio hoje uma catedral meticulosamente restaurada e fiel em cada detalhe.

A seguir, são destacadas as principais características sócio-econômicas e culturais dos municípios da Província de Velasco, subdividida em três seções municipais, San Ignacio de Velasco, San Miguel de Velasco e San Rafael, respectivamente.

- **SAN IGNÁCIO DE VELASCO:**

É a primeira *sección municipal* da Província de Velasco, situada à

nordeste do Departamento de Santa Cruz, limitando-se a leste e a ao norte com o Brasil, especificamente com o Estado de Mato Grosso. A topografia se caracteriza por apresentar estreitos vales, colinas e serras, características do “desgastado” planalto (Escudo) Pré-cambriano Bolívio-brasileiro.

San Ignacio de Velasco foi fundada em 1748 e em 1830 foi nomeada a capital, principalmente para o benefício da tribo Ugareño local pelo jesuíta Pe. Miguel Areijer, que havia sido transferido para lá da sua missão em Concepción.

Depois de mais de 160 anos de obscuridade total, em 1991, a Diocese de San Ignacio de Velasco foi erguida, e teve Bonifacio Federico Madersbacher Gasteiger, como seu primeiro bispo.

Hoje é a maior cidade do Circuito Missões e sob a jurisdição do município se encontra o Parque Nacional Noel Kempff Mercado, um importante “santuário amazônico” no extremo norte do município, à margem esquerda do rio Guaporé, fazendo fronteira com o Estado brasileiro de Rondônia, através do município de Pimenteiras.

Sua localização também torna o local ideal para explorar os aldeamentos vizinhos de San Miguel de Velasco, San Rafael de Velasco e Santa Ana de Velasco, distante cerca de uma hora de cada unidade.

A população é de origem chiquitana, com 73,4% da população com mais de 15 anos de idade se auto-identificando como tal, e 6,2% se identificando como Quéchua ou Aymara.

O município tem uma população de 41.412 habitantes (INE, Censo 2001), dos quais 19.401 se concentram na zona urbana do município de San Ignacio, também sede da Província de Velasco.

Devido à existência de campos abertos com gramíneas naturais permanentes, a qual ocorre predominantemente nos distritos (*cantóns*) de Paraguá e Frontera, sua economia gira em torno da produção agrícola, pecuária e madeireira, sendo a pecuária extensiva a principal delas, praticadas nas grandes *haciendas ganaderas*. Essa, por sua vez tem mercado em Santa Cruz de La Sierra, e ocasionalmente no Brasil.

Na zona rural, a agricultura praticada pelas famílias é baseada na produção de cultivos tradicionais de subsistência como o milho, arroz, mandioca, banana, café, e feijão.

A fim de reduzir os indicadores de pobreza relativos à subnutrição, a Igreja

Católica, foto 11, em conjunto com setores governamentais implantaram nas comunidades chiquitanas a atividade pecuária basicamente leiteira, com o enfoque econômico da reciprocidade, na busca de uma nova estratégia de desenvolvimento, ao contrário da economia de acumulação capitalista das *estancias ganaderas*.

Foto 11 – Igreja de San Ignacio de Velasco/ BO.

Fonte: Acervo do autor/ 2009

San Ignacio (Figura 26 a seguir) vem se desenvolvendo de forma muito significativa no turismo, devido à riqueza de sua fauna, flora e história, expressas no Parque Nacional Noel Kempff e nos seus templos jesuítas de San Ignacio e Santa Ana (lavrados em madeira e tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO), Santa Ana.

Apesar da incidência de pobreza ser de 85,07%, o município tem grande potencial pecuário, pois possui grandes extensões de terras que podem ser utilizadas.

O governo municipal tem priorizado projetos destinados a melhorar os sistemas de produção, com pastagens melhoradas e genética bovina, aumentando seus níveis de produção em quantidade e qualidade. Também tem melhorado muito seu potencial agrícola na produção comercial de café e feijão (COSUDE, 1999).

Fonte: Site Chiquitos/ 2009.

- **SAN MIGUEL DE VELASCO:**

Fundada em 1721 pelo jesuíta Pe. Felipe Suárez e Francisco Hervás com o nome de São Miguel Arcanjo, San Miguel de Velasco, é vizinha San Rafael de Velasco e integra a Mancomunidade Chiquitana boliviana com 10.273 habitantes (INE, Censo 2001 *apud* MMGCH, 2002), dos quais 89,6% da população maior de 15 anos se auto-identificam como Chiquitanos. Do total populacional do município, 41% se concentram na cidade de San Miguel. A incidência de pobreza é 91,55%.

Tradicionalmente, San Miguel produz grãos na área da Chiquitania, bem como um centro para a fundição de bronze e chumbo. Até recentemente, havia ainda as minas de ouro na região, incluindo Las Minas de Sá, onde supostamente os exploradores espanhóis descobriram uma quantidade considerável séculos atrás.

A atividade madeireira, a partir do corte seletivo de espécies nobres em áreas de concessões florestais outorgadas pelo Estado da Bolívia, também constitui-se em importante atividade econômica do município atualmente, assim como a atividade pecuária que se desenvolve através da cria de bovinos, eqüinos, e suínos.

A produção agrícola gera escassos excedentes, predominado geralmente o consumo familiar de subsistência, com exceção das culturas de café e feijão, os únicos cultivos comerciais do município. Dentre os cultivos de subsistência, destacam-se o milho, amendoim, banana, mandioca, cana e arroz.

Parte da população se dedica também à exploração de pedras semi preciosas (ametista, mica, quartzo, entre outras “pouco preciosas”) e à fabricação artesanal de móveis, comercializados principalmente na cidade de Santa Cruz de la Sierra. Já as estátuas sacras e indígenas talhadas em madeira são exportadas como sofisticadas obras de arte da cultura chiquitana.

Tal como as comunidades vizinhas, San Miguel, foto 12 a seguir, é um local tranquilo onde o tempo parece ter parado nos últimos três séculos.

É a segunda seção municipal da província de Velasco. Localiza-se ao sul de San Ignacio, na área central da Chiquitania. A topografia apresenta estreitos vales com terraços aluviais, colinas e serras. O clima é tropical quente e predominam os solos de origem pré-cambriana ligeiramente ácidos.

Diferentemente de Angel Sandoval, cujo território está totalmente dentro do Chaco, a Província de Velasco se distribui em três domínios biogeográficos distintos:

1. As terras centrais e de sudeste que se encontram no Chaco;
2. As terras do norte que estão na Amazônia; e
3. A parte sudeste e centro-oeste que distribui-se em áreas de Cerrado e Cerradão.

É exatamente das áreas de floresta amazônica e de Cerradão que é retirada a madeira para comercialização. Por este conjunto de características ambientais, esta área da Chiquitania ainda não atrai o interesse para a prática da agricultura mecanizada de produção em larga escala.

A população é predominantemente de origem indígena e vive no meio rural. Parte significativa desta população rural vive organizada em comunidades rurais com número variável de famílias, em geral entre 15 e 80 famílias, tendo-se constatado uma comunidade em San Ignacio com cerca de 150 famílias.

Assim, em 2001, foram contabilizados 31.672 moradores em áreas urbanas e 38.463 no meio rural (INE, 2001).

Foto 12 – Igreja de San Miguel de Velasco/ BO.

Fonte: Acervo do autor/ 2009

Foto 13 – Artesão esculpindo em madeira.

Fonte: Acervo do autor/ 2009

O distrito apresenta grande potencial agropecuário por contar com extensas áreas para novos cultivos adaptados ao solo, com destaque para o café e o feijão, que contam com promissores mercados dentro e fora da Bolívia, além da ampliação da pecuária. Para tanto, o governo municipal tem priorizado a melhoria da assistência técnica e a implantação de planos de manejo e sanidade animal.

Não há muito para se ver além de sua igreja que é considerada culturalmente a mais historicamente correta de todas as igrejas restauradas. Os telhados pintados da sacristia e da capela-mor da igreja são exemplos fenomenais da criatividade e qualidade dos artistas locais. A mica incrustada nas paredes são igualmente destacadas, não se admira que o interior é o mais fotografado de todos os templos dos Jesuítas na Chiquitania.

Para se ter uma idéia da grandeza dessa estrutura, consideram que um pouco antes da expulsão dos jesuítas em 1767, o famoso ourives Antonio Rojas convidado para trabalhar o interior incrivelmente ornamentado, demorou até 1783 para terminar o trabalho.

Felizmente, grande parte da arte original, do mobiliário e da estrutura estão intactas, mesmo as janelas, das quais estima-se que cerca de 60 por cento ainda possuem as vidraças originais.

Nestes padrões de estrutura artesanal, há ainda o convento de San Miguel, o qual possui uma história lúdica sobre os seus sinos (Figura 27). Neste convento, há sete deles todos pendurados na torre do sino (ou *campanario*, mas na cidade denominada simplesmente "*el torre*"). Cada um tem uma função distinta, como ensinado pela primeira vez pelos jesuítas e mantidas até hoje.

Figura 27 – Sinos em Igreja Chiquitana

Fonte: Acervo do autor/ 2009.

Funcionam ainda como o principal meio de transmissão de notícias dentro da cidade, sendo assim, quando o menor e um dos médios são tocados simultaneamente, este anuncia a morte de um bebê.

Um dos maiores é usado para a chamada de alunos às aulas, o mesmo, quando tocado em conjunto com mais outros dois, sinaliza a partida de um dignitário visitante.

Dependendo das circunstâncias, este mesmo sino único é utilizado também para anunciar o batismo de uma criança, a chegada de pessoas importantes, ou (quando tocado pelo clero) para algumas orações.

Uma outra campainha é usada aos domingos, quando é tocado para chamar o povo para começar o dia, preparando-se para a missa. Este sino também é empregado durante solenes procissões e bênçãos. Finalmente, o maior sino de todos

é reservado para anunciar incêndios ou outros eventos calamitosos e direcionar toda a população para a praça principal.

San Miguel também mantém a sua tradição Jesuítica de música, e tem sua própria Orquestra Missional, figura 28, que desempenha um papel de destaque na prestigiada American International música renascentista e barroca Festival "Misiones de Chiquitos".

Figura 28 – Orquestra em San Miguel

Fonte: Acervo do autor/ 2009

Devido ao seu relativo isolamento, San Miguel manteve uma série de costumes e tradições que não existem em outros assentamentos.

Figura 28 – Plano Turístico de San Miguel de Velasco

Fonte: Site Chiquitos/ 2009.

- **SAN RAFAEL DE VELASCO (Figura 29):**

San Rafael de Velasco, a missão da segunda mais antiga da Chiquitania, foi criada em 1696 pelos jesuítas Pes. Juan Bautista Zea e Francisco. Localizada a 515 quilômetros de Santa Cruz, tem menos de 3.000 habitantes e compartilha muitas das características situadas nas proximidades de Santa Ana de Velasco e San Miguel, também sendo fiel às suas tradições jesuítas.

É a terceira seção municipal da província de Velasco. Localiza-se a apenas 74 km de San Ignacio e a 544 km da capital departamental, Santa Cruz de la Sierra.

Integra a Mancomunidade Chiquitana com 5.017 habitantes (INE, Censo 2001), sendo que 74,1% da população com mais de 15 anos de idade se auto-identificam como Chiquitanos.

Do total populacional do município, 47% se concentram na localidade de San Rafael. A incidência de pobreza é de 89%.

Assim como San Miguel, San Rafael também continua a ser um atrativo na rota das missões, tendo um convento e oficinas dentro do complexo da igreja.

Quanto ao patrimônio cultural, assim como os municípios vizinhos, San Rafael abriga uma igreja colonial pertencente ao período das missões jesuíticas, além de uma cultura musical intensa, dominando a fabricação em madeira e utilização de vários instrumentos musicais.

Possui um número expressivo de artesãos, e este é um dos melhores lugares para adquirir esculturas a preços ainda mais baixos que os encontrados em outras cidades.

A economia familiar baseia-se na exploração e comercialização florestal, a principal atividade econômica do município, seguida da agricultura, pecuária e artesanato. Os principais cultivos são o café, feijão, milho, mandioca, banana, arroz e cítricos.

O café biológico é exportado para a Europa, enquanto o feijão é comercializado no mercado local e eventualmente se “exporta informalmente” ao Brasil, através do Estado de Mato Grosso (COSUDE, 1999).

A produção excedente da pecuária é comercializada em San Ignacio e Santa Cruz de La Sierra. O governo municipal vem desenvolvendo projetos de apoio à produção pecuária.

Foto 14 – Igreja de San Rafael de Velasco/ BO.

Fonte: Acervo do autor/ 2009

Desta forma, concorda-se com Becker, (1999. p. 335) que afirma:

[...] a mobilidade da força de trabalho pode ser percebida como determinada pelas necessidades do capital. Tais necessidades irão se refletir em diferenciadas e alternativas formas espaciais de fluxos migratórios, centrífugos ou centrípetos. (BECKER, 1999, p. 335)

Ainda como atividade comercial, conta com a produção das empresas madeireiras (serrarias) que exploram os recursos florestais do município. Uma parte dessa madeira é transformada em móveis nas carpintarias locais. A atividade artesanal se desenvolve em torno da confecção de redes pelas mulheres. Os homens trabalham nas carpintarias, serrarias, e como peões nas fazendas de gado (*estancias ganaderas*). Quanto ao turismo, emprega reduzido número de habitantes locais, embora o fluxo de visitantes venha aumentando nas antigas missões jesuíticas da região. Sendo assim, a perspectiva de desenvolvimento para o município de San Rafael gira em torno do beneficiamento das nobres espécies madeireiras, melhora da malha viária vicinal, inserção de projetos de fomento à pecuária e à agricultura familiar, além da promoção turística.

Figura 29 – Plano Turístico de San Rafael
Fonte: Site Chiquitos/ 2009.

O fenômeno da migração boliviana para esta área da fronteira não é recente, tendo, este movimento, sido registrado em vários momentos da história, destacando-se o ocorrido por ocasião da Guerra do Chaco², quando dezenas de convocados para a luta, índios e descendentes de índios chiquitanos buscaram refúgio na faixa de fronteira brasileira, onde seus descendentes e mesmo alguns índios mais velhos permanecem até os dias atuais.

A área da faixa de fronteira boliviana com Mato Grosso apresenta uma relativa uniformidade em termos econômicos, pois se trata, em toda sua extensão, de uma área pobre na qual predomina a agricultura de subsistência e a intensa exploração madeireira voltada para exportação, em sua maioria na forma de tora sem nenhum valor agregado.

No território boliviano, conforme evidenciado no quadro 06, são considerados 4 municípios na condição de integrantes da faixa de fronteira daquele país com Mato Grosso, os quais fazem parte das Províncias de Velasco e de Angel Sandoval, ambas pertencentes ao Departamento de Santa Cruz.

Quadro 06: Municípios bolivianos do Departamento de Santa Cruz, integrantes da faixa de fronteira com Mato Grosso – Brasil

Nº	Municípios
Província de Angel Sandoval	
1	San Matías
Província de Velasco	
2	San Ignacio de Velasco
3	San Miguel
4	San Rafael

Fonte: Bolívia, INE / MDSP / COSUDE. 1999.

² A Guerra do Chaco foi um conflito armado entre a Bolívia e o Paraguai que se estendeu de 1932 a 1935. Originou-se pela disputa territorial da região do Chaco Boreal, tendo como uma das causas a descoberta de petróleo no sopé dos Andes. Deixou um saldo de 60 mil bolivianos e 30 mil paraguaios mortos, tendo resultado na derrota dos bolivianos com a perda e anexação de parte de seu território pelos paraguaios.

- **SAN MATIAS:**

Foi fundada em 1844 pelo general Fermín Rivero como uma maneira de provar que a Bolívia estava preparada para defender a sua fronteira oriental contra o Brasil. Como esses acontecimentos ao longo dos 50 anos foram flagrantemente frustrados e não conseguiram provar qualquer coisa do tipo, a cidade passou a ter um papel significativo no país em função da curta *auga de la Goma* (boom da borracha), a partir de 1880 a 1920.

San Matías é o único ponto de trânsito de veículos no Brasil a partir da Chiquitania, sendo assim maioria dos viajantes passam no seu caminho para a cidade brasileira de Cáceres.

Atualmente é mais conhecida como a porta de entrada para a enorme Área Natural de Manejo Integrado San Matias (a segunda maior do parque nacional na Bolívia, em cerca de 18.124 quilômetros quadrados, que fica ao Sul de seu caminho.

Um dos pontos turísticos mais próximos da cidade é a pacífica Laguna Curichón, figura 30 abaixo, apenas a 1,5 km (3 km) do centro da cidade a caminho de Santa Cruz, onde se pode nadar ou apenas admirar o lago espelhado.

Figura 30 – Laguna Curichón

Fonte: Plan Misiones/ 2010.

Dentro da Bolívia, partindo de San Ignacio de Velasco, existem duas rotas distintas que se conectam a estrada do norte, que vai de San Ignacio e passa por Espiritu, em Las Petas a direita, pegando a estrada de acesso mais perto da Candelária, que é a entrada norte do território.

A rota do sul vai de San Ignacio, através de Santa Ana de Velasco e San Rafael de Velasco, onde se atinge o leste.

Porém, o desinteresse de consumidores brasileiros pelos produtos importados comercializados em San Matias, decresceu com processo de abertura comercial do Brasil e à proliferação do comércio ambulante nas ruas e praças das cidades do país, a exemplo do que ocorreu em Cuiabá e Cáceres, entre outras. Assim, o que é produzido, é quase totalmente consumido na própria unidade produtora e, apenas, uma pequena parte chega às feiras e vendas da cidade de San Matias e pequenos povoados da província.

Na fronteira boliviana com Mato Grosso se encontra um número considerável de fazendas de brasileiros, cujos proprietários, praticamente sem exceção, vivem no Brasil. Trata-se, em geral, de grandes propriedades, cuja área total, comumente, é superior a 1.000 ha, onde é criado gado, predominantemente, em sistema extensivo. É importante informar que as fazendas de brasileiros na Bolívia se distribuem por toda a área reconhecida como oriente boliviano, sobretudo, nas áreas de produção e expansão da soja localizadas nas proximidades de Santa Cruz de la Sierra e da ferrovia que liga a referida cidade boliviana a Corumbá.

A produção, normalmente, resume-se à mandioca, milho, abóbora, batata, melancia e banana. Com exceção destes poucos produtos aí produzidos, os demais produtos alimentícios, particularmente industrializados, como biscoitos, doces e enlatados vêm de outras partes da Bolívia e dos países vizinhos, sobretudo do Brasil.

No Brasil ainda se destaca a importação e comercialização de produtos médicos veterinários, ferramentas de uso rural, como enxadas, facões, machados e foices, produtos para construção civil, como tubulações e torneiras e outros.

É comum encontrar inúmeros brasileiros que se dedicam à diferentes atividades ao longo da faixa de fronteira. Já no meio rural desempenham, entre outras, a função de tratoristas, mecânicos e administradores de fazenda. Nas áreas urbanas o leque de opções de trabalho é mais amplo, tendo-se constatado que muitos se dedicam ao comércio, não só como vendedores, mas, sobretudo, como

comerciantes das mais diferentes áreas. Há também profissionais de áreas específicas como geólogos, engenheiros e agrônomos que, sazonalmente, prestam serviços a empresas, principalmente brasileiras, que atuam no país.

Sendo assim, a maior parte dos brasileiros que atuam na faixa de fronteira se concentra nas cidades de San Matias e San Ignacio de Velasco.

Na fronteira boliviana destacam-se duas características de fundamental importância na estruturação dos territórios locais, representadas pela herança indígena e pela influência das Missões Jesuíticas. A rigor, a herança indígena permeia toda a área da fronteira boliviana com Mato Grosso, da mesma forma que a fé católica introduzida pelos Jesuítas no final do Século XVII.

Há uma área específica reconhecida como Missional que envolve as cidades de San Ignacio de Velasco, San Rafael e San Miguel e mais o povoado de Santa Ana, onde foram construídas as reduções e erguidas igrejas mantidas até os dias atuais.

Dentre estas igrejas, a de San Rafael, San Miguel e Santa Ana, em razão de seu valor histórico, arquitetônico e cultural, foram, em 12 de dezembro de 1990, declaradas Patrimônio Cultural da Humanidade.

Esses edifícios, tão inspiradores, evocativos e tão singulares, se apresentam como provas arquitetônicas da seriedade com que esses missionários europeus tomaram seus votos. Esses prédios também são os únicos exemplos intactos do primeiro período de arquitetura da igreja durante a missão no Hemisfério Ocidental. Pode surpreender a muitos saber que a maioria das igrejas de missão fora das áreas urbanas foram estabelecidas - seja na Argentina, Bolívia, Paraguai, ou em outros lugares - com estruturas de madeira e adobe.

Onze igrejas foram construídas, das quais sete ainda existem (a de San Ignacio de Velasco, não é uma restauração, mas de uma reconstrução, por isso o motivo da omissão como um Patrimônio da Humanidade). Estes sete compõem o Circuito igrejas Missão Jesuíta (três outros, os de Santiago de Chiquitos, San Juan Bautista, e Santo Corazón, também existem, embora em um estado de substituição, a ruína, e a substituição, respectivamente).

Observa-se, que na faixa de fronteira boliviana, valores religiosos, arte, economia, pobreza e muitas outras características são fatores que se mesclam, ocultam e ao mesmo tempo expõem os arranjos territoriais locais, onde unidade e diversidade mantém linhas tênues de separação, conduzindo a territórios pouco

diferenciados.

A religiosidade, a etnia e as dificuldades econômicas são, portanto, os principais fatores que proporcionam certa homogeneidade aos territórios da faixa de fronteira boliviana. Com relação aos valores religiosos predominantes nestas comunidades, chama-se atenção para a afirmação do Plan Misiones de Chiquitos (2004. p.32).

El cristianismo chiquitano de la época reduccional permanece aún en la mentalidad y en las manifestaciones culturales de las actuales familias chiquitanas y alcanza su máxima expresión en las fiestas patronales y durante la semana santa.

Esta continuidad de la fe cristiana entre los actuales chiquitanos, que transmite de generación en generación, es el mayor signo visible del éxito de la evangelización jesuítico indígena. (Plan Misiones de Chiquitos, 2004, 32)

Do ponto de vista administrativo, três destas antigas reduções jesuíticas, San Ignacio de Velasco, San Rafael e San Miguel, correspondem na atualidade a sedes de seções da Província de Velasco, sendo Santa Ana, foto 15, um cantão da primeira seção que corresponde a San Ignacio de Velasco.

Estas unidades territoriais apresentam características muito próximas, embora San Ignacio de Velasco por ser a capital provincial, disponha de melhor infra-estrutura e maior população.

Foto 15 – Igreja de Santa Ana de Velasco/ BO.

Fonte: Acervo do autor/ 2009

Além dos cantões, que correspondem, aproximadamente, aos distritos brasileiros, encontramos ainda ao longo da faixa de fronteira do lado boliviano, muitas comunidades, cuja organização social e econômica são semelhantes, já que a população é, predominantemente de origem indígena. Um traço comum a, praticamente todos os povoados, é a fé na religião católica e a participação nas festas da igreja.

A de Santa Ana é sem dúvida o mais autêntico, embora ironicamente foi erguido pela população local após a expulsão dos jesuítas em 1767. A arquitetura, arte, música e tradições religiosas desses assentamentos permaneceram fundamentalmente inalteradas desde há três séculos.

3.3.3 - Integração Regional na Fronteira: Os Sub-Eixos da Micro Rede Urbana da Província de Velasco

Atualmente, a província de Velasco apresenta três sub-eixos com potencial para a dinamização das relações sócio-econômicas de fronteira, a seguir, todas partindo de Mato Grosso:

- Vila Bela da S. Trindade – Espírito – San Ignacio = totalizando uma extensão de 251 Km;
- Pontes e Lacerda – San Vicente – San Ignacio, via Ponta do Aterro = somando um trecho de 290 Km;
- Porto Esperidião – San Vicente – San Ignacio, via Ponta do Aterro = o mais longo deles com 322 Km.

Todos eles encontram-se sem pavimentação, tornando-se então em estradas de terra suscetíveis aos períodos sazonais de chuvas intensas, o que caracteriza uma importante desvantagem com relação ao acesso por Cáceres, trecho esse totalmente asfaltado ao longo da BR-070.

Além disso, a cidade de Cáceres é um dos principais pólos urbanos da meso-região Sudoeste de Mato Grosso, provida de grande diversidade de serviços e instituições públicas relacionadas com os trâmites internacionais, como Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal.

Quanto aos outros sub-eixos, destaca-se o trecho que vai de Pontes e Lacerda a San Vicente, com 183 Km de extensão, densamente ocupados pela atividade pecuária, tendo a rodovia como eixo central.

Este adensamento ao longo da rodovia, traz vantagens em função da maior distribuição de serviços públicos estaduais e municipais, e alguns pequenos investimentos privados, como a ampliação da rede de energia elétrica que em janeiro de 2006 já atingia o povoado de San Vicente, interligando-o ao sistema elétrico brasileiro, como já ocorre com a cidade de San Matias.

Além disso, destaca-se também a implantação de linhas de ônibus, que partem da rodoviária de Pontes e Lacerda com destino à cidade de San Ignacio de Velasco. Torna-se pertinente destacar a importância e a regularidade desta linha “intermunicipal binacional”, apesar do caráter “informal”, ainda que a cidade de San Ignacio conte com um escritório da *Migración de Bolivia*, responsável por administrar o fluxo de estrangeiros pelo país, em nenhum momento da viagem faz-se necessária a apresentação de documentos pessoais ou do veículo.

Aliás, por esta rota não “se percebe” a fronteira ou o momento de cruzá-la, pois não há, como dito anteriormente um monumento ou um marco indicador da linha de fronteira, de modo que após a última parada em território brasileiro, na localidade de Ponta do Aterro, a próxima parada já ocorre na localidade de San Vicente, em território boliviano. Torna-se um tanto curioso, por assim dizer, em questão de minutos, deparar-se com outra língua, avistam-se outras fardas e outras bandeiras. Mas a moeda brasileira ainda pode ser usada.

Há ainda, o sub-eixo de integração municipal binacional entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Espírito, que totaliza 192 Km. Este é o menos estruturado no que tange a parte de rodovias e de fluxos, mas independente disso, já desperta o interesse das administrações municipais de San Ignacio e de Vila Bela, de modo que simultaneamente já duplicaram mais de 100 Km da via de acesso entre as localidades de Espírito e a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Desta forma, as linhas de ônibus bolivianas passaram a operar nesta rota, atendendo aos trabalhadores rurais bolivianos que buscam trabalho nas fazendas brasileiras localizadas a sul do território do município de Vila Bela.

Através das propostas de desenvolvimento deste trecho, as administrações municipais pretendem atingir diversos objetivos, como chegar com mais facilidade à cidade de Pontes e Lacerda, apenas cruzando o sul do município

de Vila Bela, acessando com rapidez os serviços de saúde pública e o seu mercado fornecedor de produtos industrializados em geral, desta forma fortalecendo o comércio informal de produtos e serviços entre as duas cidades, e ainda gerando maiores oportunidades de aumentar a exportação de madeira para Mato Grosso.

Além disso, as melhorias desse sub-eixo irão favorecer o acesso a cidade de Pontes e Lacerda, facilitando o acesso ao Parque Nacional Noel Kempff Mercado, que mesmo estando do lado boliviano, tem o seu principal acesso pela cidade de Pimenteiras, no Estado de Rondônia.

3.3.4 - integração intermunicipal binacional “Cáceres – San Matias”: questões de aproximação e desconfiança mútua

Cáceres, figura 32 abaixo, esta localizada à margem esquerda do rio Paraguai, e exerce a importante função de pólo regional de grau intermediário, sendo o maior e mais bem estruturado dentre os quatro pólos regionais entre Cuiabá e Santa Cruz de La Sierra.

Figura 32 – Imagem do Município de Cáceres/ MT

Fonte: Google Maps/ 2010

É o que apresenta a melhor localização estratégica em termos de convergência e distribuição de fluxos, a apenas 215 Km da capital do Estado de Mato Grosso, e passagem rodoviária obrigatória que dá acesso ao oeste de Mato Grosso e ao eixo noroeste do Brasil através da rodovia BR-174, interligando-o a outras rotas de acesso ao Pacífico.

Apesar das restrições ambientais ainda pendentes, ocasionando limitações ao tamanho das barcaças e ao volume de carga transportada, sancionadas por ordens judiciais impetradas pelo ministério público federal, a Zona de Processamento de Exportações de Cáceres corresponde a um incentivo fiscal criado pelo governo brasileiro com a finalidade de isentar a tributação sobre as exportações, isso porque Cáceres está inserida sobre o trajeto que pode vir a tornar-se um importante corredor de integração interoceânico, conectando Cuiabá e Santa Cruz de La Sierra de forma mais intensa, equipada com porto integrado a uma Zona de Processamento de Exportações – ZPE, responsável pelo escoamento de parte da produção de grãos de Mato Grosso.

Assim, a grande vantagem até o momento do “Corredor Interoceânico Mato-grossense” partindo de Cáceres, em relação aos demais, embora todos já tenham seus acessos asfaltados em território brasileiro, são as menores distâncias entre as regiões brasileiras fora do eixo sul-sudeste e os portos do norte do Chile e sul do Peru, embora seja um eixo exclusivamente rodoviário, sem ferrovias, isso porque as condições de conservação da estrada boliviana são regulares, pois se trata de uma via de rodagem larga freqüentemente “encascalhada”, e recebendo pavimentação asfáltica no sentido Santa Cruz de La Sierra – Cáceres.

Para se ter uma ideia do rápido crescimento do fluxo rodoviário internacional através de Cáceres, conforme atestou em depoimento o funcionário inspetor da alfândega boliviana no município de San Matias, a média de fluxo internacional de veículos em 2009 foi de aproximadamente 160 veículos/mês, enquanto que a média para 2010 (até agosto) já atingia mais de 300 veículos/mês. Somente naquele momento (em 17/09/2010) em que visitávamos a referida aduana, contabilizou-se em seu pátio 24 chassis de caminhões oriundos de São Bernardo do Campo-SP com destino ao Equador, aguardando liberação. No Equador, receberiam carrocerias de ônibus para reforçar a frota daquele país. (ALVES, 2006, p. 121)

Além do que esta rota percorre o sentido leste-oeste ao longo da parte mais elevada do Escudo Pré-cambriano Bolívio-brasileiro, divisor natural das bacias Amazônica e Platina, sem a necessidade de nenhuma grande ponte pelo menos até

o Rio Grande, já próximo a Santa Cruz de La Sierra, o qual já conta com uma grande ponte “rodo-ferroviária” com mais de 1.200 metros de extensão, e que funciona em sentido único alternado, necessitando de “triplicação” a fim de comportar o fluxo simultâneo de veículos nos dois sentidos sem que sejam interrompidos para a passagem do trem, que atualmente paralisa totalmente o fluxo de veículos ao passar pela ponte.

Quanto a San Matias esta é a primeira e única “seção municipal” da Província Angel Sandoval. Localiza-se a leste do Departamento de Santa Cruz, limitando-se com o Brasil ao norte e a leste.

O acesso à capital departamental, Santa Cruz de la Sierra, localizada a 765 Km a oeste, se realiza através de uma estrada parcialmente de terra que apresenta atualmente boas condições de tráfego, desde que seja mantida sob constante manutenção, principalmente no período das chuvas, visto que esta estrada percorre o Pantanal boliviano no sentido leste-oeste, ao longo de uma vasta planície inundável por aproximadamente 90 Km, até o pequeno rio Las Petas, no povoado de mesmo nome.

A cidade mais próxima com a qual realiza um intercâmbio comercial e turístico é o município brasileiro de Cáceres, a 98 Km.

Já na província de Angel Sandoval, cuja capital é San Mathias, a situação da população, urbana e rural, é em geral muito precária e sem perspectivas de melhoras em termos imediatos.

A cidade tem como principal atividade o comércio de poucos produtos importados, principalmente da Ásia, representados por roupas, brinquedos e pequenos eletrodomésticos, normalmente expostos e vendidos em pequenas áreas cobertas com telhas de amianto ou lona, com mobiliário rústico e improvisado, ocupando, quase sempre, a área da frente da casa do comerciante. É comum a mercadoria ficar exposta diretamente no chão da tenda comercial.

A atividade econômica de San Matias se concentra principalmente na produção pecuária, comércio com o Brasil, agricultura e exploração de madeiras. A maior parte da população se dedica à extração incontrolada de madeira, graças aos seus abundantes recursos florestais.

Outra parte da população se dedica ao comércio, já que existe uma zona franca legalmente constituída com uma variedade de produtos importados.

A população total é de 13.073 habitantes (Instituto Nacional de Estadística de Bolívia - INE 2001), e desse total, 5.370 constituem a população urbana de San Matias, caracterizando uma população ainda predominantemente rural.

Por ser um município muito próximo ao Brasil a migração sazonal ou definitiva de seus habitantes é generalizada. Observa-se no trânsito deste trajeto entre San Matias e Cáceres a presença de veículos bolivianos, predominantemente táxis, que levam moradores da cidade de San Matias para realizarem as mais diversas atividades.

Em sentido contrário, o fluxo de brasileiros residentes em Cáceres para a Bolívia destina-se, predominantemente, à realização de compras de determinados produtos mais baratos do que os similares encontrados no mercado brasileiro, como combustíveis, gasolina e diesel, pneus, e alguns eletro-eletrônicos mais simples. A incidência de pobreza da sua população é de 86,95% (COSUDE, 1999).

Embora o *status* de sede de seção municipal e provincial que goza a cidade de San Matias, esta estabelece uma relação de certa dependência do município de Cáceres, nas mais diversas esferas, com destaque para os serviços de saúde e educação, e de fornecimento de energia elétrica, que provém diretamente de uma sub-estação em território boliviano interligada diretamente à rede elétrica através de uma linha de transmissão originada na cidade de Cáceres, a qual alimenta também a sub-estação do distrito de Porto Limão.

Com relação ao turismo enquanto atividade econômica, San Matias abriga toda a parte norte do Pantanal Boliviano, com possibilidades para desenvolver o ecoturismo e o turismo de aventura, mas atualmente, a infra-estrutura hoteleira que atende a sua demanda turística também está instalada na cidade de Cáceres.

Desta forma, apesar das desconfianças e preconceitos existentes em função das diferenças culturais inerentes a brasileiros e bolivianos, faz-se sentir a forte “presença” de cidadãos bolivianos em Cáceres, de modo que no cotidiano das duas cidades, dispensa-se os procedimentos de identificação e registro dos cidadãos estrangeiros.

Medidas recíprocas já estão sendo tomadas nesse sentido, quando, por exemplo, a Bolívia isenta de passaporte os brasileiros que se deslocam até os municípios de San Matias e San Ignacio de Velasco, e o governo de Mato Grosso

anunciou, após o retorno do Estradeiro IV³, foi feito um estudo de viabilidade para a inclusão de cidadãos bolivianos no Sistema Único de Saúde de Cáceres que está em funcionamento, reconhecendo a importância da população boliviana de San Matias na história e na vida cotidiana da faixa de fronteira mato-grossense.

³ A comitiva do Estradeiro IV (2005), foi integrada por secretários de Estado, empresários, parlamentares, diplomatas e jornalistas, sendo liderada pelo ex-governador do Estado de Mato Grosso Blairo Maggi, com a missão de fazer o reconhecimento do trajeto a ser percorrido e travar contatos com autoridades e empresários da Bolívia, Peru e Chile.

CAPÍTULO IV

4.0 - ASPECTOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: CONDIÇÕES ATUAIS E PERSPECTIVAS

4.1 - Aspectos Históricos da Integração Regional

Durante muitas décadas o modelo de desenvolvimento econômico da maioria dos países da América Latina foi influenciado pelo modelo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, que, em 1948, já pregava um movimento integracionista, com vistas à criação de uma zona de livre comércio latino-americana. A CEPAL, em 1950, com sede em Santiago do Chile introduziu o conceito de cooperação regional, baseado num sistema de preferências comerciais como forma de promover o desenvolvimento econômico (ALMEIDA, 1973, pg. 63).

Desde então ocorreram inúmeras iniciativas que buscavam o estabelecimento de acordos bilaterais e multilaterais para o fortalecimento das relações entre os países e implantação das zonas de livre comércio.

Nas Américas, essa idéia de integração remonta ao século XIX, com a doutrina de Monroe ao norte e aos ideais de Simon Bolívar no sul, que afirmava: “Ningún Estado será más débil que otro, ninguno más fuerte. Un equilibrio perfecto se establecera por este pacto social”.

Percebe-se nitidamente que em ambos ideais, o imaginário era de uma América para os americanos: a anglo-saxã, unilateral, intervencionista, estabelecendo um possível poder de tutela sobre os demais estados; a hispânica, participativa, não-intervencionista, calcada na cooperação. (COSTA, 2000, p. 73).

No entanto, os regimes militares e autoritários ocorridos nas décadas de 60 a 80, dificultaram e atrasaram enormemente os projetos de integração regional: “como se sabe, os regimes ditatoriais costumam manifestar uma preferência por regimes econômicos fechados, com fortes tendências à auto-suficiência”. (ALMEIDA, 1973, pg. 65)

No Brasil, já no segundo governo de Getúlio Vargas, já se imaginava no Brasil a possibilidade de uma “integração ABC”, entre Argentina, Brasil e Chile.

Em 1958, no governo do Presidente brasileiro Juscelino Kubitschek foi lançada a “Operação Pan-americana”, que também objetivava a cooperação comercial entre os países de todo o continente sul-americano. Estas idéias integracionistas culminaram com a criação da ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio, em 1960, pelo Tratado de Montevidéu, que objetivava criar um mercado comum em um prazo de doze anos.

A ALALC foi vítima de dificuldades de ordem adversas, pois sua estrutura era divergente entre os países que se denominavam “comercialistas”, ou seja, Argentina, Brasil e México e os “desenvolvimentistas” Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. Estes últimos formaram o Grupo Andino, atualmente CAN - Comunidade Andina das Nações, através do Acordo de Cartagena de 1969.

Posteriormente o Chile se retirou deste acordo. Outros blocos regionais foram criados nesta mesma época na América Latina, dentre os quais se destacam o Mercado Comum Centro Americano (MCCA), constituído em dezembro de 1970 e o Mercado Comum do Caribe (CARICOM), formado em julho de 1973.

Nesse contexto, os princípios de liberalização comercial da ALALC que contrastavam com o processo político autoritário e centralizador que vigorava na maioria dos países latino-americanos, também concorreram para o fracasso da ALALC.

Outro fator determinante deste fracasso, segundo (ALMEIDA 1973, pg. 63) foi o pensamento geopolítico dominante no continente e particularmente no Brasil, que atribuía a este movimento integracionista, como manobra da esquerda latino-americana para desestabilizar o poder nacional brasileiro.

Bem, o pensamento dominante à época era o de promover a integração nacional. Entretanto na década de setenta, apesar das duas crises do petróleo de 1973 e 1979, ocorreu no Brasil o chamado “milagre brasileiro”, com a implantação dos grandes projetos de infra-estrutura no setor de transportes, energia e comunicações e grande expansão das exportações de manufaturados.

Nesse contexto, o passo mais importante na aproximação mútua Brasil Argentina foi a assinatura da “Declaração de Iguaçu”, em 1985, pelos presidentes Sarney e Alfonsín, na qual os dois países se mostravam dispostos a acelerar o processo de integração bilateral. No ano seguinte, 1986, foi assinada a da “Ata para a Integração Brasil-Argentina”, criando o Programa de Integração e Cooperação Econômica. Esta Ata baseia-se nos princípios que mais tarde nortearam o Tratado

de Assunção, que criou o MERCOSUL, baseados em flexibilidade, para permitir ajustamentos no ritmo e nos objetivos; gradualismo, para avançar em etapas anuais; simetria, para harmonizar as políticas específicas que interferem na competitividade setorial e no equilíbrio dinâmico para propiciar uma integração setorial uniforme.

Os outros dois países vizinhos Paraguai e Uruguai, até então não participavam das negociações, pois eles pretendiam garantir condições de acesso diferenciadas, em função de sua categoria na ALADI, que os considerava países de menor desenvolvimento econômico relativo. Estas condições foram parcialmente concedidas em forma de prazos mais longos para se adequarem ao processo de integração. Assim em 26/03/91 é assinado o Tratado de Assunção entre os quatro países criando o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

As perspectivas positivas do Mercosul contribuíram para a ampliação do Bloco que atraiu, respectivamente os seguintes países como sócios: Chile, Bolívia, Perú, Colômbia Equador, Venezuela.

4.2 - Desenvolvimento na América do Sul – Integração Regional

Para darmos início a essa discussão torna-se pertinente retomar algumas referências para compreender o processo de globalização na América do Sul e seus impactos, distinguindo e associando-o aos processos de mundialização e internacionalização.

Visto como um processo amplo e aliado à dinâmica de abertura de mercados, a globalização modifica as sociedades de uma forma ampla não apenas na dimensão econômica, mas também nas relações sociais e políticas, independentemente dos Estados Nacionais.

Conforme explicitado por Tomassini (1997, pg. 25):

A internacionalização é um processo resultante da formação e desenvolvimento dos Estados Nacionais, através das relações comerciais, posteriormente aperfeiçoadas e intensificadas pela transnacionalização, resultante do investimento direto do capital internacional, via as transferências empresariais, com estabelecimento de políticas de atração / cooperação, formuladas pelos governos nacionais. (TOMASSINI, 1997, p. 25):

As relações entre os Estados Nacionais, eram delimitadas pelas relações onde a instância política obtinha certa ascendência sobre a econômica. Com a globalização acontece o contrário, já que a lógica do mercado confunde-se com a lógica do individual das empresas multinacionais, assumindo um papel de condução da política econômica e social atingindo “condições”, para participar do processo de globalização. Na prática, esses atores comandam e induzem os Estados a adotarem comportamentos que respondam a seus interesses privatistas.

Sendo assim, a modernização é vista sob o prisma da inovação tecnológica inserida no atual processo de globalização e seus impactos na gama infindável de bens e serviços informatizados ou não, ou seja, no acesso à informação, na produtividade e na qualificação dos setores produtivos frente aos mercados consumidores. Aqui, cabe introduzir a questão da regionalização, da importância dos blocos e da integração regional, como um instrumento de interpretação da nova ordem mundial.

Há que se redefinir as estratégias de integração, comparando as novas propostas as experiências do passado anteriormente citadas. Deste modo, criar-se-á estratégias fundamentais para promover a substituição regional de importações, sua especialização, a complementação intra-regional e a busca por uma melhor competitividade, assegurando a inserção em nível internacional, para que essa integração seja possível.

Para Melo (2005), o grande desafio do novo paradigma para esta integração, parte da dificuldade de fixá-lo como objetivo permanente pela falta de uma base cultural, passando pela deficiente infra-estrutura física disponível, entendida como transportes, energia e comunicação a ser concebida e implantada. Neste contexto, pode-se avaliar a complexidade do desafio da integração regional, respaldada por objetivos comuns, que contribuam efetivamente para a estruturação de projetos nacionais e ganhos recíprocos em termos de economia de escala e projeção política na dinâmica global.

O objeto desta pesquisa, a faixa de influência da fronteira Brasil Bolívia em Mato Grosso e no Departamento de Santa Cruz, nos leva propor reflexões e quanto ao processo de integração regional de modo a contribuir para amenização de alguns problemas comuns a estas regiões como a exclusão social, o desemprego, a violência e a desigualdade regional, com o intuito de promover a valorização e ampliação da identidade sócio-cultural dos habitantes desta região.

Segundo Balassa apud Menezes (1990, pg. 236) “integrar seria abolir toda e qualquer espécie de discriminação entre as diferentes unidades econômicas regionais”.

Neste enfoque, a globalização favorece o crescimento dos poderes locais incentivando-os a tentar descobrir outra concepção da própria soberania. Ou seja, manter como objetivo a busca de uma competitividade que permita a inserção no sistema econômico mundial, garantindo uma crescente inserção nos fluxos comerciais mundiais e seus investimentos.

Como destaca, Mata (1997), não apenas integração econômica, mas também cultural, que permita utilizar o sucesso comercial como alavanca para uma redefinição e intensificação dos elos culturais e sociais entre regiões e países da América do Sul.

Uma política voltada para a cultura de integração regional trará em longo prazo um processo de desenvolvimento e automaticamente uma necessidade de consolidação social, partindo da premissa da necessidade de envolvimento de todos os agentes e grupos sociais na difusão e socialização da cultura, das artes, da democracia, da tolerância, da abertura comercial e da racionalidade das ações voltadas para todos os aspectos da integração regional.

Segundo Hirtz (2002), deve-se entender a cultura no sentido mais amplo de visões de mundo e de mentalidades, principalmente nos âmbitos da política (a cultura política), da economia (negócios e relações com o mercado), social (distribuição e problema da equidade) e da cultura artística – intelectual. A integração regional, não pode ser uma construção das elites empresariais e financeiras, mas deve englobar também o mundo da cultura e das artes em todas as suas dimensões.

Para a CEPAL, a inserção da América Latina na economia internacional pode ser denominada como Regionalismo Aberto, ou seja, um caminho multilateral, para fazer frente ao sistema internacional de comércio mais aberto, assegurando:

- No campo político a manutenção da soberania, da democracia e a proteção externa;
- No campo cultural a formação da identidade e de valores próprios;
- No econômico e social o desenvolvimento e melhoramento do nível de vida.

Para Melo (2005), ressalta-se aqui os esforços empreendidos pelas comunidades latino-americanas na busca da integração regional, onde muitos países não alcançaram seus objetivos, principalmente pela falta de foco e de não responderem às perguntas fundamentais: Integração para quê? E, integração para quem? - é necessário o sinal de interrogação (?) Sim - que deveria ser o ponto de partida ao redor do qual giraria o processo integrativo.

Ou seja, muitas vezes a integração é colocada como um objetivo em si mesmo, e não como um instrumento para o alcance dos objetivos nacionais e regionais. A segunda dimensão questionada da integração “Para Quem”, nos leva a perguntar, se o seu desenvolvimento, como um processo econômico e comercial dentro das mesmas linhas estabelecidas pela atual divisão internacional de trabalho, nos levará a um incremento do comércio intra-regional.

No caso do Mercosul, os processos industriais vigentes na região são mais de âmbitos competitivos do que complementares, voltados para o intercâmbio comercial especialmente, e não havendo objetivos comuns de desenvolvimento industrial ou tecnológico, como aqueles encarados pela Comunidade Européia, desde o seu início. Portanto, para que isto ocorra se torna necessário que cada País em questão já tenha definido o seu projeto nacional, voltados aos interesses nacionais e regionais.

Segundo Arias (2003) é importante conhecer a capacidade dos atores para criar novos ambientes e o reconhecimento deles pelo dos membros do comércio internacional, em função de seu potencial e participação efetiva no âmbito internacional. O mesmo autor ainda destaca que os sistemas de integração parecem processos paralelos ao desenvolvimento e à problemática regional (baixos preços das matérias primas, conflitos regionais, a pobreza, o desemprego etc.), se declarando ineficazes para a solução dos mesmos, entrando em crise junto com a Região.

Neste sentido a América Latina, não conseguiu um processo de internalização como se deu na União Européia, que implicou num crescimento e numa expansão acumulativa ao nível e alcance de sua integração.

4.3 - Perspectivas da Integração Regional

Para que a América Latina atue como um subsistema regional deve-se levar como condicionantes de acordo com Arias (2003):

- 1 - Grau e forma de consciência conjunta que os países da região visualizam sua identidade no contexto internacional, frente às suas aspirações, necessidades e na defesa de seus interesses;
- 2 - Grau de coerência e coordenação existente entre as políticas exteriores dos países da região, ou seja, a vontade política de implementar políticas externas em conjunto;
- 3 - Grau de interação existente entre os países com predomínio das relações de cooperação sobre as de conflito. (ARIAS, 2003,)

Destacamos aqui, outros conceitos apresentados por Bela Balassa (1962), que classificou três tipos de integração: o territorial, o organizacional e o associativo, assim definidos:

- Integração Territorial – definida pela proximidade e continuidade espacial, com base na melhoria das condições de transportes e comunicações, de infra-estrutura em geral, que contribui também de certa forma para a recuperação da identidade, através do estreitamento das relações; mas não resolve o problema da produção e das coordenações das políticas;
- Integração Organizacional – a relação básica é aquela que se dá entre as empresas, tendo como característica a divisão internacional do trabalho, estabelecendo uma relação vertical, uma relação de hierarquização e não de igualdade;
- Integração Associativa - tem como base, estratégias destinadas a contrapor-se à heterogeneidade do processo organizacional e fortalecer a capacidade frente aos que estabelecem as pautas da ordem.

Diante disso, o Eixo de Integração Regional e Desenvolvimento incorpora um enfoque moderno e integrativo através de uma estratégia espacial, vinculando a infra-estrutura física às outras dimensões do desenvolvimento sustentado: econômica, social, cultural, política e ambiental além de promover uma maior sinergia entre os diversos países.

Assim sendo, a consolidação dos Eixos Integração Regional e Desenvolvimento, deve estar vinculada também a uma visão estratégica para a região.

Nesse sentido, destacam-se os esforços para a integração regional através da inédita reunião realizada em Brasília, em agosto/setembro de 2000, na qual estavam presentes doze presidentes dos países sul-americanos, que entre tantas decisões importantes, decidiram pela Integração sul-americana, sob a denominação de: Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, que se constitui em uma ação multinacional, que envolve todos os países da região e tem como estratégia espacial, a integração física da América do Sul nos quinze anos seguintes, através da identificação de doze Eixos de Integração e Regional e Desenvolvimento, destacando-se em relação à área objeto de estudo o Eixo de Integração Regional e Desenvolvimento Brasil, Bolívia, Chile e Peru.

Essa realidade latino-americana deve ir além da avaliação da situação atual dos fluxos comerciais, para identificar novos fluxos potenciais a fim de intensificar a integração e o comércio regional; neste sentido deve-se considerar ainda de acordo com Melo (2005):

- 1 – A Promoção da complementariedade entre as economias, eliminando os gargalos de infra-estrutura física, normativa e institucional;
- 2 – O Estabelecimento de um marco referencial para a implementação de um planejamento coordenado entre os diversos Países, proporcionando a otimização dos investimentos e o uso racional dos recursos regionais;
- 3 – A incorporação de critérios comuns para a definição de prioridades compartilhadas, com destaque para o grau de sustentabilidade social e ambiental dos projetos e da participação do setor privado.

Para isso, o IIRSA em conjunto com as agências multilaterais de fomento (Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, a Corporação Andina de Fomento – CAF, o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA), definiram um Plano de Ação que inclui basicamente a construção, ampliação e modernização da infra-estrutura física da América do Sul, a ser executado pelo setor privado ou em parcerias pública-privadas. Sendo assim, cada um dos doze países priorizou projetos que estão sendo implementados desde 2004, com recursos privados e/ou das organizações financeiras antes citadas.

Para a área de estudo apresentada nesta tese, destaca-se no setor de transportes, figura 33, o Projeto Concepción – San Ignacio de Velasco – San Matias, trecho transitável o ano todo, apesar de não ter asfalto em todo o trajeto, no corredor Cuiabá – Santa Cruz de La Sierra - Arica – Ilo, de 475 km.

Figura 33 – Mapa com os principais eixos de ligação entre os países

Fonte: Avelino/ 2007.

Atualmente o trecho sem asfalto neste eixo é de 430 km e os serviços de asfaltamento avançam de Concepción para San Matias com destino ao Brasil, via Mato Grosso.

Melo (2005) afirma que:

Essa iniciativa IIRSA poderia se constituir efetivamente a base de Programas de Desenvolvimento Regional para cada Eixo, ampliada para todas as dimensões do desenvolvimento sustentado, tendo como fim a consolidação dos mercados regionais, a criação de interdependências que incrementem endogenamente as demandas pela integração e cooperação regional, para minimizar problemas como a pobreza, o desemprego, a violência e a instabilidade econômica. (MELO, 2005, p. 82)

Como já visto, a Bolívia ocupa posição geográfica estratégica na América do Sul. Apesar de ser um País mediterrâneo, sem acesso direto ao mar, faz fronteira com cinco países: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Peru.

O PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em seus estudos recentes baseados no IDH – Índice de Desenvolvimento Humano realizados na Bolívia, lançou como que um desafio à busca de um novo modelo para o desenvolvimento deste País andino. Considerou neste estudo os espaços do território boliviano que compartilham com seus países vizinhos, afinidades geográficas, culturais, políticas e econômicas.

Pelo fato da Bolívia ocupar posição geográfica estratégica como já mencionado, caberia a ela executar toda a infra-estrutura básica de maior interesse seu e de todos os países do continente. Entretanto é impensável no momento a alternativa dela captar no mercado internacional os recursos financeiros necessários para execução destas obras.

O comércio internacional entre países visam prioritariamente ampliar o acesso aos mercados externos por meio de preferências tarifárias para seus produtos, com potencialidades ou possibilidades de exportação. Esta política comercial, via de regra, é adotada pelos países desenvolvidos para com os países de menor desenvolvimento econômico relativo e com os de desenvolvimento intermediário. Estas preferências representam percentuais de descontos no imposto de importação vigente para terceiros países, sobre determinado produto no país outorgante.

Esta política de vizinhança favorece melhoria das condições e acesso dos produtos nestes mercados, com preços mais competitivos, ampliação na margem de lucro, estímulo ao aumento da produção, resultando enfim, em maior geração de renda e emprego.

A criação do Tratado de Montevideu em 1960 que deu origem a ALALC – Associação Latino-americana de Livre Comércio e que foi substituída em 1980 pela ALADI – Associação Latino-americana de Integração, tinha a pretensão de criar um mercado comum latino-americano de forma gradual e progressiva através da redução tarifária. Este tratado não prosperou já que buscava compatibilizar desenvolvimento econômico com protecionismos industrial. Isso porque, em um ambiente de globalização e interdependência das economias, a prosperidade no longo prazo dos países desenvolvidos, depende do desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento, se pretender promover a integração regional com um desenvolvimento harmônico e equilibrado.

Essencialmente o comércio entre os países da América Latina a partir dos anos de 1990 tem sido operado sob o respaldo dos acordos sub-regionais, no Mercosul e na Comunidade Andina.

Foram geradas, assim, uma verdadeira rede de acordos de livre comércio do Mercosul com a Bolívia e Chile no formato quatro mais um, com o Peru e com a Colômbia, Equador e Venezuela. Do México com o Uruguai, bem como os acordos de complementação econômica do Mercosul com o México, outorgando preferências recíprocas, com vistas ao estabelecimento no futuro de um acordo de livre comércio. Com este quadro de acordos, aos quais se agregam mais de 90 protocolos adicionais, entre os diversos países da ALADI, permite prever que a partir de 2009, 87% do comércio intra-aladi, estará plenamente liberado.

Torna-se importante lembrar que quando se fala em integração regional, é preciso identificar as particularidades das relações bilaterais com cada país e, ao mesmo tempo, apontar as possibilidades de ampliação comercial para toda a Faixa de Fronteira. A possibilidade de ampliação dos acordos bilaterais específicos pode ser:

- Reduzida, quando o acordo é referente a uma situação específica de um determinado país;
- Parcial com adaptação, quando a partir da adaptação do acordo é

possível aplica-lo em diversos segmentos fronteiriços; ou ampla com adaptação, quando a partir de certas modificações é possível aplicar o acordo para toda a faixa de fronteira.

O Quadro 07 apresenta exemplos de acordo no país vizinho, Bolívia, no intuito de definir suas possibilidades de generalização.

Quadro 07 - Exemplos de Acordos

Países	Particularidades da Relação	Exemplos de Temáticas dos Instrumentos Diplomáticos
Bolívia	Densa em certos segmentos.	Acordo para Isenção de Impostos Relativos a Implementação do Projeto do Gasoduto Brasil-Bolívia. Em vigor 1/2/1997.
	Acordos no campo energético, com a importação do gás boliviano.	Tratado sobre Ligação Ferroviária. Promulgado em 5/10/1938. Tratado sobre Vinculação Rodoviária. Promulgado em 16/5/1973.
	Acordos no campo dos transportes, tanto com vinculações rodoviárias como de linhas férreas.	Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas Proximidades das Cidades de Brasiléia e Cobija. Promulgado em 28 de abril de 2003.
	Diversos acordos específicos de cooperação técnica.	Declaração de intenções para facilitar a entrada e trânsito de nacionais dos dois países em seus respectivos territórios; e para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos. Em 8 de julho de 2004.

Fonte: Org. Grupo Retis, UFRJ, 2004.

Em alguns casos as possibilidades de ampliação podem ocorrer, mas com adaptações. Os acordos existentes com a Bolívia apresentam características bem particulares. Mesmo não apresentando uma intensidade grande nas relações bilaterais, as ligações físicas entre os países começaram muito cedo, possibilitando a solidificação de pontos de sinapse entre os dois países, como observamos nos tratados de 1938 e 1973.

O fornecimento de gás, que também é uma característica específica, vem dinamizando as relações bilaterais entre Brasil e Bolívia. Recentemente, acordos existentes em outros segmentos da fronteira estão sendo ampliados para a Bolívia, como a declaração de 2004, que facilita a integração fronteiriça e deve ser estendido para outros países.

4.4 Perspectivas Atuais

Quando se fala das negociações intra-regionais entre Mato Grosso e Bolívia, é fato que há grande potencial de mercado a ser explorado. Este pode ser sintetizado em dois aspectos: primeiro porque que Mato Grosso é tradicional produtor e exportador de alimentos e importador dos insumos, fertilizantes e defensivos, utilizados para produzi-los; segundo porque grande parte desta região, ou está situada nos Andes, em área acidentada e improdutiva, no que diz respeito aos alimentos que produzimos.

Na atualidade, a maioria da produção importadas por Mato Grosso, entram no Brasil pela costa atlântica e nela são distribuídas.

Em seus estudos Melo (2005) afirma que as trocas de produtos intra-regionais ainda não mereceram um estudo detalhado de logística para constatar a viabilidade econômica para Mato Grosso de, por exemplo, exportar açúcar para o norte do Chile e importar Salitre ou de exportar carnes e importar peixes e frutos do mar.

Como se sabe a importação direta para Mato Grosso teve início em 1.999, com o gás natural, proveniente da Bolívia, para a Termoelétrica de Cuiabá, com capacidade para gerar 480 MW. De resto, para o Brasil, praticamente todo o comércio exterior é feito pela costa atlântica.

Sabemos que a deficiência na infra-estrutura de transportes toda América do Sul, seja através de hidrovias, rodovias e ferrovias, rodoviária, ferroviária, hidroviária ou aérea, trazem muitos transtornos e dificultam sobremaneira todo o processo e às vezes até inviabiliza a criação de novas rotas de comércio intra-regional. Além disso, as três hidrovias de Mato Grosso estão proibidas pela justiça, por questões ambientais, a realização de estudos de engenharia para a sua plena utilização como meio de transporte.

Apenas a tradicional e histórica hidrovia Paraguai - Paraná, numa extensão de 3.442 km está operando a partir do porto de Cáceres até o porto de Nueva Palmira, no Uruguai.

As rodovias não são integralmente asfaltadas e as ferrovias, não unem as nações sul-americanas (COSTA, 2003, pg. 38):

A rede de transportes da América Latina ainda não superou suas origens coloniais de mera corrente transmissora de matérias primas – riqueza

mineral e agrícola – do interior até os centros metropolitanos da Europa e dos Estados Unidos. Nem as rodovias, nem o transporte fluvial e muito menos as ferrovias, unem as nações da América do Sul entre si” (COSTA, 2003, pg. 38).

O eixo rodoviário ligando Cuiabá à Arica, via Santa Cruz de la Sierra, com 2.130 km de extensão, é o de maior interesse para Mato Grosso. A partir dele pode-se ter acesso ao norte da Argentina, ao norte do Chile, ao sul do Peru e cruzar a Bolívia de leste a oeste. Neste eixo, desde a fronteira com o Brasil, em San Matias até Concepción, trecho de 452 km de estrada, que embora mantido em boas condições de tráfego o ano todo pelo Departamento de Caminhos da Bolívia, com uma boa parte do trecho ainda não asfaltado.

O Projeto Logística de Transportes no Centro Oeste Sul-Americano (MELO, 2005) comenta em detalhe estes eixos, indicando as condições das estradas e respectivas distâncias. Nesta dissertação destacam-se os eixos leste oeste e norte sul, de maior interesse para os objetivos da mesma.

Quanto ao transporte aéreo, inexistem linhas aéreas regionais que liguem cidades do interior dos diferentes países. Todas elas estão concentradas nas grandes cidades, como São Paulo, Assunção, Buenos Aires, Santiago e Lima, exigindo do viajante, a realização de longos percursos.

Para se chegar a Cuiabá, partindo de qualquer País há que se fazer escala nos aeroportos de São Paulo. O mesmo para se deslocar para o exterior, partindo de Cuiabá, como é o caso das viagens para Santa Cruz de la Sierra, por exemplo, distante 1.000 km de Cuiabá, há que embarcar no vôo internacional em São Paulo.

Existem atualmente três linhas de ônibus ligando o Brasil com a Bolívia, a partir de Mato Grosso, quais sejam: a linha Cuiabá Santa Cruz de la Sierra, Cáceres San Matias e a linha de Vila Bela da Santíssima Trindade à San Ignacio de Velasco. Aguarda-se no momento a licitação para este serviço, tanto no Brasil quanto na Bolívia.

Salientamos que a área de estudo apresenta diferentes ambientes naturais como já descritos anteriormente, essa imensa riqueza cultural e histórica representada pela cultura inca e pelas primeiras cidades da América do Sul, como Potosi e La Paz na Bolívia e Arequipa e Cusco no Perú, praticamente inexistente o intercâmbio turístico de Mato Grosso com estas regiões devido, principalmente à

inexistência de linhas rodoviárias e aéreas inter-regionais. Entretanto é inquestionável o potencial turístico existente para a prática do turismo tradicional, de negócios, histórico-cultural, de aventura, ecológico e o de culturas vivas.

4.5 – Mato Grosso e Bolívia – Cenários distintos de preservação e de utilização turística

A área de estudos desta tese trata da área que compreende a fronteira entre o Estado de Mato Grosso/Brasil e o Departamento de Santa Cruz/Bolívia. Esta possui aproximadamente 300 km de extensão, sendo que toda essa área é marcada por grande diversidade de paisagens, resultado de diferentes processos naturais e formas de ocupação, que trouxeram consigo a necessidade de sobrevivência de suas comunidades, gerando estruturas produtivas ditadas pelo contexto de sua formação territorial, de acordo com o mapa abaixo, pela sua dinâmica histórica sócio-cultural e pela imposição do desenvolvimento capitalista do atual mercado mundial, conforme figura 34.

Figura 34 – Fronteira Brasil/ Bolívia.

Fonte: Miranda, Atlas Geográfico de Mato Grosso/ 2008.

Para o turismo, a conjuntura econômica é condicionante permanente do processo, tanto em termos micro quanto macro - econômicos.

Assim, o turismo é resultado contínuo da atividade produtiva/geradora de renda, submetida a todas as normas econômicas de setores industriais ou de produção. Além do que provoca também indiretamente repercussões econômicas em outras atividades produtivas através de efeito multiplicador.

Diante dos dados apresentados, cabe afirmar que o turismo além de campo de para estudo do comportamento social dos usuários, pode também apresentar inúmeros cenários favorecedores de estudo e pesquisa.

Claro, não podemos aqui, apresentar o turismo como um processo único, enquanto fenômeno de produção de consumo, e nem generalizá-lo para elaboração do produto turístico. Mas mesmo assim, existe a necessidade contínua de se compreender a função econômica de uma atividade que, se devidamente inserida, pode representar notáveis instrumentos para o desenvolvimento local ou regional.

Do mesmo modo, os aspectos decorrentes da função econômica dessa atividade, contribuem para redefinir serviços e redimensionar sua oferta, fazendo com que, socialmente, de um modo dinâmico, este seja um mercado em constante mutação.

Curiosamente, na Bolívia presenciamos uma situação diferenciada, já que as Missões Jesuíticas ainda mantêm muito dos antigos costumes, através dos descendentes de Chiquitanos e Moxos, habitantes dos antigos povoados.

Seus moradores freqüentam as igrejas e, assiduamente, tocam seus violinos, mantendo uma tradição cultural tão rica que se torna impossível calcular seu valor financeiro. Apenas alguns povoados do Oriente Boliviano, de maneira geral, sofreram modificações urbanísticas no século XIX. Suas tradicionais unidades de habitação coletivas, retangulares e com alpendres ao redor, foram transformadas em quarteirões típicos do urbanismo espanhol, quadrangulares e com pátio central. Nos últimos anos, passaram por transformações arquitetônicas, quando das intervenções em quase todas as igrejas, que modificaram os sistemas construtivos originais, utilizando critérios que classificariamos de restauro estético. Quanto a áreas naturais, na Bolívia, assim como em todos os países onde existem regulamentos de uso racional de áreas preservadas, essas iniciativas decorrem, sobretudo, da preocupação de comunidades locais e ONG's diretamente envolvidas

com a preservação e o uso de tais áreas. Mesmo com todas as dificuldades detectadas, muitas providências tem institucionais vem sendo tomadas na tentativa de incluir essa parte do território boliviano na dinâmica econômica de integração, com destaque para o aproveitamento turístico de seu imenso potencial, como, por exemplo, a incorporação de seus grandes e pequenos parques nacionais.

É de extrema importância que, tanto para o Brasil quanto para a Bolívia, sejam determinadas ações políticas dos governos, visando preparo e capacitação da comunidade para recepção dos turistas, “já que o destino mais atrativo não terá qualquer resultado, mesmo que o país anfitrião possa negociar os acordos que possibilitarão aos empreendedores, companhias aéreas, bancos e funcionários de serviços de imigração, entre outras, prestarem serviços que estimulem os turistas para a região” (MELO, 2005).

As operadoras bolivianas de turismo receptivo têm se esforçado para atender a demanda de turistas motivados por interesses pelas diferentes etnias, religião e cultura, que oferecem roteiros de “Fé y Mistério” e um “circuito pelas Missões Jesuíticas, compreendendo as cidades de Concepcion, San Ignacio, San José e San Miguel”.

Em termos de Oriente Boliviano, estas cidades estão mais estruturadas, principalmente, no quesito hospitalidade e serviços de apoio ao turismo. Não podemos deixar de falar em Santana de Velasco (Figura 35 a seguir), que também possui grande potencial turístico devido às missões, mas que aos poucos está investindo em estrutura para o recebimento dos turistas.

Essa motivação é coerente com a necessidade de aprender e de satisfazer a curiosidade, da forma apresentada na definição mais genérica de turismo cultural. Além disso, o turismo étnico pode abranger razões de comparações sociais ou mesmo o desenvolvimento de relações, à medida que as pessoas buscam entender suas próprias vidas, observando como outros grupos e indivíduos organizam sua existência humana.

Atualmente, o Oriente Boliviano reúne descendentes de numerosas etnias, genericamente denominados “Chiquitanos”, produto da fusão forçada de grupos indígenas durante a época das Missões Jesuíticas. Um legado importante da época missional é o rico acervo arquitetônico e musical, expressado em suas igrejas e na música barroca, mantidos por séculos na história regional.

Dentro deste contexto, apontamos para a discussão bilateral do turismo internacional, o que implica em um grau razoável de comunicação e cooperação entre as nações, com respeito a uma rede complexa de leis, regulamentações e políticas.

No que tange ao patrimônio natural, destaca-se, na Bolívia, o Programa de Conservação do Bosque Chiquitano, através da FCBC (Fundação para a Conservação do Bosque Chiquitano). O Bosque Seco Chiquitano é um tipo de bosque tropical seco, com uma riqueza natural exuberante, porém, pouco estudado. Corresponde a um espaço de vegetação que, em outra época, recobriu, de forma mais extensa, o continente e que atualmente se retraiu. Esta formação biogeográfica tem uma extensão de aproximadamente 04 milhões de hectares e se encontra em boas condições de conservação.

Figura 35 – Mapa Turístico de Santa Ana de Velasco.

Fonte: Missões Jesuíticas de Bolivia/ 2010.

A intensificação do turismo ecológico nesta área requer um programa de planejamento de uso e conservação dos recursos naturais, ainda abundantes.

Em alguns setores e ações já é percebida a preocupação com a qualidade e a conservação ambiental. Em geral, os impactos ambientais em níveis regionais, que podem afetar significativamente a integridade dos ecossistemas, não são considerados nos projetos, assim como não é levada em conta a legislação respectiva. Esta é, sem dúvida, a preocupação principal das organizações ambientalistas interessadas na conservação da Chiquitania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira é porosa para os fluxos informais e formais considerados de pequena escala. O informal pode ser lícito ou ilícito. Acordos formais de pequena escala ocorrem em nível local entre prefeituras de fronteira, com o envolvimento pessoal dos prefeitos, que, muitas vezes, atingem um grau de funcionamento mais satisfatório do que os acordos diplomáticos selados entre as capitais dos países. Ressalta-se que os acordos entre algumas prefeituras, embora muitas vezes não tenham um caráter oficial mais rígido, são, em geral, muito eficientes, embora suas relações fujam ao controle do poder central.

Em alguns casos, esta “aproximação bilateral informal”, realizada entre municípios de países distintos que têm em comum fluxos através da linha de fronteira, pode ser espacialmente identificada a partir das marcas produzidas na superfície, particularmente a implantação e melhoria de rodovias que dão acesso e interligam as fronteiras.

Nesta perspectiva as interações “transfronteiriças” entre Mato Grosso e Bolívia são evidenciadas não só por um certo adensamento de caminhos de acesso à fronteira, mas, também, pelos investimentos agropecuários, particularmente de brasileiros, aplicados na faixa de fronteira do país vizinho.

Deste modo, o turismo é um dos eixos desencadeadores dessa espacialização, age desterritorializando e produzindo novas configurações geográficas. Assim, certas regiões originalmente ocupadas por comunidades tradicionais são expropriadas para dar lugar às segundas residências, aos grandes *resorts*, às cadeias hoteleiras, aos restaurantes e demais equipamentos turísticos, como parques temáticos por exemplo.

Desta forma, observa-se um “processo endógeno de integração binacional”, em pontos específicos da fronteira. Este processo é designado de endógeno pelo fato de ser desencadeado dentro da faixa de fronteira, invertendo a ótica de análise, onde as capitais centrais dos países ficam “fora”, distantes, e muitas vezes desinformadas sobre as ações práticas da esfera municipal de ambos os países.

Os recursos naturais disponíveis não conseguem acompanhar as necessidades da economia atual globalizada de forma harmoniosa e segura. Existe um descompasso, entre a velocidade do crescimento econômico e a utilização do

patrimônio ambiental. A relação entre a urbanização dos territórios e o ambiente em que ela ocorre está fora de sincronia. A ocupação das regiões e lugares ocorre em alguns casos, de forma aleatória e predatória, desrespeitando os ecossistemas, em outros, mesmo atendendo à legislação pertinente, e aos parâmetros urbanísticos aprovados pela legislação vigente, também não se coadunam com a fragilidade do ambiente natural.

Os impactos gerados no território, pelas intervenções públicas e privadas, institucionalizadas ou não, propiciam o aparecimento de outras atividades e serviços, não exclusivos de apoio ao turismo e lazer, com substituição das funções existentes anteriormente como, por exemplo, a espacialização do comércio e serviços de abrangência metropolitana, e moradias definitivas com bairros consolidados.

De acordo com Gallo e Costa (2006):

As diretrizes de integração sul-americanas vêm sendo contempladas em alguns acordos bilaterais, mas o fato é que as leis de fronteira não se comunicam, e encontram-se fragmentadas em textos constitucionais, infraconstitucionais e acordos diversos. Na realidade, há graves lacunas políticas e de informações sobre em que grau e medida e necessidade cada zona de fronteira poderia avançar. Sem a superação dessa lacuna, o processo de integração de fronteiras continuará incorrendo na informalidade característica impeditiva do planejamento e avaliação das ações empreendidas. (GALLO E COSTA, 2006, p. 41-51) .

Nos últimos anos, a apropriação capitalista dos diferentes lugares pela atividade turística tem acarretado impactos sócio-ambientais. Não se trata, portanto, de analisar apenas a inquestionável relevância para o turismo da preservação de cenários naturais como áreas de matas, rios, serras - ausentes de qualquer tipo de poluição e com considerável biodiversidade, além dos benefícios proporcionados através da geração de empregos (diretamente e indiretamente).

Assim, se por um lado, o processo de globalização, o advento das inovações tecnológicas e o papel da logística e das redes de telecomunicações contribuem para a ascensão da atividade turística, contraditoriamente ocasionam impactos de ordem social e ambiental, o que faz com que o período atual represente muito além de uma revolução, justamente por não se tratar unicamente de uma transformação na esfera econômica.

É necessário, portanto, priorizar ações que visem essencialmente à estruturação de mudanças na sociedade. Diante da complexidade das inter-relações

inerentes à dinâmica da paisagem e à organização social, devem-se considerar os limites culturais existentes em relação a estas mudanças. Portanto, o planejamento, na sua eficácia, deve estabelecer as limitações dentro das quais podem se projetar as mudanças sócio-culturais, assim como construir um sistema de mudança político-econômica mutuamente reforçada que poderá minimizar as desigualdades sociais *estampadas* na paisagem.

A obrigatoriedade de deslocamentos espaciais para que se caracterize o turismo, a relevância da paisagem para a atividade e as alterações econômicas, físicas e sociais provocadas com o seu desenvolvimento faz com que, no estudo do turismo, a geografia ocupe um papel de destaque, já que ele provoca mudanças no objeto desta ciência: o espaço. O turismo reorganiza o espaço criando estruturas urbanas e regionais com características singulares, que expressam, em níveis espaciais, o modo de produção e reprodução de uma sociedade.

Dentro deste contexto, podemos fazer algumas recomendações para o turismo Brasil/ Bolívia.

No Brasil, através do Ministério do Turismo, vem sendo aplicado um tipo de modelo de “Regionalização” do turismo, com classificação e utilização de pólos e micro-pólos de turismo. Essa experiência vem contribuindo grandemente com a integração de regiões iguais ou similares ambiental e culturalmente, como é caso do “chaco-pantanal”, presentes entre os dois países.

De acordo com os princípios do turismo responsável, devem ser atentados os pontos a seguir:

1. Respeitar as culturas locais e prover benefícios e oportunidades para as comunidades alvo;
2. Incentivar as manifestações e os usos tradicionais populares das missões jesuíticas, mantendo originalmente a sua cultura e habitat natural;
3. Deve preocupar-se com a realização de zoneamentos, processo em que os planejadores conectam tipos de empreendimentos ou atividades a determinadas áreas.

Para as Unidades de Conservação - UC's e Áreas Protegidas são esperados:

1. Que respeitem os aspectos socioeconômicos, históricos e culturais da área protegida e de seu entorno, com vistas a um plano de manejo que assegure o permanecimento das populações mínimas viáveis de espécies representativas da flora e da fauna de sua região;
2. Que propiciem a pesquisa científica que contribua com o conhecimento e manejo da área.
3. Que contribuam com a garantia alimentar e potencial de desenvolvimento econômico e social das comunidades vizinhas do Parque;
4. Que ofereçam oportunidades para a educação e turismo, recreação e desfrute espiritual dos visitantes;
5. Que difundam os valores naturais e culturais do Parque e sua necessidade de conservação;
6. Que facilitem o desenvolvimento de oportunidades produtivas derivadas dos recursos genéticos;

Destacamos ainda a necessidade de um Programa de Manejo Sustentável; este pode estar subdividido a exemplo do Programa de Manejo do Parque Noel Kempf Mercado - Bolívia, a saber:

1. Programa de Proteção: para assegurar a conservação dos ecossistemas e da diversidade biológica;
2. Programa de Uso Público: Ecoturismo, Educação Ambiental e interpretação ambiental;
3. Programa de Pesquisa: Promover e desenvolver o conhecimento científico dos ecossistemas;
4. Programa de Monitoramento: registrar e avaliar com fins de manejo de trocas no meio biofísico e sócio-econômico;
5. Programa de Apoio Comunitário: contribuir com o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Nas Missões, os atrativos principais são representados pelo patrimônio histórico. No que se refere à preservação, enfatizamos que as intervenções contemporâneas não devam ser confundidas com as evidências do passado, para que se possa ter em qualquer momento, uma leitura coerente nos próprios monumentos. Desta forma, não devem ser incentivadas quaisquer iniciativas que possam confundir a autenticidade dos bens culturais, como réplicas ou reconstruções. Toda ação deve ser registrada e datada.

1. Preservar e proteger os recursos - Não há ação de turismo cultural que se sustente sem um plano de preservação.
2. Dinamizar os sítios - O circuito arquitetônico e urbanístico pelas ruínas é complementado por uma visita à sacristia, onde se pode sentir a reconstituição da escala de um espaço interno missioneiro.
3. Encontrar o caminho entre a comunidade e o turismo - As comunidades missioneiras já identificam que o turismo é uma alternativa à economia agrícola e ao desemprego. A região ainda não está plenamente aparelhada para receber, informar e atender aos visitantes, como atividade permanente e organizada. Existem necessidades de infraestrutura e articulação dos vários setores que podem e devem ser envolvidos.
4. Trabalhar em conjunto - As parcerias são essenciais para um trabalho de turismo sustentável. Isto é baseado no envolvimento das comunidades locais no processo de planejamento e implantação dos programas, ao invés de procurar um turismo de operadoras transportadoras, aonde o benefício econômico principal é transferido para outras regiões.

A região das Missões, bem como as do Estado de Mato Grosso, ainda tem um longo caminho nesta área, fortalecendo a cooperação entre o poder público e as comunidades, num projeto onde muitos podem ganhar.

REFERÊNCIAS

ABINZANO, Roberto Carlos. **Las regiones de frontera: espacios complejos de La resistencia global**. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Território sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais**. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 149. (Coleção Estudos Rurais)

ALLEN, J. et al. (Eds). **Rethinking the Region**. Londres: Routledge, 1998.

ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. **Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento**, São Paulo: EDUSC, 2000.

_____; BLOS, W. **Turismo e desenvolvimento em espaço: abordagem regional**. Revista Ciência & Ambiente, Santa Maria, RS, 1997.

ÁLVAREZ, Nataniel Alvarez. **Provincia Velasco: El derecho a la tierra en la Chiquitania**. 1ª. Ed. Santa Cruz de la Sierra: Fundación Tierra, 2003. 186p.

ALVES, Flávio Antonio Lucio. **A Mancuminidade Chiquitana no Oriente Boliviano: Diversidade Territorial, Redes e Fluxos na Dinâmica das Relações Fronteiriças com Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. 2006. 168 f.

ALVES, Judith Alda. **O Planejamento de Pesquisas Qualitativas em Educação**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, 1991.

AMARAL FILHO, Jair do. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. in: Planejamento e Políticas Públicas, n. 23 - IPEA, 2001.

ANCEL, Jacques. **Géographie des Frontières**. Paris: Gallimard, 1938.

ANDERSON, James; O'DOWD, Liam. **Borders, border regions and territoriality: contradictory meanings, changing significance**. Regional Studies, v. 33, n. 7, p. 593-604, 1999.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 5ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

_____. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1995.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Tempo Livre e as Atividades de Lazer, Turismo em Análise**, São Paulo, 1990.

ARIAS Alejandro Mansilla. **Apuntes de Geopolítica**. Editora el País. Santa Cruz de La Sierra. 2003.

ARRILAGA, José Ignacio de. **Introdução ao Estudo do Turismo**, Rio de Janeiro: Fundação Integrada Estácio de Sá, 1995.

ARROYO, Mônica. A Internacionalização do externo no ambiente dos negócios: novos elementos da dinâmica territorial. In: CASTELLO, Iara Regina ET al. (orgs). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: UFRGS/Fundação de Economia e Estatística. 1997. P. 27-43

_____. Mercosul: discurso de uma nova dimensão do território que encobre antigas falácias. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1996. p. 308-314

BACAL, Sarah S. **Turismo: Dinâmica Atual, Posicionamento Brasileiro, Turismo em Análise**, 1990.

BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1962;

BARAN, Paul. A. **A Economia Política do Desenvolvimento**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

BARBERY, Roberto. **Municipios y Participación Popular**. 1ª Ed. La Paz: Cielo Azul, 1999.

BARRETO, Margarida. **Planejamento e Organização em Turismo**, Campinas,

Papirus, 1991.

_____. **Manual de Iniciação ao Estudo de Turismo**, Campinas-SP: Papirus, 1995.

_____. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 2ª Edição. Campinas. Papirus. 1997.

BARROS, Nilson C. Crócia de. **Manual de Geografia do Turismo**: meio ambiente, cultura e paisagens. Recife: UFPE, 1998.

BECKER, Berha K. **Por um redescobrimento do Brasil**. In: **Redescobrindo o Brasil: 500 anos depois**. Organização: Iná Elias de Castro, Mariana Miranda, Cláudio A. G. Egler. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil: FAPERJ, 1999.

_____. **Reflexões sobre Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional**. In: Construção das Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. Ministério da Integração Nacional, 2000.

_____. **Políticas e Planejamento do turismo no Brasil**. In YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A. e CRUZ (orgs). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BECKER, Dinizar F (Org.); WITTMAN, Milton Luiz (Org.). **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. 1ª Ed. Santa Cruz do Sul: UDUNISC, 2003. 395p.

BENI, Mário C. **Globalização do Turismo - Comunicação e Concorrência no Mercado Internacional**. Turismo em Análise, São Paulo, 1998.

_____. **Análise estrutural do turismo**. 8ª Ed. São Paulo: SENAC, 2003.

BERDOULA Y, Vincent. Place, meaning, and the discourse in French language geography. In: AGNEW, J. A. DUNCAN, J. S. (orgs.). **The Power of Place: Bringing Together Geographical and Sociological Imaginations**. Boston : Unwin Hyman, pp. 124-139, 1989.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global**, In: R. RA´E GA, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. Editora UFPR.

BOISIER, Sérgio. **Post-scriptum sobre Desenvolvimento Regional: modelos reais e modelos mentais**. in: Planejamento e Políticas Públicas, n. 19 - IPEA, 1999.

BOLIVIA, Gobierno de. **Censo de Población y Vivienda 2001 del INE** (Instituto Nacional de Estadística). La Paz: Prensa oficial, 2002.

_____, Superintendência Florestal de. **Informe Anual 1999**. La Paz: Prensa oficial, 2000.

BONALD, Olimpio. **Planejamento e Organizações do Turismo: Conceitos Básicos**, Recife: Fundação Antonio dos Santos Abranches, 1984.

BOO, Elizabeth. **Ecoturismo, potenciales y escollos**. Woshington D.C.: WWF - World Wildlife Found e The conservations Foundation, 1990.

BOULLON, Roberto C. **Ecoturismo. Sistemas Naturais y urbanos**. Buenos Aires, Librerias Turísticas, 1993.

_____. **Planificación del Espacio Turístico**, México: Trillas, 1990.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico**. 2010.

_____. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO. **A indústria do turismo no Brasil: perfil e tendências** - .95/96, Brasília: EMBRATUR, 1996.

_____. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MIN. **Construção das Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional**. Texto Base: Reflexões sobre Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento de Bertha K. Becker, Brasília, 2000.

_____. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS/ ITAMARATY. **Divisão de Fronteiras**, 2010.

_____. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL -MIN. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira. Brasília.** Grupo RETIS. IICA, 2005.

_____. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. **Bolívia: Como Exportar.** Coleção Estudos e Documentos de Comércio Exterior. 1ª Ed. Brasília: Imprensa oficial, 1974. 61p.

BRUNEAU, Michel. Lieux de mémoire, hauts lieux et diaspora: Sanda et Soumela dans la diaspora grecque pontique. **L 'espace Géographique** 24 (2), pp. 124-134, 1995.

BRUNET, Roger, FERRAS, Robert, THÉRY, Hervé. **Lés mots de La Geographie. Paris: Reclus-La Documentación Française**, 1993. 518 p.

BUDOWSKI, Gerardo. **Turismo y conservação ambiental: conflito, coexistência o simbiosis.** Boletim Informativo – 1977, Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, 1977.

BUTTIMER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: **Perspectivas da Geografia.** Antônio Carlos Christofolletti (org.). São Paulo, Difel, p. 165-193, 1985.

_____, Campo de Movimiento y sentido del Lugar. In: **Teoria y Método en la Geografia Anglosajona.** Maria Dolores Garcia Ramón (org.), Barcelona, Ariel, p. 227-241, 1985.

CALCAGNO, E. **Evolución y actualidad de los estilos de desarrollo.** Revista de la CEPA, 1990.

CAMPOS, Luiz Cláudio de A. Menescal; GONÇALVES, Maria Helena Barreto. **Introdução ao Turismo e Hotelaria.** Rio de Janeiro: Ed. SENAC, 1998.

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752).** Cuiabá: EdUFMT, 2004.

CARLOS, A F. A 1996. **O Lugar no/do Mundo.** São Paulo. Hucitec. 150 p.

CARVALHO, Estevão Leitão de. **A Paz do Chaco: Como foi efetuada no campo de batalha.** 1ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. do Exército, 1958. 444p.

CASTELLI, G. **Turismo - atividade marcante do século XX.** Caxias do Sul, EDUCS, 1990.

CASTELLO, Iara R. Áreas de fronteira: territórios de integração, espaços culturalmente identificados? In: CASTELLO, Iara R.; HAUSEN, Ênio C.; LEHNEN, Arno Carlos; SCHÄFFER, Neiva Otero; SILVA, Pedro C. da; SOUZA, Suzana Bleil de. (orgs.). **Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRG, 1995, p. 15-26.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CÔRREA, Roberto Lobato (Organizadores). **Geografia: Conceitos e Temas.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 352p.

CASTRO, N.A.R de. **O lugar do turismo na ciência geográfica: contribuições teóricometodológicas á ação educativa.** 311f. Tese(Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CATAIA, Márcio. **Território nacional e fronteiras internas. A fragmentação do território brasileiro.** São Paulo: Tese de Doutorado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2001.

CAVALCANTE, C.L., PAIVA, J.A.A. **Estudo para elaboração de um conjunto de estratégias para o desenvolvimento tecnológico.** São Paulo (1993).

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural. Florianópolis.** Editora da UFSC. 1999. 454 P.

CMMAD - **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Nosso futuro comum. Fund. Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1988.

COELHO, Felipe José Nogueira. **Memórias Cronológicas da Capitania de Mato Grosso.** RIHGB, Rio de Janeiro, 1850, 2º trimestre.

COELHO, Flávio A. **A Qualidade no Turismo.** Informativo PBQD, 1994.

COMBES, Isabel; SAIGNES, Thierry. **Ghiri-Guana: nacimiento de una identidad mestiza**. En: Chiriguano, **Pueblos Indígenas de las Tierras de Bolivia**. 3ª Ed. Santa Cruz: Fundación Tierra, 1995.

CORDEIRO, Marcelo. Ecoturismo: Sociedade e Governo. **World Ecotour'97 Magazine**, Rio de Janeiro, 1997.

CORRADO, Alejandro M.; COMAJUNCOSA, Antonio. **El Colegio Franciscano de Tarija y sus Misiones**. 2ª Ed. Tarija: Editorial Offset Franciscana, 1990.

CORREA, Roberto Lobato e Rosendahl (Org.) **Paisagem, Tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. 124 p.

_____. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: **Geografia: conceitos e temas**. Organizado por Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Região e Organização Espacial**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

_____. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. Territorialidade e corporação: um reflexo. M. et. al. (Orgs.). **Território: Globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002.

_____, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 304p.

_____; CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa. **Explorações geográficas. Percursos no fim do século**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 318p.

COSTA, C. **O papel e a posição do sector privado na construção de uma nova política para o turismo em Portugal**, in Seminário - Novas Estratégias para o Turismo, Associação Empresarial de Portugal, Europarque, Novembro de 2000.

COSTA, João Craveiro. **A Conquista do Deserto Ocidental**: subsídios para a

história do Território do Acre. 2ª Ed. Brasília: Companhia Editora Nacional/mec/brasiliana, 1973. 214p.

COSTA, José Eduardo Fernandes Moreira. **A Coroa do Mundo: Religião, Território e Territorialidade Chiquitano**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2004. 235 f.

_____. **O manto do encoberto: territorialização e identidade dos Chiquitano. Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 3, n. 2, p. 57-78, jul./dez. 2002.

COSUDE – Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação. **Bolívia: um mundo de potencialidades**. Atlas Estatístico de Municípios. La Paz: Plural, 1999. 485p.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

CUÉLLAR, Álvaro; ARANDIA, Iván Carlos; ARGANDOÑA, Joaquín; VILLEGAS, Mauricio. **A Participación y control social en alianzas intermunicipales**. Responsabilidad de Álvaro Cuellar. 1ª Ed. La Paz: 2003. 93p. (Série Documentos de Trabajo del PIEB -Programa de Investigación Estratégica en Bolivia.)

CUISINIER-RAYNAL, A. **La Frontière au Pérou entre fronts et synapses. L'Espace Géographique** 3: 213-229, 2001

DARDEL, Eric. **L'Homme et la Terre - Nature de la Réalité Géographique**. Paris: CTHS, [PUF, 1952], 199 p, 1990.

DELGADO, Eduard. **Território, Cultura e Identidades**. 1ª Ed. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1999. 217p. (Coleção Cultura e Região).

DENZIN, Norman K., LINCOLN, Ivonna S. (Ed.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.

DERMIZAKY, Pablo Peredo. **Derecho administrativo**. 1ª Ed. Cochabamba: Editorial Serrano, 1997. 239p.

DICIONÁRIO WEB. Disponível em www.dicionarioweb.com.br, acessado em agosto de 2010.

DUARTE, Matusalém de Brito; MATIAS, Vandeir Róbson da Silva. Reflexões sobre o espaço geográfico a partir da fenomenologia. **Caminhos da Geografia**, v. 17, n.16, p. 190-196, 2005.

DUBY, Georges e LACLOTTE, Michel (coord.). **História Artística da Europa. A Idade Média**. Tomo I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **A Europa na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **O tempo das catedrais. A Arte e a Sociedade**. 980-1420. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo, Perspectiva, 1973.

EMBRATUR. **Turismo sob a ótica dos monitores municipais**. Organização: Mirian Rejowski, Brasília, 1996.

FABRIS, L. F. **Coletânea Geográfica: passeando por Mato Grosso**. SMC. Cuiabá, 2001.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá, Secretaria de Estado de Educação, 2001.

FLAGIANI, Gabriela Scuta. **Sinais e Símbolos Turísticos. Guia Ilustrado e Descritivo**. Organização Mundial do Turismo. São Paulo. Roca, 2003.

FORBES, D.K. **Uma visão crítica da Geografia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FOUCAUT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCHER, M. **Fronts et Frontières – un tour du monde géopolitique**, Paris, Fayard, (orig.1988), 691p. 1991.

FOURASTIÉ, Jean. **Les trente glorieuses ou la révolution invisible de 1946 a 1975**. Paris: Foyoral, 1979.

FREMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 220 p., 1980.

_____. Histoire d'une recherche. In: FREMONT et al. **Espace Vécu et Civilisations**. Paris: CNRS, pp. 11-27, 1982.

FRIEDMANN, Milton. **Tirania do status quo**. Rio de Janeiro, Record, 1983.

GADELHA CA, Costa L. **A política nacional de integração e desenvolvimento das fronteiras: o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. In: Oliveira TCM, organizador. **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; 2005. p. 25-46.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 23ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 307p.

GALINDO, Mario Sosa. **La participación social y la descentralización administrativa en las reformas estructurales en Bolivia**. 1ª Ed. La Paz: Fundación Milenio, 1998. 257p.

GALLO E, COSTA L, BRETAS N. **Sistema Integrado da Saúde nas Fronteiras: SIS Fronteira e a integração em busca da equidade**. In: Costa L, organizador. **Integração de fronteiras: possibilidades Brasil-Bolívia na saúde**. Brasília: Ministério da Saúde/Ministério da Integração Nacional/Organização Pan-Americana da Saúde; 2006. p. 41-51.

GANSTER, P. et alli. (Eds.) **Border and Border Regions in Europe and North America**. San Diego: San Diego State University, 1997.

GAROFOLI, G. **Economic development, organization of production ad territory**. Revenue d'Economie Industrielle, 1993.

GASTAL, Suzana. **Turismo & Cultura: por uma relação sem diletantismos**. In: GASTAL, Suzana (Org.) **Turismo: Nove propostas para um saber-fazer**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

GOIDANICK, Karyn Leyser & MOLETTA, Vânia Florentino. **Turismo Ecológico**. Série Desenvolvendo o Turismo. Vol 2. Porto Alegre: SEBRAE, 1998.

GOMES, Paulo César da Costa Gomes. **O conceito de região e sua discussão**. In: Geografia: conceitos e temas. Organizado por Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. 3ª Ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

GRANELL-PEREZ, Maria Del Carmen. **Trabalhar geografia com as cartas topográficas**. 1ª Ed. Ijuí-RS: Ed. Unijuí, 2001. 128p. il.

GREBE, Lopez Horst. **La crisis del padrón de desarrollo y la reforma del Estado en las reformas estructurales en Bolivia**. 1ª Ed. La Paz: Fundación Milenio, 1998.

GROOTE, Patrick. **The concept of Geography of Tourism**. Revue du Tourisme, Berne, 1983.

GUATARI, F. **Espaço e Poder: criação de territórios na cidade**. Espaço e Debates, n. 16, ano V. São Paulo: Cortez, 1985.

GUATARI, F. **Paradigma de todas as submissões ao sistema**. Leia. São Paulo: Juruês, junho, p. 18, 1986.

_____; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.); CUNHA, Sandra Baptista da (Org.) **Geomorfologia e meio ambiente**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 372p.

_____. **Novo dicionário geológico geomorfológico**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 652p.: il.

GUICHONNET, Paul; RAFFESTIN, Claude. **Géographie des frontières**. Vendôme: Presses Universitaires de France. 1974.

GUIMARÃES, Reinaldo Vaz. **INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DA FRONTEIRA MATO-GROSSENSE**. Dissertação de Mestrado

apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. 2006. 115 f.

GUTTMAN, Cynthia. **Por uma ética do Turismo**. O Correio da UNESCO, 1999.

HADDAD, Paulo R. **Cultura Local e Associativismo**. In: Seminário do BNDES sobre Arranjos Produtivos Locais. Belo Horizonte: BNDES, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Des-Territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Rio de Janeiro, EDUFF. 1997.

_____. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFRGS (no prelo). 2004.

_____. **Identidades Territoriais**. Em: Corrêa, R. e Rosendhal, Z. (orgs.) Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1999.

_____. **Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades)**. In: _____ & ARAÚJO, Frederico Guilherme de. Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Território, cultura e des-territorialização**. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) Religião, identidade e território. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 115-144.

_____. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: CONTEXTO, 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HASSUI, Yociteru; ALMEIDA, Flávio Marques de. **O pré-cambriano no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1984.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

_____. **Ambiente e vida na cidade**. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 81-92.

HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista anglo-saxônica – de suas origens aos anos 90**. R. Bras. Geog., 55 (1/4): 109-146. 1999.

_____. **A geografia humanista – sua trajetória de 1950 a 1990**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1992.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2925 p.

HOUSE, J. W. **The Frontier Zone**. A Conceptual Problem for Policy Makers. *International Political Science Review*, 4(1): 456-477, 1980.

JACHINOSKI, Ubirajara P. **Turismo: definição e problemas de medidas**. Belo Horizonte: Fator, 1995.

JANUÁRIO, Elias Renato da Silva. **Caminhos da Fronteira: educação e diversidade em escolas da fronteira Brasil – Bolívia (Cáceres/MT)**. 1ª Ed. Cáceres: UNEMAT Editora, 2004. 347p.

KNAFOU. R.L. Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, A.B. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LA PAZ, EFE/AFP. **Warisata declara guerra civil; bloqueos no ceden**. El Deber, Santa Cruz de la Sierra, 22 sep. 2003. Nacional. p. A3.

_____, Gobierno municipal de. **Cuadernos de Gobernabilidad Municipal:**

Participación y Gobernabilidad Municipal Dentro y Fuera de Nuestras Fronteras. La Paz: Editora Oficial, 2000.

LACATOS, E. M. MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico.** 2^aed. São Paulo: Atlas, 1996.

LAGE, Beatriz; MILONE, P.C . **Economia do Turismo.** Campinas: Papirus ,1991.

_____. **Programa Turístico no Brasil,** Turismo em Análise, São Paulo, 1990.

LAHORGUE, Maria Alice. Dinâmica especial da produção e da população e as zonas de fronteira – reflexões sobre o Mercosul. In: SCHAFFER, Neiva Otero. STROHAECKER, Tânia. (org). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

LEAÑOS, Adrian Krutzfeldt; PAREDES, Julio Maldonado; GANDARILLAS, Evan G. **Análisis de la estructura físico-espacial de la Mancomunidad de Municipios de la Gran Chiquitanía (MMGCH).** 1^a Ed. Santa Cruz de la Sierra: Imprenta El País, 2002. 77p.

LEFÉBVRE, Henri. **Espacio y política.** Barcelona, Ediciones Península original em francês de 1973.

_____. **Perspectivas da Sociologia Rural.** In: MARTINS, J. de Souza. **Introdução e Crítica a Sociologia Rural.** 2^a ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 163-178.

LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos.** Tradução Rosa Freire d'Aguiar. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 400p.

LUCKERMANN, F. **Geography as a formal intelectual discipline and the way in wich it contributes to human knowledge.** *Canadian Geographer*, 8 (4), pp. 167-172, 1964.

LUIJPEN, Wilhelmus A. M. **Introdução à fenomenologia existencial**. São Paulo: EPU/IEDUSP, 400 p, 1973.

MACEDO, Nei Felix de. **Últimos Combates da Coluna Prestes**. 1ª Ed. Campinas-SP: Pontes Editores; Cáceres-MT: Unemat Editora, 2004. 153p.

MACHADO, Lia Osório. (1998): **Limites, fronteiras, redes**, In: STROHAECKER, T. et alli: Fronteiras e Espaço global, III Colóquio Internacional de Estudos Fronteiriços, Santana do Livramento/Rivera, AGB, pp.41-49

_____. **Bases de uma Política de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira**. In: Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira. Grupo RETIS-UFRJ. Ministério da Integração Nacional, 20005.

_____. **Ciência, tecnologia e desenvolvimento regional na faixa de fronteira do Brasil**. In: Seminários temáticos para a 3ª Conferência Nacional de C.T&I, 2005.

_____. **Limites, Fronteiras e Redes**. In: Fronteiras e Espaço Global. Org: T. . M. Strohaecker e outros. AGB-Porto Alegre. Porto Alegre, 1998.

MANCOMUNIDAD de Municipios Chiquitanos. **Análisis de Equidad Social en el Territorio de la Mancomunidad de Municipios Chiquitanos**: Documento elaborado en base a los resultados del Censo de Población y Vivienda 2001. 1ª Ed.. Santa Cruz de la Sierra: Editorial Imprenta El País, 2002. 45p. (Libro complementar del Plan Estratégico de Desarrollo Sostenible y Competitivo 2002 – 2012)

_____. **Plan Estratégico de Desarrollo Sostenible y Competitivo 2002 – 2012**. 1ª Ed. Santa Cruz de la Sierra: Editorial Imprenta El País, 2002. 121p.

_____. **Plan Estratégico para el Desarrollo de la Gran Chiquitania**. 1ª Ed. Santa Cruz de la Sierra: Editorial Imprenta El País, 1999. 97p.

_____. **Tras las Huellas de la Mancomunidad Chiquitana**: Las semillas del futuro sembradas en el pasado. 1ª Ed. Santa Cruz de la Sierra: Editorial El País, 2001. 142p.

MANNING, Eduard W.; DOUGHERTY, T.D. **Sustainable tourism : preserving the golden goose**. Cornell Hotel & Restaurant Administration. Quarterly.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

MATHIESON, A & WALL, G. **Turismo: Repercusiones Economicas, Físicas y Sociales**. México: Trillas, 1990.

_____. **Tourism: Economic, Physical and Social Impacts**, Longman, Harlow, 1996.

MATO GROSSO. **Anuário Estatístico do Estado de Mato Grosso/2003**. Capítulo 12: Produção, efetivos e sanidade animal. 1ª Ed. Cuiabá: 2003.

_____. Anuário Estatístico, 2009.

_____. SEDTUR – Secretaria de Turismo do Estado de Mato Grosso. Dados Turísticos dos Municípios, disponível em www.sedtur.mt.gov.br. 2010.

_____. SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. ZSEE: **Zoneamento Sócio Econômico Ecológico de Mato Grosso**, 2010.

MATTOS, Carlos Meira. **Brasil – Geopolítica e destino**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979.

_____. **Geopolítica e Teoria de Fronteiras: fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

MATTOS, João Metello de. **Desenvolvimento regional: uma resposta às crises**. 1ª Ed. Bauru: Edusc, 2001. 122p. (Coleção Plural)

MEIRELES, Denise Mald. **Guardiões da Fronteira**. Rio Guaporé, século XVIII. 1ª Ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989. 203p.

MELO, Serafim Carvalho. **Mato Grosso no Centro Oeste Sul-americano**. 1ª Ed. Cuiabá: UFMT, 2005. 143p.

_____. **Mato Grosso no Centro Oeste Sul-Americano.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. 2005. 110 f.

_____. **Perspectivas de Mato Grosso no Comércio Internacional.** Monografia (Especialização em Comércio Exterior e Negócios Internacionais) – Centro de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão, Universidade de Cuiabá, 2001. 87 f.

MENACHO, Antonio. **Por tierras de Chiquitos: los Jesuitas en Santa Cruz y en las misiones de Chiquitos en los siglos XVI a XVIII.** 2ª Ed. La Paz: Compañía de Jesús, 1991. Santa Cruz de la Sierra: Imprenta Sirena, 1991. 142p.

MENDES, Natalino F. **História de Cáceres: História da Administração Municipal.** Cáceres, 1973.

MENEZES, Alfredo Mota. **Do sonho a realidade A Integração Econômica Latino-Americana.** São Paulo. Editora Alfa-Omega. 1990.

MILES, Matthew B., HUBERMAN, A. Michael. **Qualitative data analysis: an expanded sourcebook.** 2nd. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.

MIRANDA, Leodete. **Mato Grosso: Atlas geográfico.** Leodete Miranda e Lenice Amorim. Cuiabá: Entrelinhas, 2001.

_____; AMORIM, Lenice. **Mato Grosso: Atlas Geográfico.** 1ª Ed. Cuiabá: Entrelinhas, 2000. 40p. principalmente il. Mapa: Mato Grosso: Integração Sul-americana e Logística de Transporte.

MOLINA E. Sergio; RODRÍGUEZ A., Sergio. **Planejamento Integral do Turismo: um enfoque para a América Latina.** Tradução: Carlos Valero. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MOLINA, Carlos Hugo. **Mancomunidad Municipal: Visión Estratégica para una política de Estado.** 1ª Ed. La Paz: VPEPP, 2000. 188p.

MOLINA, Sérgio. **Conceptualización del Turismo.** México: Limusa, 1991.

MORAES, Antonio C. R. & COTA, Wanderley M. da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. Hucitec, São Paulo, 2000.

_____. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

MOREIRA, Maurício Alves. **Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação**. 1ª Ed. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2001. 250p.

MORENO, Gislaene. **Políticas de Desenvolvimento Regional**. In: In: Geografia de Mato Grosso: território e sociedade, ambiente. Gislaene Moreno, Tereza Cristina Souza Higa (orgs.); colaboradora: Gilda Tomasini Maitelli. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

MUNHOZ, Dércio Garcia. **Economia Aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

NAVARRO, Gonzalo; MALDONADO, Mabel. **Geografía Ecológica de Bolivia: Vegetación y Ambientes Acuáticos**. 1ª Ed. Cochabamba: Centro de Ecología Simón I. Patiño -Departamento de Difusión, 2002. 719p.

NEIMAN, Zysman (Org). **Meio ambiente, educação e ecoturismo**. Barueri: Manole, 2002.

NOGUEIRA, Mário G. **O Papel do Turismo no Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil**, Revista de Administração Pública, 1987.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, no.10, 1993, pp. 07-28.

O'CONNOR, P. **Electronic Information Distribution in Tourism and Hospitality**. Cabi Publishing, 1999.

OLIVEIRA, Antonio Pereira. **Turismo e desenvolvimento – planejamento e organização**. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Livia. **Contribuição dos Estudos Cognitivos à Percepção Geográfica** Geografia, São Paulo, 1983.

OMT Organización Mundial del Turismo. **Introducion al Turismo**. Madrid (Espanña) 1998.

PAZ, Carla Vargas. **Ferrovía Oriental gestiona dinero para vía férrea a Puerto Busch**. El Deber, Santa Cruz de la Sierra, 22 sep. 2003. Economía. p. A13.

PEARCE, Douglas - **Desarrollo turístico. Su planificación y ubicación geográficas**. México, Trillas, 1998.

_____. apud SPINOLA, C. A. **O turismo e o impacto social**, Salvador, 1996.

_____. e TURNER, R. R., **Ecomics of. Natural resources and enrironmet**, H. Hemptead, Wheastsheaf, 1990.

PELLEGRINI FILHO, Américo. Problemática do Patrimônio Natural Cultural no Brasil, **Turismo em Análise**, São Paulo, 1991.

PEREIRA, Helena B.; SIGNER, Rena. **Dicionário Espanhol-Português/Português-Espanhol**. 16.ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1996. 632p. (Dicionários Michaelis)

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Alem das Fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (org). **Fronteiras Culturais: Brasil – Uruguai – Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. P 35-39

PIVETEAU, Jean-Luc. Le territoire est-il un lieu de mémoire? **L'Espace Géographique**, 24 (2), pp. 113-123, 1995.

PLAN MISIONES. **Chiquitos – Uma Historia para contar**. Plan de Reabilitacion Integral de las Misiones Jesuíticas de Chiquitos. Santa Cruz, Bolívia: La Hoguera, 2004.

PNUD Bolívia. **Informe de Desarrollo Humano en Santa Cruz 2004**. 1ª Ed. Santa Cruz de la Sierra, 2004. 252p. (PNUD – Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo).

POCHE, B. **La région comme espace de référence identitaire**. *Espaces et Sociétés* 42: 3-12, 1983.

POCOCK, D.C.D. Place and the novelist. **Transactions of the Institute of British Geographers** N. S., (6), pp. 337-347, 1981.

RABAHY, Wilson Abraão. **Planejamento do Turismo**: estudos econômicos e fundamentos econométricos. São Paulo, Edições Loyola, 1990.

_____. **Fundamentos Econômicos e Quantitativos no Planejamento Turístico**. Turismo em Análise, 1990.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATTNER, Henrique. **Mercosul e ALCA: O Futuro Incerto dos Países Sul-americanos**. 1ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 228p.

RATZEL, Friedrich. 1894. *Völkerkunde*, 3 vol. Leipzig, Bibliographisches Institut (primera edición, 1887).

_____. **Géographie politique**. Geneva, Éditions régionales européennes. 1988.

_____. **Politische Geographie**. München - Leipzig, Verlag von R. Oldenbourg. 1897.

RELPH, Edward. **A paisagem urbana moderna**. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. **Place and placelessness**. London: Pion, 1976.

_____. **Rational landscapes and humanistic geography**. London: Croom Helm, 1981.

RIBEIRO, G.L e BARBOS, F.L. **A Corrida por Paisagens Autênticas: Turismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade no Mundo Contemporâneo**. Viagens a Natureza: turismo, cultura e ambiente. São Paulo: Papirus, 1997.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIVERA, Márcia. **Cuiabá: um nó na rede**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. 2005. 159 f.

RODRIGUES PEREIRA, R. B. **Inquéritos Geográficos: Limites**, Revista Brasileira de Geografia, vol.3, nº 1, pp.114-124, 1940.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (Org). **Turismo, modernidade, globalização**. 2ª Ed. São Paulo, 2000.

ROJAS, Alvaro L. **Desarrollo regional a través del estímulo a las empresas de pequeña dimensión. Una respuesta para el diseño y puesta en práctica de programas de promoción**. Chile, 1995. Tese (Doutorado). Departamento de Ingeniería de Organización, Administración de Empresas y Estadística. Escuela Técnica Superior de Ingenieros Industriales.

ROMERO, Arturo Garcia e Jiménez, Julio Munoz. **El paisaje en el Ámbito de La Geografía**. Cidade do México: Instituto de Geografía. 2002. 137 p.

ROMERO, H. M. **Sociopsicología Del Turismo, México**, Ediciones Daimon de México S.A., 1977.

ROSS, Jurandir L. S. **Os Fundamentos da Geografia da Natureza**. Capítulo 1 *in* Geografia do Brasil. 4ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. – (Didática; 3).

RUSCHEL, R. **Síndrome do ecoturismo desperdiçado**. Eco - Rio, Rio de Janeiro,

1994.

RUSCHMANN, Doris. **O planejamento do turismo e a proteção do meio ambiente**. São Paulo: ECA/USP, 1994.

_____. **Planejamento e Organização Territorial do Turismo**, Turismo em Análise, 1993.

_____. **Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente**. São Paulo: Papirus, 1997.

SALES, T. **Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul**. Revista Brasileira de Estudos de População 13, 1997.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Ed. Best Seller, 1994.

SANTA CRUZ, MINISTÉRIO DE COMERCIO EXTERIOR E INVESTIMENTO – Prefeitura de Santa Cruz – **Programa de Cooperación BID-961/SF-BO: Plan de Desarrollo del Complejo Turístico Integrado – PDCTI Misiones Jesuíticas**. Santa Cruz de la Sierra: Prensa oficial, 2000.

_____. **Indicadores de população e habitação por Província e Seção Municipal**. 1ª Ed. Santa Cruz de la Sierra: Prensa oficial, 1996.

_____. **Plano de proteção viária e ambiental do projeto estrada Pailón – Puerto Suárez**. 1ª Ed. Santa Cruz de la Sierra: Prensa oficial, 2001.

_____. **PLUS (Plan de Uso de Suelos)**. 1ª Ed. Santa Cruz de la Sierra: Prensa oficial, 1985.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SCARLATO, F. C. ARROYO, M. **Fim de século e globalização**. 2.ª Ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1994. p 15-22

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Ed.

^a
1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 384p. – (Coleção

Milton Santos; 1)

_____. Cidades na era global. In: **Revista Cidades**. São Paulo, 2 (13): 12-14, maio de 1997.

_____. **L'espace partagé**. Paris: Ed. Librairies Techniques, 1975.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 4ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1993.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação**. 2ªed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1996. p. 15-20

_____. **Por uma Geografia Nova**. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo, HUCITEC. (1978).

_____. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2002.

_____. **Society and space: Social Formation as Theory and Method. Antípode**. Wocester 9(1):3-13. 1977.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo, Hucitec, 1994.

SATO, MICHÈLE. **Educação Ambiental**. São Carlos: RIMA, 2002.

SAUER, Carl Ortwin. **The morphology of landscape**. In: LEIGHLY, J. (org.), *Land and Life - A Selection from the Writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley : University of California Press, p. 315-350, 1983.

_____. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA;ROZENDAHL (Orgs.). **Paisagem tempo e cultura**, Rio de Janeiro:EdUERJ, 1998

SCHIER, R. A. **Trajetórias do conceito de paisagem na geografia**. In: R. RA'EGA, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003. Editora UFPR.

SEBRAE. **Ecoturismo na Bahia - Estudo Analítico**. Salvador: Edição SEBRAE, 1995.

SEJAS, Lidia. **Condicionantes territoriales en la integración fronteriza con los países vecinos**. Programa de Integración Latinoamericana –Consejo Federal de Inversiones. Buenos Aires, febrero de 2003. Consulta eletrônica. Disponível em: www.amersur.or.ar/integ/espacios territoriales, acessado em julho de 2010.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida e Joaquim José Ferreira. **Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso**. 1919. Cuiabá: IHGMT, 2002.

SESSA, Albert. **L'imposta di Soggiorno in una moderna política del turismo**. Itália: Editrice Agnesotti, 1978.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá. Entrelinhas. 2002.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes: Análise e depoimentos**. Edição Integral. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989. 111p.

_____. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de Direito Internacional**. Público, v. 1 -São Paulo: Atlas, 2002.

SOARES, José Carlos de Macedo. **Fronteras do Brasil no regime colonial**. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1939.

SOJA, Edward W. Exopolis: the restructuring of urban form. In: *Postmetropolis. Critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell Publishing, 2002.

_____. **Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**; tradução (da 2ª Ed. Inglesa), Vera Ribeiro; revisão técnica, Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

_____. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA HIGA, Tereza C. Cardoso. **Análise comparativa entre sistemas produtivos rurais do Oeste mato-grossense e Leste boliviano**. In: Estudos Regionais sul-americanos, economia e dinâmica territorial na área central do continente. Tereza Cristina Souza Higa (org.). Cuiabá, EdUFMT, 2008.

SOUZA HIGA, Tereza C. Cardoso. **Processo de ocupação e formação territorial**. In: Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente. Gislaene Moreno, Tereza Cristina Souza Higa (orgs.); colaboradora: Gilda Tomasini Maitelli. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

SPINOLA, Carolina de Andrade. **O turismo e o impacto social**, (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 1996.

STEIMAN, Rebeca. **A Geografia das Cidades de Fronteira: Um Estudo de Caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, PPGG/UFRJ, 2002.

TOMICHÁ, Roberto Charupá. **La Primera Evangelización en las Reducciones de Chiquitos**, Bolívia (1691-1767): Protagonistas y metodología misional. 1ª Ed. Cochabamba: Editorial Verbo Divino, marzo 2002. 740p.

TONELLI, Oscar Justiniano. **Reseña Historica, Social y Económica de la Chiquitania**. 1ª Ed. Santa Cruz de la Sierra: Editorial El País, 2004. p.405.

TORRE D. L. apud BARRETO, M. **Manual de Iniciação ao Estudo de Turismo**, Papirus, Campinas, 1995.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. **O Gasoduto Brasil-Bolívia: Impactos Econômicos e Desafios de Mercado**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1,

p. 99-116, jun./dez. 2002. (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

TRIGO, L. G. G. **A Sociedade Pós-Industrial e o Profissional do Turismo**, Campinas: Papirus, 1996.

_____. **Turismo básico**. São Paulo: SENAC, 1996.

_____. A importância da educação para o turismo. In: LAGE, Beatriz Helena G.; MILONE, Paulo Cesar (Orgs.). **TURISMO -Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000. p. 243-255

TRIGUEIRO, Carlos M. **Marketing & Turismo**, Rio de Janeiro: Qualitymark ,1999.

TROSTER, Roberto L. **Introdução a Economia**, São Paulo: Makron Books, 1999.

TUAN, Yi-Fu. "Environrnent" and "world". **Professional Geographer**, 17 (5), pp. 6-7, 1965.

_____. Place: an experiential perspective. **The Geographical Review**, 65 (2), pp. 151-165, 1975.

TULIK, Olga. **Turismo e Repercussões no Espaço Geográfico**, Turismo em Análise, São Paulo, 1990.

URRUTIA CASTRO, A. **Princípios Elementares Del Turismo**, Santiago de Chile: Editora Universitária, 1977.

VERNE, Júlio. **Viagem ao Centro da Terra**. São Paulo: Ática, 2002;

VERNE, Julio. **Voyage au Centre de La Terre**. Livre de Poché. Texte Integral. França, 1864.

WAHAB, Salah Eldin Abdel. **Introdução à Administração do Turismo**, São Paulo: Pioneira, 1991.

_____. **Introdução à administração do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1977.

WONG-González, Pablo, **Globalización y virtualización de la economía: impactos territoriales**, en Dinizar F. Beckerm y Bandeira, Pedro S. (eds.), *Desenvolvimento local-regional. Respostas regionais aos desafios da globalizacao*, vol. 2, Santa Cruz do Sul, Brasil, Editora da UNISC, 2002, pp. 91-135.

WONNACOTT, Paul & WONNACOTT, Ronald. **Introdução à Economia**, São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1985.

XAVIER, Herbe. **O Campo da Percepção Geográfica para os estudos de Turismo**, PUC-MG, 2004.

ZIFFER, K. **Ecotourism: The uneasy alliance**. Wildlife Conservation International and Erns & Young International Management Consulting Group, 1989.

ZIMMERMANN, Adonis. **Planejamento e organização do turismo rural no Brasil**. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio *et al.* (coords.) *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Papirus, 2000.

SITES ACESSADOS

http://chiquitos.santacruz.gov.bo/index.php?option=com_content&task=view&id=233&Itemid=43, acessado em setembro de 2010.

<http://www.mancochiquitana.org/index.php?cat=21&pla=1>, acessado em janeiro de 2010.

<http://www.mancochiquitana.org>, acessado em janeiro de 2010.

<http://www.boliviacontact.com/es/sugerencia/chiquitos.php>, acessado em abril de 2010.

http://www.bolivia.com/turismo/ciudades/santa_cruz/rutas/index.html, acessado em agosto de 2010.

<http://www.comodoro.mt.gov.br/>, acessado em outubro de 2010.

<http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/>, acessado em outubro de 2010.

<http://www.caceres.mt.gov.br/>, acessado em maio de 2008 e outubro de 2010.

<http://www.ponteselacerda.mt.gov.br/>, acessado em outubro de 2010.